Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 871
30 de Agosto de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 · Composição e impressão – Heska Portuguesa · Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

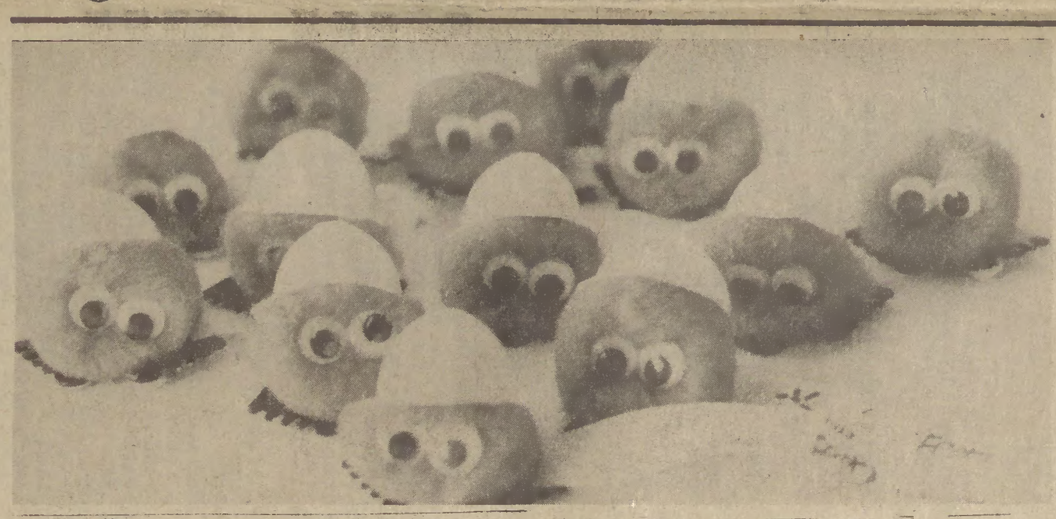
Tudo sobre os transportes e parques de estacionamento

XII Festa Avante!

Comício
Domingo – 17 h

O rock que vem de Inglaterra

De Lisboa o melhor é ir de barco até ao Seixal: há autocarros de lá para a Festa



Já conhece o construtor?

A SITUAÇÃO NO GOLFO

- **Nota do Secretariado do CC do PCP**
- **O caminho da negociação e o vento da guerra**
- **Os senhores da guerra prestam vassalagem ao deus petróleo**

Págs. 8 a 11/**Semana**

Reuniu a Comissão Política do Comité Central do PCP

- *A crise no Golfo*
- *A intervenção de Cavaco Silva no Algarve*
- *A situação na agricultura portuguesa*

Págs. 1 e 2/**Semana**

PCP reclama acabar com a portagem na Ponte 25 de Abril

Pág. 5/**Semana**

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 871
30 de Agosto de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Editorial

Estabilidade e desestabilização

O exame aprofundado e atento da presente conjuntura internacional que vivemos e os seus previsíveis desenvolvimentos e incidências a curto e a médio prazo e a forma de contribuir para soluções que simultaneamente garantam a defesa da paz e a salvaguarda dos interesses nacionais é um imperativo das forças políticas portuguesas, das instituições e órgãos do Poder, das organizações sociais, numa palavra, de todos os cidadãos portugueses detentores de um mínimo de responsabilidade política e cívica no seu país.

Em particular os explosivos acontecimentos que se desenrolam no Próximo e Médio Oriente, no vértice sueste do continente europeu, em torno da «Crise do Golfo», reclamam um acompanhamento e atenção acurados e responsáveis de todas as horas e em todos os cambiantes.

Em Portugal e no que respeita à perigosa situação externa, a equipa formada pelo Primeiro-Ministro e os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, por vezes notoriamente descoordenada e hesitante, guiou-se de maneira visível por outros parâmetros. Com a particularidade de, no plano interno, se destacar por uma política marcada por sérios desfazamentos nas áreas económica e social.

O Primeiro-Ministro português e Presidente do PSD, Cavaco Silva, no terceiro aniversário da segunda versão do seu governo, legitimada institucionalmente pelo resultado das eleições de Julho de 1987 mas em nítida perda de legitimidade política, foi neste último fim-de-semana até à capital algarvia fazer na «Festa de Verão» do seu partido uma superficial leitura de improviso de questões das mais candentes e complexas da actualidade e ao mesmo tempo debitar em público algumas das suas congeminações e maquinações políticas de âmbito mais caseiro.

Fê-lo, como é seu estilo, de entredentes, crispado, muito pouco conforme à natureza festiva, em todo o caso morna, da reunião - um estilo sibilino, visível até mesmo quando pronunciava palavras que na sua boca contraída soavam a falso como as de «concórdia», «diálogo nacional», «isenção política».

Dois temas lhe mereceram maior destaque no improviso de Faro: o do sistema político, designadamente no domínio das eleições autárquicas, e um outro que se tornou bordão obrigatório das suas falas em público - o da «estabilidade», cuja máxima personificação é para ele o governo do PSD a que preside. De passagem e «a voo de pássaro» abordou também a questão mais escaldante e espinhosa da conjuntura actual - a «Crise do Golfo» - que ele garantiu estar o Executivo «a acompanhar com muito cuidado, precaução e firmeza» o que, entretanto, fica por demonstrar.

É que, tirante as palavras de natureza cordata que na sua boca soam a falso, a ebuliente vida portuguesa sob os solavancos da política realmente desestabilizadora do cavaquismo governante, continua a processar-se com nefastas consequências económicas e sociais e relativamente ao sobressalto e às graves ameaças à paz e à segurança dos povos acumulados com a «Crise do Golfo» a ambígua política cavaquista é tudo menos «cuidado, precaução e firmeza» tal como as palavras «concórdia», «diálogo nacional» e «isenção política» não passam de fachada para encobrir uma linha de conduta que se tornou particularmente evidente nas últimas semanas: Cavaco Silva decide primeiro e convoca depois os principais dirigentes da oposição, «ouve-os» e nada altera do que antes decidiu sem ter para nada em conta as opiniões e a contribuição concreta que das várias latitudes e dos vários ângulos de visão dos problemas lhe foram dados pelos dirigentes partidários oposicionistas concorde-se ou não com o seu valor intrínseco.

Uma flagrante dissonância com a realidade vai-se tornando cada vez mais flagrante no confronto das palavras e dos actos do Primeiro-Ministro - precisamente sobre o conceito de estabilidade.

É óbvio que para Cavaco Silva a noção de «estabilidade política» se centra exclusivamente na legitimação eleitoral do partido governante e não na sua prática política.

«Estabilidade» para o Primeiro-Ministro é ter na Assembleia da República uma maioria acomodatícia de deputados a garanti-lo contra as surpresas de uma moção de censura, a curvar-se perante todas as incongruências e os actos arbitrários do governo, a assegurar-lhe a «estabilidade» assente numa autêntica ditadura parlamentar antidemocrática.

A maioria domesticada do governo na Assembleia da Republica garante-lhe a impunidade do arbítrio, a rejeição pura e simples de quaisquer propostas ou iniciativas válidas da oposição, contrárias ou discordantes das posições do governo, fornece-lhe a «estabilidade» parlamentar para levar à prática o processo restauracionista da direita profundamente desestabilizadora da vida nacional.

Numa palavra: a «estabilidade» formal para o governo cavaquista é uma capa para a sua política real de desestabilização e instabilidade política práticas.

É uma particularidade do cavaquismo governante verificável nos dias actuais na conturbada política externa praticada pelo governo relativamente à «Crise do Golfo» e nos desfazamentos e natureza de classe da sua política económica e social no plano interno.

É uma realidade que a «Crise do Golfo» acaba de sofrer novos agravamentos com a recusa do governo iraquiano em deixar os estrangeiros, que o desejem, sair do seu território, muitos deles, como os portugueses, fornecedores de mão-de-obra e trabalho especializado ao serviço do Iraque.

Não é um acto que favoreça a causa árabe e facilite a desejável iniciativa do mundo árabe na solução pacífica e política do conflito.

O não envolvimento das Forças Armadas portuguesas em acções fora do território nacional vai ao encontro da vontade que se afirma com força crescente do povo português contrária a qualquer intervenção militar de Portugal no conflito do Golfo e se opõe ao alargamento das «facilidades» da placa giratória atlântica das Lajes e Santa Maria nos Açores ao próprio território do Continente, como se deduz de declarações últimas de membros do governo.

É naturalmente na política interna que mais vem ao de cima as incongruências e os desfazamentos do governo PSD/Cavaco. É no plano económico e no plano social que se verificam as contradições mais gritantes entre o formal e o real na política cavaquista.

Cavaco Silva fez agora em Faro a propósito das eleições presidenciais do próximo ano, referências aos que «querem aproveitar as presidenciais para criar a instabilidade» e que «quem o fizer pagará por isso».

É, porém, a ele, paladino da estabilidade formal, que é preciso fazer pagar o preço da real instabilidade social e económica e da permanente desestabilização política e institucional da vida portuguesa.

E é preciso fazê-lo pagar arredando-o e ao seu partido do comando das alavancas do governo, substituindo-o no prazo mais curto possível por um governo democrático, de alternativa política democrática, que possibilite ao país a necessária resposta aos complexos problemas do momento presente.

É inevitável que Portugal, na crescente interdependência económica mundial da actualidade se ressinta fortemente dos solavancos económicos que abalam o mundo dos nossos dias, é inevitável que o nosso país de fraco desenvolvimento económico e social sofra mais duramente o peso dos factores de crise que se fazem sentir no plano mundial.

Mas é em momentos como os que vivemos que mais pesam e se revelam as inconsequências e as distorções económicas e sociais provocadas por uma política de classe orientada para a defesa dos interesses de uma minoria privilegiada em desfavor dos interesses da imensa maioria do nosso povo, em particular dos trabalhadores - uma orientação intrínseca do plano de restauração mono-

polista a que febrilmente se entrega o governo PSD/Cavaco Silva.

A simples referência de alguns indicadores e de certos projectos do governo são elucidativos desta contradição entre a «estabilidade» formal do governo cavaquista e a desestabilização e instabilidade reais provocadas pela sua política.

O Comunicado de anteontem da Comissão Política do CC do PCP, além de reafirmar a posição dos comunistas portugueses relativamente à «Crise do Golfo», faz referência à proposta de alteração da Lei Eleitoral das Autarquias formulada por Cavaco Silva no improviso de Faro. De facto, a três anos e meio de distância das eleições autárquicas pretender impor alterações que exigiriam uma revisão constitucional que no prazo normal só seria possível dentro de quatro anos - apesar das solicitações anteriores feitas ao PS para, na base dos quatro quintos do número de deputados, antecipar a revisão da Constituição - o menos que se pode dizer é que se trata, de facto, de um «enorme contra-senso».

Mas os dados da realidade económica são inequívocos:

- Baixou o peso dos salários e aumentou o peso das remunerações do capital na distribuição do rendimento nacional;
- Baixou o salário real devido às diferenças entre a taxa de inflação fictícia decretada pelo governo e a taxa real que em dois anos seguidos atingiu o dobro dos valores previstos;
- Baixou a poupança das famílias portuguesas pelo aumento da tributação directa mas para o próximo ano orçamental o governo projecta impor um novo aumento dos impostos indirectos, os que mais atingem a população trabalhadora e as restantes classes e camadas mais carenciadas;
- Baixou a procura interna (o poder de compra do povo português) e é o aumento da procura externa (em que se avoluma a exportação das nossas matérias-primas de maior valor estratégico) o que está na base de um crescimento elevado em termos percentuais mas irrelevante em termos absolutos;
- Aumentou o défice da nossa Balança Comercial com particular incidência na Balança Alimentar e mais fortemente na Balança Agrícola. O défice da Balança Alimentar subiu de 118,7 por cento em 1987 para 176,2 por cento em 1989 e o Agrícola de 258,8 por cento para 279,9 em 1989.

Seria exaustiva uma maior e mais variada referência no espaço que dispomos a indicadores inequívocos da política cavaquista de desestabilização económica e social - neste último capítulo ilustrado pela crescente contestação laboral em que o recurso à greve tem mobilizado e continua a mobilizar milhares de trabalhadores.

São dados que deitam por terra a sibilina intervenção de Cavaco Silva no Algarve.

Resumo

22
Quarta-feira

No dia em que reúne com o Presidente da República e com os dirigentes dos partidos da oposição, o Primeiro-Ministro afirma em conferência de imprensa que está excluída a hipótese de Portugal enviar uma força militar para o Golfo ■ Mário Soares promulga dez importantes diplomas sobre matérias como a radiotelevisão, abertura de companhias de seguros e bancos ao capital privado, incompatibilidades no exercício de cargos políticos, fundo de pensões dos militares ■ Os vereadores da CDU na CM de Cascais alertam para o perigo de serem aprovados 12 projectos imobiliários que ocupariam 8 milhões de metros quadrados dentro da área de paisagem protegida Sintra/Cascais ■ Trabalhadores do Hotel Algarve, na Praia da Rocha, concluem 3 dias de greve pelo horário de 40 horas e dois dias de folga por semana ■ O presidente norte-americano ordena a convocação de reservistas para apoiarem a força militar dos EUA no Golfo ■ O chefe de Estado albanês anuncia mais algumas medidas de reforma no país ■ Separadamente, chegam a Marrocos Muhammar Kadhafi e Hissen Habré, para conversações sobre o diferendo fronteiriço entre a Líbia e o Chade ■ Quase uma centena de pessoas morre em resultado de novos confrontos entre apoiantes do ANC e do Inkhata nos arredores de Joanesburgo ■ Após cinco dias de reuniões na Costa Rica, delegações do governo salvadorenho e da Frente Farabundo Marti dão por encerrado mais um encontro, sem acordarem o cessar-fogo ■ Realiza-se em São Tomé e Príncipe um referendo sobre a nova Constituição do país ■ Registam-se várias explosões numa fábrica de produtos químicos em Ufá, nos Urais.

23
Quinta-feira

Reúne a conferência de líderes parlamentares, que decide convocar a Comissão Permanente da AR para terça-feira com o objectivo de discutir a situação no Golfo ■ Autarcas e dirigentes do PCP dos distritos de Lisboa e Setúbal exigem o fim da portagem na Ponte 25 de Abril ■ Representantes do PCP, PS, PRD e CDS condenam os despedimentos e a situação de enfeudamento ao Governo que se vive na RTP ■ PS e CDS provocam a *queda* da CM de Monção ■ Os preços do petróleo atingem o seu nível mais elevado desde 1982 ■ O parlamento da RDA decide, com 294 votos a favor, 62 contra e 7 abstenções, aceitar a unificação com a RFA a partir de 3 de Outubro ■ A Arménia proclama a sua soberania na URSS, aprovando uma declaração de independência e deixando de designar-se República Socialista Soviética ■ Enquanto Irão e Iraque trocam 1500 prisioneiros de guerra, o presidente iraniano acusa os EUA de tentarem «explorar o grande erro cometido pelo Iraque» ao invadir o Koweit ■ Demite-se o governo búlgaro ■ Terminam na capital da Gâmbia as negociações entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Frente Nacional Patriótica da Libéria, sem acordo sobre o cessar-fogo e sobre a força de intervenção da CEDEAO ■ A ONU divulga dados sobre a evolução da população mundial, que é actualmente de 5,3 mil milhões de pessoas.

24
Sexta-feira

A Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária convoca uma greve por tempo indeterminado a partir da próxima quarta-feira ■ No «Diário da República» é publicada a lei que permite aos órgãos autárquicos efectuar consultas directas aos eleitores, e a Lei de Bases da Saúde ■ Ao passarem dois anos sobre a data do incêndio do Chiado, a CML organiza um Forum Lisboa sobre a reconstrução da zona ■ Expira o prazo dado por Saddam Hussein para o encerramento das embaixadas no Koweit ■ Mikhail Gorbatchov envia ao presidente iraquiano uma «mensagem pessoal urgente» apelando a que este «respeite sem demora» as decisões da ONU ■ O governo sul-africano decreta o estado de emergência em 19 distritos da região de Joanesburgo ■ A força de intervenção da CEDEAO desembarca na Libéria

25
Sábado

Falando num comício do PSD em Faro, Cavaco Silva mostra-se favorável a alterações da lei eleitoral para as autarquias, mas não diz o que vai fazer o seu partido com o processo de regionalização ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova, com a abstenção do Iémen e de Cuba, nova resolução reforçando o embargo ao Iraque, a qual, no entanto, é passível de interpretações diferentes ■ Milhares de polícias e soldados sul-africanos começam a intervir nos subúrbios de Joanesburgo a pretexto de pôr termo à violência entre xhozas do ANC e zulus do Inkhata ■ O Tadjiquistão aprova uma declaração de soberania, mantendo contudo a república no seio da «Federação Soviética renovada» ■ Num cemitério judeu no sul da RFA, 177 sepulturas são abertas e destruídas; nos muros ficaram cruzes suásticas e *slogans* anti-semitas.

26
Domingo

Num encontro consultivo em Viena, os principais membros da OPEP analisam medidas para compensar a falta de petróleo do Iraque e do Koweit ■ Manifestantes incendeiam em Sofia a sede do Partido Socialista da Bulgária ■ Centenas de manifestantes bloqueiam o trânsito na praça da Universidade de Bucareste, pelo quinto dia consecutivo ■ Em Sidney, na Austrália, realiza-se um debate sobre a Indonésia e a violação dos direitos humanos em Timor Leste e na Papua Ocidental.

27
Segunda-feira

Chegam a Lisboa os primeiros portugueses vindos de Bagdad ■ Os chefes de Estado-Maior dos países da UEO decidem em Paris que a Itália coordenará a força europeia que participa no bloqueio ao Iraque ■ Inicia-se em Pedrouços (Lisboa) mais uma volta das negociações entre o governo angolano e a Unita para o estabelecimento da paz na RP de Angola ■ Rosa Mota vence a maratona nos campeonatos europeus de atletismo.

28
Terça-feira

A Comissão Permanente da AR reúne-se em São Bento para analisar pela primeira vez a crise no Golfo. Decisões concretas ficaram adiadas, anunciando-se novos encontros entre o Governo e a Oposição e a reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, já convocado pelo PR ■ Ainda a propósito da crise no Golfo, sobem de tom as ameaças quanto a um novo aumento do preço dos combustíveis em Portugal. Recorde-se que mesmo antes da invasão do Koweit o Executivo de Cavaco já nos tinha brindado com aumentos de preços dos combustíveis ■ Seis mortos e sete feridos graves é o balanço ainda incompleto do grave acidente ocorrido em Carnaxide, numa fábrica situada perto do Parque de Campismo de Monsanto, já no concelho de Oeiras. Uma placa de cerca de 600 toneladas, em fase de enchimento, abateu-se soterrando os operários ■ Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, viaja para a Jordânia, no quadro de uma importante acção diplomática com vista à tentativa de solução do conflito no Golfo. Entretanto, em Bagdad é anunciada a autorização de saída do Iraque a todas as mulheres e crianças estrangeiras.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:**
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Julho 25 500

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 871
30 de Agosto de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Anteontem, em conferência de Imprensa realizada no Centro da Soeiro Pereira Gomes em Lisboa, o PCP divulgou as principais conclusões da reunião da sua Comissão Política, efectuada na passada segunda-feira. A apresentação do documento, que aqui publicamos na íntegra, foi feita pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Partido, que se encontrava acompanhado de Aurélio Santos, ambos da Comissão Executiva Nacional do PCP. No encontro com os jornalistas foi também divulgada uma nota da Comissão Política sobre a situação na agricultura portuguesa, documento que também aqui deixamos na íntegra, à apreciação dos nossos leitores.

O camarada Agostinho Lopes revelou, na ocasião, que estava previsto para hoje, quinta-feira, novo encontro com a Comunicação Social, desta vez com a participação do camarada Luís Sá, da Comissão Política, e de eleitos do Poder Local.

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

1. A crise no Golfo

No acompanhamento que vem fazendo da crise no Golfo, a Comissão Política constata que a justeza das posições tomadas até ao momento pelo PCP é confirmada pela evolução do conflito. Reafirmamos a posição de que a única via para a solução da crise é política e diplomática. Há que evitar a todo o custo o que para alguns analistas parece ser inevitável e para os Estados Unidos e alguns outros Estados ocidentais parece ser desejável: a guerra.

Neste sentido pronunciamo-nos firmemente contra uma interpretação da última Resolução do Conselho de Segurança da ONU, como legitimando a transformação de um embargo económico em bloqueio militar e o uso da força correspondente. Interpretação que, aliás, as declarações de alguns países que votaram a Resolução não justificam, e que não é consentânea com a iniciativa diplomática de Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, de busca de uma solução pacífica para a crise.

Igualmente, reafirmando a nossa posição contrária à utilização das nossas Forças Armadas em acções fora do território nacional e ao envolvimento de Portugal na escalada militar, a Comissão Política pronunciou-se coerentemente contra as recentes declarações do Governo de disponibilizar também as bases aéreas do continente (Beja e Montijo) para utilização pelos EUA.

Considera-se oportuno lembrar que a crise do Golfo se insere na complexa problemática do Médio Oriente na qual avultam a exploração dos recursos petrolíferos, os interesses, ainda que contraditórios, dos povos árabes e a luta do povo palestiniano pelo abandono por Israel dos territórios ocupados e pela constituição de um Estado independente.

Continuando preocupado pela situação dos portugueses que ainda se encontram em países do Golfo, o PCP congratula-se pelo regresso de alguns deles e insiste na necessidade do empenhamento do Governo na resolução deste complexo problema, garantindo a segurança e o repatriamento de todos os que o desejarem.

Considera-se legítimo exigir que o Governo mantenha os outros órgãos de soberania, os partidos da oposição e a opinião pública informados e consultados sobre o evoluir da crise e as medidas que tencione adoptar.

2. Intervenção de Cavaco Silva no Algarve

A Comissão Política debruçou-se sobre a intervenção de Cavaco Silva do último fim-de-semana.

Apesar da inflação televisiva de supostos êxitos governativos, o primeiro-ministro aparece em manifesta maré baixa política, denunciando uma evidente desorientação.

Surgir em véspera de eleições legislativas a dizer que vai apresentar à Assembleia da República uma proposta de alteração da Lei Eleitoral das Autarquias, cujas eleições só se realizarão daqui a três anos e meio, parece ser um enorme contra-senso, sobretudo quando pelo menos duas das alterações pretendidas exigem a revisão constitucional que, no prazo normal, só é possível daqui a 4 anos, por maioria de dois terços.

Mas é justo que se diga que Cavaco Silva tem sido um «especialista» em disfarçar e em justificar as dificuldades e problemas causados pelos seus governos, invocando razões institucionais exteriores à sua política. Foi assim quando alegou «entraves constitucionais» à sua suposta política de desenvolvimento. Foi assim com a tentativa recentemente derrotada de alterar a Lei Eleitoral para a Assembleia da República. O simples facto de o primeiro-ministro recorrer a estes expedientes é um sinal da sua fraqueza e dificuldade.

Anote-se a permanente contradição de Cavaco Silva: sempre com a estabilidade na boca (verdadeiro mote da sua intervenção algarvia) e sempre com propostas de desestabilização, designadamente através dos seus projectos de alterar legislação e normas democráticas essenciais, e até de desestabilização máxima, com o desejo manifestado de «alterar o nosso sistema político» (tenham coragem oposições!).

Também agora, e face aos crescentes e graves problemas financeiros que afectam um número significativo de municípios — assunto sobre o qual Luís Sá, acompanhado de alguns presidentes de Câmaras, dará uma Conferência de Imprensa — causados pela política arbitrária e centralista do Governo para o Poder Local, Cavaco Silva pretende que o problema é da falta de maiorias absolutas nos executivos municipais e que a questão é haver presidentes de Câmaras com um número excessivo de mandatos. Isto para lá da extraordinária novidade que foi a descoberta pelo primeiro-ministro e presidente de um partido que pretende monopolizar a direcção da vida nacional, de que os partidos «não podem ter o monopólio na nossa actividade cívica»!

Sublinhe-se que, a respeito de uma questão nacional como a regionalização, tão importante para o Algarve (onde discursava) e para o fecho institucional do edifício democrático do Poder Local, conforme o previsto na Constituição da República, Cavaco Silva nada disse.

As propostas do primeiro-ministro, para além do recado aos autarcas do PSD que não se conformam com a gravosa política autárquica do Governo, manifestam mais uma vez a vontade de Cavaco Silva de romper com um princípio democrático e constitucional básico: a regra da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos.

3. Sobre a situação na agricultura

Também no plano social Cavaco Silva não parece nada preocupado com as consequências negativas e desestabilizadoras da sua política.

A imensa maioria das famílias portuguesas vê com apreensão o galopar do custo de vida, derrotada a taxa governamental de inflação e continuando a queda dos salários reais e da parte dos salários no rendimento nacional.

Também os agricultores portugueses vivem uma situação crítica e de instabilidade, que teve uma análise cuidadosa da Comissão Política na sua reunião de ontem, tornando-se pública, hoje mesmo, uma nota sobre a agricultura portuguesa.

A Comissão Política contesta a continuação da grave política de liberalização das importações, particularmente escandalosa em relação ao vinho, com a perspectiva de uma boa e grande vindima.

A Comissão Política denuncia as operações demagógicas de Cavaco Silva na pretensa entrega de terras, em Almeirim, ou apanhando tomates no Vale do Sorraia, e o oportunismo balofo do ministro da Agricultura a propósito das negociações da 2.ª etapa do processo de adesão, pretendendo disfarçar a grave situação a que a política de direita conduziu a agricultura portuguesa.

Assinala-se com satisfação o retomar das nossas posições e propostas por outras forças políticas e sociais.

Insistimos nas reclamações de uma informação rigorosa do Governo sobre as negociações da 2.ª etapa de adesão, de se pôr fim ao processo de destruição acelerada das UCP/Cooperativas e expulsão de terras de rendeiros na Reforma Agrária, de apoio económico e técnico aos pequenos e médios agricultores, de defesa da produção agro-pecuária nacional da concorrência estrangeira e de um programa de urgência para a floresta portuguesa.

A situação na agricultura portuguesa

A Comissão Política do PCP, reunida no dia 27 de Agosto, analisou a situação grave que vive a agricultura portuguesa, os difíceis problemas que enfrentam milhares de produtores agrícolas e pecuários, a catástrofe da floresta portuguesa devastada por intermináveis incêndios, e o prosseguimento da ofensiva nas terras da Reforma Agrária, pretendendo liquidar-se em definitivo as UCP/Cooperativas e expulsar os rendeiros e agricultores a quem demagogicamente tinham sido entregues terras nacionalizadas.

A Comissão Política constatou a enormidade de continuar a insistir-se numa política liberalizadora da importação de produtos agrícolas.

Apesar dos protestos dos agricultores face às decisões do Conselho de Ministros de 13 de Junho, o Governo não arrepiou caminho e mantém a liberalização de importações nas suas diversas formas (abdicação das restrições quantitativas, suspensão de direitos niveladores, fixação de baixos preços de referência, etc.) para a carne de suíno, aves e ovos, leite e produtos lácteos, frutas, vinho e aguardente vínica. É particularmente escandaloso o caso do vinho, dadas as expectativas de uma próxima boa colheita em quantidade e qualidade.

A situação no mercado das frutas é também particularmente esclarecedora da falsa argumentação do Governo, que procura justificar a liberalização com o combate à inflação. A fruta continua caríssima para os consumidores enquanto os produtores vêem a sua produção fortemente desvalorizada. O preço da pêra rocha não ultrapassou na produção os 50$00/quilo, enquanto se vende nos supermercados ao triplo e mesmo mais.

As operações demagógicas de Cavaco Silva entregando em Almeirim títulos de posse de terra, como se de oferta se tratasse, quando as terras foram pelos agricultores desbravadas ao longo de gerações, ou apanhando tomates na companhia de alguns membros do Governo, ou ainda as optimistas perspectivas, sem qualquer justificação, do ministro da Agricultura face aos seus pretensos êxitos de negociação da 2.ª fase do período do transitório de adesão da agricultura portuguesa, são tentativas canhestras de esconder a greve situação e os graves problemas a que a política de direita conduziu os campos e a floresta português.

A Comissão Política salienta a correcção e as sucessivas posições do PCP sobre os problemas da agricultura nacional, sobretudo decorrentes do processo de integração comunitária.

edições Avante!

DE TRUMAN A REAGAN
OS HOMENS DA CASA BRANCA

N. N. Iakovlev

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

à VENDA

aTalhe deFOICE

O «ocidente» do mundo

Não há melhor esclarecimento do que quando um tradicional dissimulado deixa inadvertidamente fugir a boca para a verdade. Ficamos a saber mais. Ficamos a saber quase tudo. Porque, na contradição subitamente desvendada, vamos encontrar respostas para muitas das atitudes que poderíamos andar estranhando. Isto se por acaso fôssemos na conversa.

No outro dia, uma rádio reaccionária, que mantém no éter um espírito de cruzada adaptada aos novos dias — não se trata de invadir a Palestina mas de aplaudir os outros que o fazem já não em nome da fé mas claramente em nome da influência em terras de petróleo — afirmava que o gesto de Hussein, ao anunciar a permissão de partida para as mulheres e as crianças reféns, se tratava apenas de um gesto para «acenar ao Ocidente».

Ficámos de repente a saber que a questão da anexação do Koweit pelo Iraque — não é coisa que interesse ao mundo todo, por o mundo não permitir hoje anexações. Não senhores. Isto é um caso para o «ocidente» resolver. Porque, em lugar do Koweit, quem foi atacado foi o «ocidente».

Quando o «ocidente» procede do mesmo modo — que é quase sempre —, não vem mal ao mundo. E nesse caso o «ocidente» pode estar em qualquer lugar do mapa, mesmo o mais oriental que se possa imaginar.

Exemplos?

Não chegaria o papel para enumerá-los. Certamente não chegaria um jornal para descrevê-los e às atrocidades cometidas. Aqui vão alguns, porém.

Para que a gente não se esqueça — com os olhos postos no Iraque — de que o mundo não começa ali nessas areias, mas que pode muito bem ali ter início a sua devastação, se o bom senso internacional, a firmeza de todos os que querem a paz, não imperar sobre a loucura «ocidental».

O Panamá, por exemplo.

Já sei que muitos vão dizer que não há senão este exemplo, que queremos demonstrar apenas a nossa má-vontade contra os Estados Unidos, que estes não fizeram mais que a sua obrigação ao invadir um país, soberano embora, mas limitadamente. Que o que os EUA teriam feito — com a invasão, as destruições e as mortes — foi uma operação de polícia que não se compara à arrogância iraquiana. No fim de conta os Estados Unidos são os Estados Unidos. São o «ocidente». Têm o «dever» de trazer ao redil uma «sua» ovelha tresmalhada.

E Granada?

Ora! Não me venham com essa, dirá o ouvinte da rádio cruzadista. Granada nem sequer é um país. Trata-se de uma ilha. E depois há as zonas de influência. Os Estados Unidos não podiam «permitir o marxismo» ali ao pé. Já lhes basta Cuba.

Pronto. A gente não vai falar mais do Ocidente. Vamos esquecer a Baía dos Porcos — onde é que isso já lá vai! —, vamos esquecer a Nicarágua — aquilo não foi uma invasão, os contras não eram norte-americanos no fim de contas.

Vamos esquecer a maior parte das coisas a Ocidente. Mas se deitarmos uma olhadela a Oriente?

Já sei, não falemos do Vietname. Até porque os americanos ainda não engoliram essa. Nem da Coreia, porque também lhes ficou entalada na garganta.

Mas falemos de Timor.

Por exemplo.

Que a Indonésia invadiu, anexou, e a chamou província. Com abundância de mortes e de crueldades. Para onde os Estados Unidos não mandaram a correr uma força de duzentos e cinquenta mil homens. Para onde Cavaco Silva não pensou sequer em mandar um barco de borracha. Ou um aeroplano.

Pronto, já só faltava esta, dirá o ouvinte cruzadista. Hámuitos países no mundo que são o «ocidente».

É que a Indonésia é o «ocidente».

Hoje em dia até o «ocidente» parece ter crescido e não haver «oriente» que se lhe oponha.

Israel é no «ocidente» Por isso pode invadir à vontade os países do «oriente» — o Egipto, o Líbano, a Síria. E ocupar a Palestina.

Porque, nesta óptica, quem quer ser independente e soberano, é porque é apenas um oriental. Não tem importância nenhuma. Mas não se atrevem os orientais a anexar o «ocidente». O Koweit foi invadido pelas tropas do Iraque. Um acto condenável. Que a comunidade internacional deve tentar por todos os meios políticos e diplomáticos resolver, repondo a soberania dos Estados. Mas não é assim que pensam os nossos cruzadistas. Eles pensam apenas que o Koweit fica no «ocidente».

■ LM

PCP

Agricultura

Nota da Comissão Política

Há muito que vimos propondo, na base da especificidade da actividade agrícola nacional, a defesa da nossa produção agro-pecuária face aos produtos da CEE e de países terceiros, a derrogação na entrada em vigor de diversas imposições comunitárias, o alargamento do período transitório, uma política de preços que não tivesse como resultado uma queda substancial dos rendimentos dos agricultores portugueses, que atendesse também ao elevado nível dos custos dos factores de produção relativamente a outros países da Europa, e que não frustrasse nem inviabilizasse os investimentos que se vão processando ao abrigo dos fundos comunitários, uma política e normas de aplicação desses fundos que facilite o acesso das explorações familiares e não seja, pelo contrário, obstáculo, agravando a selectividade imposta pelos regulamentos da CEE.

Notamos, com satisfação, que as nossas posições de há muito são agora retomadas por outras forças políticas e sociais.

Por exemplo, a CAP, que tem sido um dos suportes do Governo e da sua política agrícola, ainda há um ano, aquando da movimentação dos agricultores do Oeste/Bombarral, acusava estes de serem instrumentalizados pelo PCP quando reivindicavam a protecção da sua fruta face às importações, quando exigiam taxas de juro bonificadas e preços mais baixos para os factores de produção, considerando-as reclamações irrealistas e nada compatíveis com a CEE, hoje serve-se delas nas suas movimentações contra Arlindo Cunha.

Parece até que a mudança de ministro da Agricultura fez luz no espírito dos dirigentes da CAP, fazendo-os ver o que antes não viam!

Independentemente de em tempo oportuno e com mais pormenor se pronunciar sobre os problemas da agricultura portuguesa face ao início da 2.ª etapa do período de transição, de que salientamos, pelo seu particular significado, o problema das quotas leiteiras, e sobre as negociações, da qual o Governo ainda não deu uma informação rigorosa nem às organizações dos agricultores nem aos partidos da oposição, o PCP, para lá da manutenção das suas posições de defesa da Reforma Agrária, fez desde já 6 reclamações essenciais:

- A defesa da produção agro-pecuária nacional pondo fim às gravosas e desnecessárias importações agrícolas;
- A criação de condições para o fácil acesso de todos os pequenos e médios agricultores aos fundos comunitários;
- O alargamento do período de transição e o estabelecimento das derrogações necessárias a uma adaptação sem sobressaltos económicos e sociais dos agricultores portugueses;
- A instituição de medidas financeiras e técnicas que promovam a harmonização dos preços dos factores de produção (gasóleo, energia eléctrica, rações, adubos, etc.) e taxas de juro bonificadas, ao nível dos restantes países da CEE;
- A concretização rápida do Regulamento n.º 768/89 que institui as ajudas transitórias ao rendimento agrícola das explorações agrícolas afectadas pelas condições dos mercados, e que devido à sua situação económica e estrutural não se encontram em condições de levar a bom termo, por si sós, o processo de adaptação;
- A necessidade de um programa de urgência para a floresta portuguesa que, no período de um ano e com disponibilidades no próximo Orçamento de Estado, permita atalhar com eficácia os flagelos dos incêndios florestais.

Comunistas de Beja lançam preparação da 2.ª Assembleia regional

Como já revelámos em anterior edição, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE) do PCP decidiu promover **um conjunto de importantes iniciativas** que visam preparar com rigor e objectividade a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja do PCP, que terá lugar a **2 de Dezembro** e lançar também desde já a preparação das eleições de 1991 para a Presidência e a Assembleia da República.

Entre outras iniciativas estão em preparação um **Encontro de Quadros Comunistas e outros Democratas do distrito de Beja** (22 de Setembro) para debater as eleições, o desenvolvimento, o Poder Local e a Regionalização; fóruns distritais do PCP e outros democratas sobre a **Saúde** (11/9); o **Ensino, a Juventude** (31/8), **os reformados, a situação laboral e sindical** (17/9), sobre o **Plano Integrado de Desenvolvimento para o distrito de Beja** (14/10) e ainda sobre o trabalho de direcção, renovação e estruturação na Organização Regional de Beja do PCP (14/9).

A DORBE do PCP concluiu que é necessário prosseguir e reforçar o trabalho e a luta em todas as frentes — luta de massas, luta institucional, luta eleitoral — e que as próximas eleições e o reforço eleitoral do PCP e seus aliados são **da máxima importância para uma alternativa democrática.**

Reunido no passado dia 26, o Secretariado da Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE) do Partido Comunista Português analisou aspectos da situação política e social no distrito de Beja, a crise no Golfo, e um conjunto de medidas e iniciativas com vista à dinamização do Partido e à preparação da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja e das eleições presidenciais e legislativas de 1991.

Educação e ensino

Abordando a actualidade do sector do ensino e da educação no Baixo Alentejo, os comunistas de Beja referem a dado passo:

As taxas de escolaridade rondarão os 82% no ensino primário; 54% no preparatório e de 30% no secundário.

De registar, como positiva, a existência do Instituto Politécnico de Beja, que integra uma Escola Superior de Educação e uma Escola Superior Agrária.

Embora não tenha sido contactado por qualquer entidade ou pessoa sobre a eventual criação em Beja de uma extensão do Instituto Superior de Serviço Social e de uma extensão da Universidade Moderna, instituições da área do ensino privado, a DORBE do PCP considera de um ponto de vista positivo essa eventualidade, desde que a seriedade, a qualidade e rigor científico presidam a todo o processo e ao funcionamento desses estabelecimentos de ensino e desde que se insiram num sistema educativo democrático e nacional.

O PCP defende, no seu Programa, que o direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto é de todos.

Infelizmente, até hoje, nenhum dos Governos (desde Governos PS até aos actuais PSD) devido às suas políticas, tiveram capacidade para elaborar e executar uma acção educativa que resolvesse os problemas do ensino e educação no distrito de Beja e no País.

Os milhões da CEE

Notura passagem do apontamento divulgado ao «Avante!», o Secretariado da DORBE/PCP reclama que **o Governo informe, como é seu dever, quantos milhões de contos da CEE vieram para a agricultura e para outros sectores económicos e sociais no distrito de Beja, que informe quem os recebeu, como foram utilizados e quais os resultados concretos para o distrito do ponto de vista económico e social.**

Entretanto, a DORBE do PCP considera negativo que o distrito de Beja passe a ter menos um deputado na Assembleia da República a partir das próximas eleições.

A responsabilidade de Beja passar a ter menos um representante na Assembleia da República deve-se a proposta do PSD aprovada também com os votos do PS, conclui aquele organismo de direcção do PCP.

edições Avante!

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

Trabalhadores

Os enfermeiros estão mal

• Protesto e apelo do Sindicato

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) acaba de publicar na Imprensa um «comunicado à população», no qual afirma que «faltam, neste momento, cerca de 15 mil enfermeiros para o normal funcionamento dos Serviços, continuando, apesar disso, cerca de 3 mil com contratos a prazo».

Depois de fazer documentadas críticas à política de saúde do Governo, o SEP destaca que «**o Plano de Assistência de Verão ao Algarve** fez deslocar enfermeiros de todo o país para esta região, acentuando as condições de ruptura existentes em muitos serviços e não resolvendo as carências daqueles».

O SEP, ao «alertar a população em geral para aspectos que devem merecer a atenção de todos nós, como utentes dos Serviços de Saúde», critica especialmente o Despacho 14/90, saído a 17.9.90, que «legaliza a **prática da clínica privada nas instituições públicas**, através do uso das instalações, aparelhagens e pessoal, por parte dos médicos».

Depois de sublinhar «**um rol de injustiças que a Lei de Bases da Saúde vem legitimar**», a direcção do SEP acrescenta que «o Governo atrasa sucessivamente (não chegando a acordo) resoluções tendentes a melhorar as condições de trabalho dos enfermeiros e, por consequência, melhorar a prestação de cuidados de saúde à população».

Ainda no mesmo «comunicado à população», os dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses concluem que «as situações de carência de pessoal, degradação das instituições, desigualdade de tratamento de todos os sectores profissionais, decadência das condições de atendimento ao utente» recebem do Governo respostas como «inaugurações feitas à pressa para a TV mostrar», «condições para a prática de clínica privada nas instituições públicas», e «orientações exclusivamente políticas e economicistas».

O SEP apela à população para que «não deixe maltratar a nossa Saúde». Não anuncia qualquer forma de luta, para além desse apelo geral, publicado em Lisboa em 27 do corrente.

Continuam os protestos

contra os despedimentos na RTP

No seguimento de outras tomadas de posição a que temos feito referência, a Comissão de Mulheres da CGTP-IN, através do seu secretariado, «repudia e condena os despedimentos das jornalistas da RTP, Maria Elisa, Margarida Marante e Maria Antónia Palla, pois entende que eles resultam unicamente de um procedimento arbitrário e discriminatório do conselho de gerência daquele órgão de comunicação social».

Num comunicado de 23 do corrente, aquela Comissão conclui como segue:

«A Comissão de Mulheres da CGTP-IN classifica de atropelo o processo que os motivou (os despedimentos) e expressa a sua estranheza pelo facto de só agora, e muito significativamente em relação a estas três jornalistas, a RTP ter descoberto "incompatibilidade do exercício de funções", o que indicia intuitos saneadores de todo inaceitáveis num país livre e democrático como é o nosso.»

«Ao mesmo tempo que reafirma a solidariedade já expressa pela direcção da central sindical em que está inserida, a Comissão de Mulheres da CGTP-IN está disposta a apoiar na defesa dos seus direitos estas três jornalistas, cujas competências e criatividade são pela maioria das pessoas reconhecidas».

Plenário na RTP

Vinha a público, entretanto, que os Sindicatos dos Jornalistas, dos Meios Audiovisuais e dos Técnicos de Telecomunicações decidiram convocar um plenário geral de trabalhadores da RTP para tratar do assunto dos despedimentos. A reunião está prevista para o início de Setembro. «A arbitrariedade da sanção aplicada» às jornalistas motivou o envio de uma carta de protesto a Mário Soares e a Cavaco Silva, da parte do presidente da OIJ (Organização Internacional dos Jornalistas), Gatinot.

Ensino instável

Pouco mais de 400 vagas para 3123 docentes

Os resultados dos concursos dos quadros distritais de vinculação dos professores do 1.º ciclo do ensino básico e educadores de infância permitem apenas a colocação de cerca de 500 concorrentes.

Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), para o ensino básico havia só 407 vagas às quais concorreram 3123 candidatos, entre eles 2578 «não pertencentes aos quadros e já com muitos anos de serviço».

O SPGL, que possui a lista das colocações para consulta dos associados, verifica, perante os resultados dos concursos, que «mais de 2000 professores continuarão a ser vítimas da instabilidade profissional e a ser brindados mensalmente pelos contratos a prazo (figura jurídica criada há dois anos pelo Ministério da Educação)».

Recorde-se que os professores do ensino básico e educadores de infância são necessários à normal prossecução do ensino; só que ficarão mais uma vez dependentes da instabilidade instaurada como norma pelo Governo.

Contra a destruição do Conservatório

Como noticiámos na semana passada, o Sindicato dos Músicos, com sede em Lisboa, considera em perigo o Conservatório Nacional. Protestando novamente contra «o possível encerramento» daquele estabelecimento de ensino musical, a direcção do Sindicato transmitiu aos órgãos de comunicação uma lista de personalidades junto das quais se poderão obter depoimentos sobre o assunto. Segue-se a referida lista com os respectivos números dos telefones: Prof. Leonor Cadete, 749845; prof. Manuel Morais, 2083431; prof. Magner Dinis, 809872; prof. Joaquim Simões Hora, 7263147; prof. Carlos Paredes, 7140002; prof. Dinis, 2901760/8582644; prof. Jorge Costa Pinto, 616185; aluna Susana Costa, 3620379; prof. Catarina Latino, 741143; prof. Fernando Afonso, 780731; prof. Fernando Eldoro, 741580; prof. Paulo Brandão, 8584135; prof. Constance Cappedeville, 4422450; maestro Álvaro Salazar, 02/680313 (presidente do Conselho Português da Música); Vasco Roque, 615852 (presidente da pró-Associação dos Alunos do Conservatório).

Incêndio do Chiado
Pessoal sem direitos dois anos depois

Passou, em 25 do corrente, mais um ano, o segundo, sobre o incêndio do Chiado. **O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) lembrou na ocasião que «o Governo continua a desprezar os mais elementares direitos dos trabalhadores atingidos pelo incêndio» e, designadamente, que o plano de reconstrução «não prevê a manutenção dos anteriores postos de trabalho». O CESL distribuiu sobre o assunto um extenso comunicado.**

Combustíveis

Possível «liberalização» dos preços interrompe revisão do contrato

A «possibilidade de liberalização dos preços dos combustíveis» ajudou a interromper a revisão do contrato de trabalho do pessoal de vários sectores da revenda. A Fepces (Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços), representativa dos trabalhadores, solicitou esta semana uma audiência ao secretário de Estado da Energia.

Além disso, a mesma organização sindical reclamou a intervenção do Ministério do Emprego e Segurança Social, pois a Anarec (associação patronal do sector), a seguir a uma entrevista com o secretário de Estado da Energia, em 24 do corrente, limitou-se a suspender as negociações de revisão contratual apenas porque aquele membro do Governo lhe revelou «a possibilidade de liberalização do preço dos combustíveis», devido à «crise do petróleo». O resto foram ideias vagas que a Anarec não explicitou.

Os trabalhadores do sector continuam a reclamar, na revisão, um abono mensal para falhas (1500 escudos); diuturnidades de 1000 escudos mensais; um seguro por assaltos, etc.; subsídio de almoço de 300 escudos; e a redução do horário de 45 para 40 horas semanais.

Poder Local

Hoje, em sessão pública da CM de Cascais

CDU quer saber como é

Em causa a área de paisagem protegida

Hoje à tarde, na sessão pública da Câmara Municipal de Cascais, a CDU espera que o presidente Georges Dargent e o vereador do urbanismo, Casimiro Pires, respondam a algumas perguntas pertinentes sobre o futuro do concelho e sobre o que os homens do PSD pensam fazer com doze grandes projectos imobiliários que prevêem a ocupação de 8 milhões de metros quadrados da área de paisagem protegida Sintra-Cascais.

Os vereadores da Coligação Democrática Unitária esperam igualmente que os eleitos do partido que é há onze anos (e mais os sete meses deste mandato) responsável pela política de urbanismo e pela presidência da CM de Cascais esclareçam as afirmações feitas por Casimiro Pires, nomeadamente numa recente sessão de Câmara, sobre graves irregularidades cometidas nos últimos anos e com que se defrontou ao pegar no pelouro urbanístico.

Em conferência de imprensa que deram no passado dia 23, no espaço aprazível do Parque da Gandarinha, os vereadores comunistas Vítor Silva e Carlos Sota desmascararam a imagem de «salvadores» do concelho e «justiceiros», que os homens do PSD vêm pretendendo assumir como se não tivessem - eles e o seu partido - nada a ver com o que não foi feito ou foi mal feito no município de Cascais de há onze anos a esta parte.

Os doze

Em consulta na Câmara encontram-se projectos imobiliários para a zona das praias do Guincho e do Abano (loteamento do Abano, propriedade da família Champalimaud), do cabo Raso (Raso e Euronova) e da Penha Longa-Autódromo (Savelos, Aoki Corporation, Autodril, Metropol, Casal Goilão, Quinta Patino, Vigogeste-Quinta das Patinhas, e Tomé Feteira). Somam, estes doze projectos, 9 milhões de metros quadrados, dos quais ficam dentro da área de paisagem protegida 8 milhões.

Os vereadores da CDU alertam para o perigo de, enquanto esgrimam contra construtores e obras de muito menor dimensão para se afirmarem defensores do ambiente e do desenvolvimento do concelho, os eleitos do PSD se estarem a preparar para deixar passar projectos gigantes, que iriam deformar o aspecto de Cascais e pôr em perigo as suas belezas naturais.

Mas, além deste perigo imediato, a CDU chama a atenção para aspectos graves da política do PSD na CM de Cascais, os quais demonstram que, ao pretenderem dar uma imagem de defensores do concelho, os social-democratas querem vender gato por lebre.

Os eleitos pela coligação PCP-PEV lembram que, com o PSD em maioria na Câmara e na Assembleia Municipal, está há seis anos paralisada a elaboração do Plano Director Municipal; foram aprovados hotéis para a área de paisagem protegida sem haver regulamentação para esta; não está a ser cumprida uma deliberação camarária que obriga à reflorestação das áreas queimadas; estão a ser aprovados projectos que violam o Plano de Urbanização da Costa do Sol; foi vendido terreno municipal a 8 mil escudos por metro quadrado na área de paisagem protegida; para esta área foi

rejeitado (pelo bloco então existente PSD, PS, CDS) um plano de macrozonamento proposto pela CDU.

Além disso, nestes anos todos os vereadores - sempre do PSD - responsáveis pelo planeamento urbanístico nunca apresentaram à CM quaisquer normas para o sector.

Isto diz respeito ao PSD, e diz respeito directamente aos homens que o representam e que agoram tentam fazer passar a imagem de salvadores de Cascais, lavando as mãos e sacudindo água do capote. É o que se passa - denunciaram os vereadores Vítor Silva e Carlos Sota - com Casimiro Pires: quando foi presidente da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa aprovou (nomeadamente na Avenida dos Bombeiros Voluntários, no Estoril) índices de construção duas vezes superiores ao permitido pelo plano da Costa do Sol (PUCS); e na sua própria residência procedeu a alterações que desrespeitaram aquele plano.

A CDU - conforme os seus eleitos disseram aos jornalistas - entende que quem já fez tanto mal ao concelho não dá garantias reais de defender agora a área de paisagem protegida da ameaça dos doze projectos gigantes. Deu, por isso, o alerta, e fez propostas para salvar Cascais.

Para salvar Cascais

A CDU fez aprovar por unanimidade, como recomendação, na sessão de Câmara de 2 de Agosto, uma série de propostas que, a serem aplicadas, contribuirão para salvar Cascais e garantir o seu desenvolvimento equilibrado.

Deve ser elaborado urgentemente e aprovado, após ampla discussão pública, o Plano Director Municipal. Até à aprovação do PDM, não deve parar a construção, mas devem ser aplicados o PUCS e demais regulamentos em vigor; deve ainda a CM aprovar normas preventivas e cautelares que salvaguardem a continuação da actividade dos agentes económicos e sociais do concelho sem comprometer o futuro. Devem ser possibilitados o loteamento e a construção em áreas contíguas aos aglomerados urbanos existentes, não previstos no PUCS, sem comprometer o futuro dessas áreas no contexto global do concelho. Todos os projectos para a área de paisagem protegida devem ser indeferidos até esta estar devidamente regulamentada. Deve ser constituída desde já uma Comissão de Gestão Urbanística, composta por um vereador de cada força política e que tenha por objectivo controlar a aplicação da legislação existente, bem como apreciar os projectos de loteamento e construção não previstos na legislação nem noutros instrumentos urbanísticos do concelho.

Nacional

«Portugal Bulletin»

O número 2 (1990) do «Portugal Bulletin», que acabou de chegar à nossa redacção, inclui nas suas páginas traduções de peças publicadas no «Avante!» sobre o seminário pelo fim do trabalho infantil realizado em Março pela USP/CGTP-IN e sobre o problema das vias ferroviárias em Trás-os-Montes.

O boletim da fundação holandesa «Tulipa Vermelha», publica ainda, entre outros materiais, uma reportagem fotográfica da Apúlia, caricaturas da imprensa portuguesa e artigos sobre a campanha dos 150 mil contos para a Festa do «Avante!», os 16 anos da revolução portuguesa, o seminário internacional realizado em Fevereiro em Évora sobre a política agrícola da CEE, o *eucaliptosaurus*, a cozinha tradicional portuguesa. Intitulada «A Tulipa Vermelha continuará como Tulipinha», o boletim inclui uma entrevista dada a um jornal cristão holandês pelos responsáveis da fundação no quadro do comunicado sobre o fim das suas actividades.

PDM de Grândola esteve na Feira de Agosto

O Plano Director Municipal de Grândola, actualmente em fase de conclusão para posterior aprovação, constituiu o tema forte da exposição que a Câmara teve patente na Feira de Agosto, certame que decorreu de 24 a 27 de Agosto e foi visitado por milhares de pessoas.

As fotografias de obras em curso ou já concluídas e os diversos mapas que mostravam como vai ser o futuro do concelho foram instalados num pavilhão com dois pisos. Ao lado das propostas em estudo para o desenvolvimento da rede viária, das zonas de empreendimento turístico, dos tecidos urbanos dos principais aglomerados populacionais, das zonas industriais e agrícolas, surgia um apelo à contribuição de todos os interessados «para que, de uma forma crítica, ajudem a definir os caminhos que conduzam ao engrandecimento de Grândola e à elevação das condições de vida dos seus habitantes».

De ano para ano a Feira de Agosto, iniciativa da Câmara Municipal de Grândola, tem vindo a crescer, prevendo-se — segundo uma nota do Gabinete de Imprensa da CM — que atinja nos próximos anos «uma projecção sem par no sul do País».

Situado junto ao principal eixo rodoviário de ligação ao Algarve, o recinto da Feira foi recentemente vedado. Possui dois pavilhões e estão projectados para execução a breve prazo os arruamentos, a iluminação e todas as infra-estruturas.

Um espaço ao ar livre foi ocupado por empresas representantes de marcas de máquinas e alfaias agrícolas e *stands* de automóveis. Nos pavilhões instalaram-se empresas turísticas, de construção civil, da indústria.

O programa de animação cultural da Feira de Agosto incluiu um concerto de *jazz*, um festival de folclore com a participação de seis ranchos, a actuação de grupos corais etnográficos e um concerto de dois grupos de *rock*. A banda de música local encerrou o certame.

Um momento do primeiro dia da Feira de Agosto, onde se vê o presidente da Câmara Municipal de Grândola conversando com um dos expositores

Poder Local

PCP exige a abolição da portagem na Ponte 25 de Abril

Todas as prestações têm um prazo

As direcções regionais de Lisboa e Setúbal do PCP reclamaram na semana passada, durante um encontro com a comunicação social, a abolição definitiva do pagamento da portagem na Ponte 25 de Abril, a partir de 1 de Setembro próximo.

Os dirigentes e autarcas do PCP, presentes na conferência de imprensa, justificam a abolição da portagem pelos mesmos motivos que levaram o Governo a suspendê-la temporariamente até 30 de Agosto, ou seja, permitir o escoamento do fluxo de tráfego na ponte, decorrente da abertura da quinta via. Desde então o trânsito aumentou em mais de 20 mil veículos dia, o que «torna absurdo repor a portagem» já que esta situação prolongar-se-á para além de Agosto. Esta proposta, segundo foi dito, é uma consequência natural das soluções globais há muito defendidas pelo PCP para o problema dos acessos a Lisboa e constituirá igualmente um contributo inestimável para poupar, a muitos milhares de pessoas, enormes perdas de tempo e o desgaste psicológico a que diariamente são sujeitos, e ao país uma considerável parcela de combustível queimado nos inevitáveis engarrafamentos que de novo se formarão.

Os dirigentes e eleitos comunistas defenderam um «visão integrada da Grande Lisboa que engloba o desenvolvimento de ambas as margens do Tejo em estruturas de anel, que implicam vias de grande circulação e que não são passíveis de ser condicionadas com portagens causadoras de estrangulamentos do tráfego».

Na foto, Eufrázio Filipe, presidente da CM do Seixal, Jorge Cordeiro, da DORL, Daniel Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira, Carlos Humberto, da DORS, e Pedro Canário presidente da CM do Barreiro, durante a conferência de imprensa em que foi exigido o fim da portagem na Ponte 25 de Abril

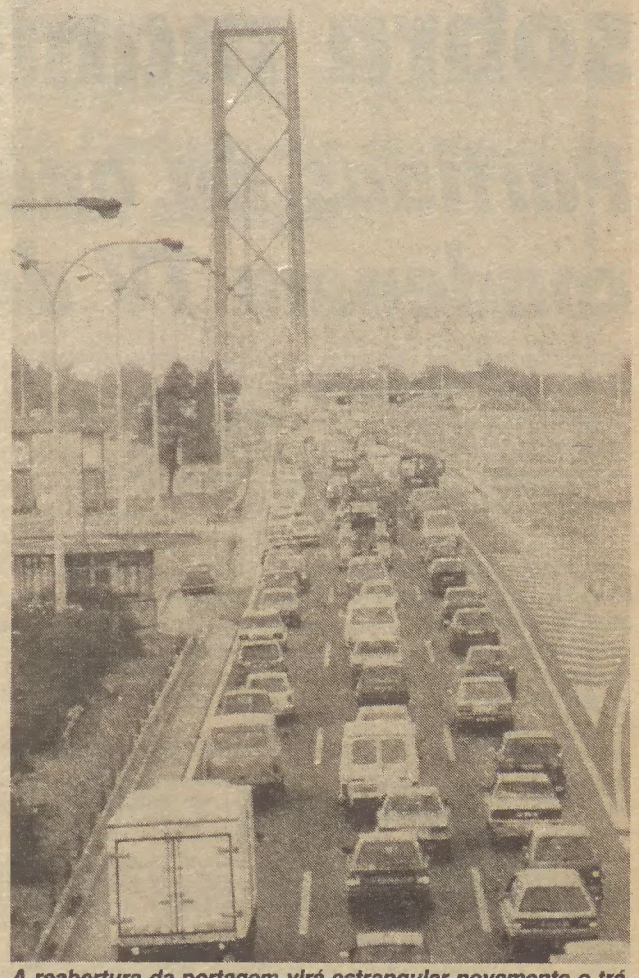
24 anos é muito tempo

Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, afirmou que «não somos contra as portagens em geral, porque o país não tem recursos para as dispensar, mas julgamos que 24 anos é um prazo mais que suficiente para pagar a ponte». O documento divulgado, que defende a plena salvaguarda dos direitos dos trabalhadores portageiros envolvidos, sublinha que não é justo que os cerca de cem mil veículos que passam diariamente na ponte sejam obrigados a pagar portagem, quando a obra de construção há muito que se encontra custeada.

Recorde-se que o valor daquela importante infra-estrutura cifrou-se na altura em 2,15 milhões de contos e que, até 1988, os 385 milhões de veículos que a utilizaram deixaram nas portagens mais de 11 milhões de contos. Só durante o ano de 1989, 34 milhões de utilizadores contribuíram com mais de 1,3 milhões de contos.

Por outro lado, ficou claro que a abertura da quinta faixa e a maioria das iniciativas recentemente anunciadas pelo Governo correspondem, em grande parte, às soluções apontadas pelos comunistas há vários anos. Como exemplo, foi citado o projecto da nova ponte rodo-ferroviária e o da instalação de um transporte rápido e de massas por carril na ponte sobre o Tejo. A construção da CRIL e da CREL são igualmente grandes prioridades a concretizar, no entanto, os comunistas sustentam, contrariamente ao Governo, que as duas pontes e o caminho de ferro rápido deverão fazer parte de um anel de ligação entre as duas margens da cidade, assim como deve ser incrementado o transporte fluvial de passageiros e de mercadorias.

Pedro Canário, presidente da Câmara do Barreiro, focou a este propósito a questão da não execução de obras complementares dos empreendimentos previstos pelo Governo. É o caso do Barreiro onde a falta de verbas está a impedir a articulação do futuro terminal fluvial e rodo-ferroviário com a rede viária existente. O mesmo se passa com a auto-estrada de Cascais que poderá ficar pronta muito antes da CRIL, permitindo apenas que as pessoas cheguem mais depressa ao engarrafamento.



A reabertura da portagem virá estrangular novamente o tráfego na Ponte, agora acrescido de mais vinte mil veículos/dia

Por último, em resposta a uma pergunta colocada acerca do projecto de uma nova auto-estrada entre o Carregado e Lisboa, recentemente anunciado pelo secretário de Estado das Obras Públicas, Daniel Branco disse que a proposta do PCP previa já que a Circular Regional Exterior de Lisboa chegasse ao Carregado, daí que se o Governo aparece agora a falar numa auto-estrada, isso dever-se-á simplesmente ao facto de «as auto-estradas terem portagens e nunca ainda ninguém ter falado nelas para as circulares».

Na conferência de imprensa, que decorreu num café da baixa lisboeta, estiveram presentes Henrique Carreira, vereador da CM do Seixal, Pedro Canário, presidente da CM do Barreiro, Carlos Humberto da DORS, Daniel Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira, Jorge Cordeiro e Euclides Pereira, da DORL, e Eufrázio Filipe, presidente da CM do Seixal.

Sistema de adiantamentos de verbas do FEDER

Nova ameaça aos Municípios

«Mais um factor que compromete a capacidade financeira dos Municípios e pode prejudicar o aproveitamento da totalidade das verbas a que Portugal tem acesso — é assim que o PCP encara a imposição pelo Governo às autarquias de um sistema de adiantamentos de verbas do FEDER **incomparavelmente mais gravosos do que aquele que é praticado pela CEE.** A chamada de atenção do PCP surge numa nota do seu gabinete de Imprensa, divulgado aos jornalistas no passado dia 24. Aí se refere a dado passo:

«Este sistema consta do "Projecto de Protocolo Global entre o Estado e Municípios sobre Adiantamentos de Verbas do FEDER" emanado do Ministério do Plano e Administração do Território (MPAT) submetido à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

«A ser instituído, tal "protocolo global" funcionará como um travão dos investimentos em importantes obras e poderá mesmo comprometer a absorção plena dos fundos postos à disposição de Portugal, desviando verbas vindas da CEE das finalidades estabelecidas. Esta seria mais uma forma de os Municípios financiarem o Governo e verem agravada a sua capacidade de realização, com prejuízos para as populações.»

E mais adiante:

São especialmente demonstrativos destas afirmações os seguintes factos:

- **A CEE transfere para os Estados membros 50% da comparticipação do FEDER, a título de primeiro avanço, à data do início da obra. O Governo pretende adiantar apenas 30%;**
- **A CEE transfere automaticamente 50% da segunda anualidade desde que o Estado membro prove ter realizado uma despesa correspondente a 60% do investimento previsto na primeira anualidade. O Governo pretende só fazer adiantamentos sobre a segunda anualidade desde que o Município prove ter dispendido 100% do investimento previsto.**

O Governo pretende ainda condicionar a recepção dos adiantamentos à aceitação pelos Municípios da retenção na fonte dos duodécimos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) (verbas inscritas no Orçamento do Estado a favor dos Municípios e que são a sua principal fonte de receita) e conferir poderes desproporcionados aos órgãos de gestão dos «Programas Operacionais», dos quais os Municípios foram arredados por Decreto.

A terminar a sua nota, o gabinete de Imprensa do PCP sublinha:

Os projectos dos Municípios portugueses representam uma importantíssima fatia dos investimentos integrados no «Quadro Comunitário de Apoio». O papel de um Governo democrático seria certamente o de incentivar e apoiar esses investimentos, com vista ao progresso das várias regiões de Portugal e garantir que as verbas previstas não se percam por falta de capacidade financeira.

Ao fazer exactamente o contrário, o Governo PSD/Cavaco Silva confirma o carácter arbitrário e centralista da sua política e pretende adoptar uma medida cujas consequências podem ser antipatrióticas e lesivas dos interesses das populações e do desenvolvimento regional equilibrado.

Para eleger nova Junta

Rio Torto vota a 30 de Setembro

Dentro de um mês vão realizar-se eleições para a Assembleia de Freguesia de São Miguel de Rio Torto, no concelho de Abrantes. A CDU concorre para ganhar e apresenta como cabeça-de-lista Maria José Oliveira, que foi neste meio ano tesoureira da Junta de Freguesia.

Em 17 de Dezembro do ano passado votaram 2039 eleitores dos 3506 inscritos nos quatro lugares de Rio Torto (S. Miguel, Arreciadas, Bicas e Arrifana). Na votação para a Assembleia de Freguesia o PS ficou à frente, com 678 votos, menos cerca de 30 por cento que em 1985; o PSD teve 575 e a CDU 573. Para a Câmara Municipal ganhou a CDU, com 643 votos, ficando o PS com 588 e o PSD com 532.

Após constituída a AF, foi eleita uma Junta de Freguesia que integrava elementos do PS e da CDU. Demitiram-se imediatamente todos os eleitos do PSD. A 13 de Junho, protestando contra as irregularidades na apresentação das contas do ano anterior (da responsabilidade dos eleitos do PS que ocupam agora os cargos de presidente e secretário da Junta), renunciam ao mandato todos os elementos da lista da CDU.

Numa carta à população, a candidata da CDU à presidência da Junta fala dos projectos que conseguiu concretizar desde o início deste mandato e da falta de vontade política dos outros dois membros do executivo autárquico para realizar mais trabalho. «Decidiram enveredar pelo boicote sistemático às minhas iniciativas e, numa prova de suprema arrogância para com a população, em relação à qual têm o dever de prestar contas periodicamente, só depois de pressionados é que as decidiram apresentar, fora do prazo e cheias de graves irregularidades» — afirma Maria José Oliveira.

Maria José Oliveira encabeça a lista da CDU em S. Miguel do Rio Torto

Assim, os autarcas da CDU concluíram que deviam «terminar de vez com esta situação e deixar nas mãos da população de S. Miguel a decisão quanto ao futuro dos seus próximos órgãos autárquicos», e — e como refere a candidata da Coligação — «a prova de que tínhamos razão é o facto de que a própria força política que os apoiava nem sequer os tenha apresentado de novo como candidatos».

Nacional

Falta liberdade, sobra manipulação

Partidos da oposição condenam TV do Governo

Em conferência de imprensa conjunta, representantes do PCP, PS, PRD e CDS protestaram contra os despedimentos de Maria Elisa, Maria Antónia Palla e Margarida Marante e condenaram práticas de manipulação e enfeudamento ao Governo que se verificam na Radiotelevisão Portuguesa.

Promovida como «acto público de protesto contra os despedimentos injustos, infudamentados e arbitrários» daqueles jornalistas, a quem os partidos da oposição parlamentar manifestaram a sua «activa solidariedade», a conferência de imprensa realizada no dia 23 de Agosto serviu ainda para divulgar «uma reflexão conjunta sobre aspectos da situação na RTP e da sua orientação, que, revelando-se a propósito deste caso, o excedem largamente».

No texto apresentado aos jornalistas por Vítor Dias (PCP), Fernando Marques da Costa (PS), Carlos Beato (PRD) e Manuel Andrade (CDS) considera-se que os despedimentos agora anunciados pelos responsáveis da Televisão constituem «um claro atentado à liberdade de expressão e visam manifestamente instalar um clima de intimidação sobre um vasto conjunto de profissionais da RTP».

Para os quatro partidos «é hoje incontestável a existência na RTP de uma situação e de orientações de todo em todo incompatíveis com as regras de um Estado de direito democrático, com os princípios constitucionais e com o estatuto de uma empresa pública de comunicação social», conclusão que resulta «directamente» do «comportamento arrogante, de abuso do poder e de procura de uma ilegítima impunidade do Conselho de Gerência da RTP» e das «graves situações de que deram público testemunho as jornalistas despedidas, designadamente quanto à proibição, na prática, pelos responsáveis da RTP, nos dois últimos anos, da promoção de debates políticos, e quanto à escandalosa rede de ligações e dependências estabelecidas entre os responsáveis da RTP e o Governo».

Redobrada gravidade

Tal situação é «sempre inadmissível» e torna-se «intolerável e de redobrada gravidade» com a aproximação de importantes actos eleitorais — afirma PCP, PS, PRD e CDS. Nesta perspectiva, entendem que é «um inadiável imperativo democrático o estabelecimento na RTP de um clima de liberdade e segurança profissional que respeite os direitos de quantos trabalham naquela empresa, a erradicação de práticas de manipulação e de enfeudamento ao Governo do PSD, e a plena salvaguarda do pluralismo, designadamente com uma informação isenta e com a promoção regular de debates políticos de composição pluripartidária sobre os principais problemas nacionais».

Foi anunciado na altura que, para exposição das suas opiniões sobre esta matéria, os partidos da oposição vão pedir audiências ao Presidente da República e à Alta Autoridade para a Comunicação Social, «no quadro de um conjunto de diligências e iniciativas comuns que se propõem desenvolver (e em que se inclui a luta pelo avanço do inquérito parlamentar à RTP, até aqui paralisado pelo PSD)».

«Por muito que isso custe ao PSD e ao Governo» — afirma-se na declaração que foi lida aos jornalistas — «o regime democrático e o regular funcionamento das suas instituições contêm os mecanismos e as possibilidades de intervenção bastantes para enfrentar e derrotar a prepotência e as tentativas de dominação da comunicação social estatizada».

Cavaco em Viana do Castelo

Uma presença deslocada nas Festas da Agonia

• *Gerência da EDP pretende encerrar Centro de Distribuição de Viana*

A visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva a Viana do Castelo, nas recentes Festas da Agonia, a pretexto de participar na assinatura do protocolo de geminação da cidade de Viana com a de Lugo (Galiza — Espanha) e no almoço da efeméride, em ambos os actos ausente, serviu para ganhar tempo de antena na televisão e para se mostrar na tribuna de honra aos habitantes e visitantes de Viana (que o presentearam com oportunos e sadios assobios) e foi, entre outras razões, motivo de uma situação desagradável perante as autoridades espanholas. Por outro lado, o apagamento do governador civil provoca, naturalmente, dúvidas e interrogações, comenta a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo (DORVIC) do PCP.

Reunida pela primeira vez, a DORVIC fez o balanço da situação política e social que se vive no Alto Minho, alertando a opinião pública para algumas situações de gravidade.

Assim, o alegado envolvimento de figuras públicas, titulares de órgãos do Poder Local, em casos de corrupção e desvio de poder, em **Caminha** e **Monção,** é motivo de preocupação e exige, para crédito do Poder Local democrático, que os processos prossigam até às últimas consequências.

Por outro lado, a extinção do Centro de Distribuição de Viana do Castelo e a transferência para Braga da sua sede, alteração que o Conselho de Gerência da EDP se propõe realizar, é um acto de consequências nefastas para os trabalhadores do CD de Viana do Castelo, e para a comunidade — autarquias, consumidores, empresas da região — em que a EDP se encontra inserida.

Tal, mereceu da DORVIC do PCP toda a solidariedade para com os trabalhadores e suas famílias.

Esta estrutura manifesta também publicamente a preocupação pela consequente degradação dos serviços aos consumidores e pelo transtorno provocado aos utentes na resolução de problemas de competência do Centro de Distribuição e pelos presumíveis prejuízos para as empresas da região e seus trabalhadores, que fornecem bens e serviços à EDP, que não tardarão...

Responsabilidades

A EDP, como empresa pública, usa as prerrogativas de prestadora de serviço público para impor condições em seu proveito (como foi o caso do pagamento das indemnizações aos proprietários dos terrenos do Lindoso e da Várzea, a baixo preço) e por outro lado, despe-se desse estatuto, para, na prestação dos serviços, se mover exclusivamente pela obtenção do maior lucro, tão ao gosto da política neo-liberal do Governo Cavaco Silva/PSD.

A EDP, ao prestar um serviço público tem responsabilidades perante os utentes e a comunidade em que se encontra integrada.

Da decisão que o Conselho de Gerência da EDP venha a tomar não pode deixar de ser responsabilizado o respectivo Ministério da Tutela do Governo Cavaco Silva/PSD.

Se a decisão de extinguir o Centro de Distribuição de Viana do Castelo for por diante, é mais um acto de secundarização de Viana do Castelo, a somar a tantos outros (por omissão), que o povo de Viana e sua região regista.

Aguardamos que o bom senso prevaleça, e que seja controlada uma solução entre o Conselho de Gerência da EDP, as estruturas representativas dos trabalhadores e as autarquias da região, de modo a que os interesses das partes sejam respeitadas, pois eles não são antagónicos, mas complementares — melhores serviços, melhores condições de trabalho, melhor qualidade de vida, maior capacidade produtiva, maior rendimento, melhor bem-estar.

Dionísio Castro: Alta competição está *em baixo*

«Algo vai muito mal na alta competição» em Portugal, afirma Dionísio Castro, atleta que detém a segunda melhor marca europeia dos cinco mil metros e está em sétimo lugar no *ranking* mundial. Como muitos outros atletas, Dionísio Castro queixa-se da escandalosa falta de apoio oficial aos desportistas e aos clubes, numa breve entrevista em que se falou das posições recentemente tomadas pelo PCP sobre política desportiva.

Quando falámos com ele, Dionísio Castro estava *de mala aviada*, praticamente em vésperas de partir para a Jugoslávia, onde no dia 27 se iniciaram os campeonatos da Europa de atletismo, na cidade de Split. **Chegar à final e entrar nos dez primeiros lugares** é a meta que o corredor português pensa ser possível alcançar ali.

Subsídios em atraso

No que se refere ao Estatuto de Alta Competição, recentemente publicado pelo Governo, Dionísio Castro regista que **o decreto já saiu** e que **a Federação de Atletismo ainda não saiu com qualquer comunicado**.

Diz que **algo vai muito mal na alta competição** e manifesta algumas preocupações concretas: **os Jogos Olímpicos de Barcelona estão à porta e nós, atletas, temos as mesmas condições que quando fomos a Seul, ou ainda piores.** O subsídio mensal de 40 contos para atletas de nível mundial e de 30 contos para atletas de nível europeu **é muito pouco** para as despesas que uma preparação de alto nível exige. Além do mais, **já não recebemos subsídios há três ou quatro meses**, o que leva Dionísio Castro a dizer que **se não fossem os clubes, não se podia fazer alta competição em Portugal**.

Se isto é uma crítica ao Governo? **Em parte, é, são eles que têm a ver com isso. Mas o Governo só se lembra do atletismo quando é para tirar fotografias para os jornais**, embora esta seja uma das modalidades que mais títulos têm dado a Portugal. Dionísio Castro recorda o que se passou com ele próprio: **recentemente bati o *record* mundial da distância dos 20 km, fiz 57"14", e fiquei próximo do *record* do Mundo da hora. E a Direcção-Geral dos Desportos não ligou nenhuma! Isto é inacreditável, não deram qualquer apoio!**, protesta o atleta. E pergunta, dizendo nós porque a questão não é só dele, mas de muitos desportistas: **nestas condições qual é a nossa motivação?**

Pedimos-lhe uma opinião sobre a proposta do PCP para a criação de uma *carteira de empregos*, de forma a assegurar a estabilidade económica, social e emocional dos atletas de alta competição durante o período activo e após fim de carreira. Dionísio Castro acha que **isso é uma grande ideia**, e que **não só o PCP, mas também todos os outros partidos deviam fazer o mesmo.** E isto porque **a nossa carreira não é muito longa e com essa proposta o nosso futuro ficaria salvaguardado**.

O pedido de ratificação na Assembleia da República do Estatuto de Alta Competição, iniciativa anunciada pelos comunistas para a próxima sessão legislativa, merece também o apoio de Dionísio Castro, **para as pessoas saberem o que se passa, para os atletas, os treinadores, as associações e as federações terem oportunidade de dar a sua opinião**.

Camaradas Falecidos

Emília Carreiro Lopes

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 22 a nossa camarada **Emília do Carmo Calado Carreiro Lopes**, de 53 anos, natural de Viana do Alentejo. A militante comunista estava organizada na freguesia da Damaia, concelho da Amadora, onde residia. Aos familiares e amigos da camarada falecida, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Internacional

Paz angolana negociada pela terceira vez em Lisboa

Num ambiente reservado decorreu em Lisboa, nas instalações do Instituto dos Altos Estudos Militares, a terceira ronda das conversações directas entre o Governo de Luanda e a UNITA, com mediação do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. O cessar-fogo e as formas do seu controlo deverá ter sido a principal questão debatida, embora até ao momento não tenham sido feitas quaisquer declarações oficiais.

Este encontro realizou-se a pedido da UNITA, e o seu carácter exploratório justifica plenamente o sigilo que o rodeou. Contudo, antes da sua realização, a UNITA fez saber que pretendia apresentar «cinco pontos à mesa negocial», sendo «qualquer deles eliminatório da discussão dos seguintes».

Os cinco pontos eram respectivamente o reconhecimento da UNITA (como partido de oposição), o multipartidarismo, a marcação das primeiras eleições livres e democráticas, a formação de um exército nacional único e por fim a assinatura do cessar-fogo.

Como afirmava recentemente um editorial da agência noticiosa Angop, a «tendência da UNITA em querer impor a ordem de trabalhos, acrescida da prévia agitação do espectro de novo abandono da mesa, desanimam toda a confiança ou optimismo no êxito das conversações».

Por outro lado, o mesmo texto indicava que igual impressão é alimentada pela «acentuação da escalada militar da UNITA» e as acusações de alegados «preparativos de uma derradeira ofensiva das forças governamentais apoiada pelo jovem estado namibiano». A UNITA visará deste modo conseguir que o Congresso norte-americano reconduza o auxílio militar para o exercício de 1990/91.

O governo angolano terá apresentado propostas sobre as modalidades do cessar-fogo e os mecanismos da sua fiscalização, que prevêem, para além de angolanos, representantes neutros. A delegação governamental foi chefiada pelo vice-ministro da Segurança, Fernando Piedade, e composta, entre outros pelo jurista André Pitra, assessor do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o coronel ITA. A UNITA esteve representada nas negociações pelo general Alicerces Mango, e pelos generais Paulo Lukamba, Eugénio NGolo, Spalalo Bock, o engenheiro Eias Salupeto e o brigadeiro Isaías Mundombe.

Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu reúne no Algarve

Nos próximos dias 3, 4 e 5 de Setembro realiza-se no Alvor uma reunião do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, para debate da União Económica e Monetária e da União Política.

Esta reunião contará com a participação de deputados no Parlamento Europeu de todas as componentes nacionais do Grupo (PCP, Partido Comunista Francês, Partido Comunista Grego e The Workers Party da Irlanda), entre os quais Carlos Carvalhas (secretário-geral adjunto do PCP), Joaquim Miranda e Barros Moura, do PCP, Philippe Herzog, René Piquet e Francis Wurtz, do PCF, Vassilos Efreridis e Alexandros Alavanos, do PCG, e de Rossa, do WP.

Conselho de Ministros do SADCC reuniu no Botswana

Decorreu durante a semana passada, em Gaberone, capital do Botswana, uma reunião do Conselho de Minstros da Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que aprovou um conjunto de propostas a submeter à cimeira da organização.

Como indica um comunicado distribuído após a reunião de dois dias, o conselho analisou a implementação do programa de acção entre 1989 e 1990, e aprovou a estratégia a longo prazo (1991-2010) de formação profissional para o sector da agricultura e recursos naturais.

Apesar dos fracos resultados agrícolas obtidos em muitos países membros da organização, foi assinalado um excedente de produtos alimentares para 1990/91, estimado em 1, 35 milhões de toneladas de milho, resultante das óptimas campanhas agrícolas na Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwé.

A reunião considerou que o desenvolvimento industrial dos estados membros e o crescimento do comércio entre eles são pontos-chave do progresso económico da região, especialmente numa altura em que se registam tendências para a formação de blocos económicos e comerciais muito fortes entre as várias partes do mundo. Foi com este objectivo que aquele órgão do SADCC recomendou que os ministros do Comércio e Indústria recorram a mecanismos eficazes para a aplicação do documento sobre política e estratégia no sector, aprovado no ano passado.

No domínio dos transportes e comunicações os ministros realçaram os avanços nos projectos de reabilitação dos vários corredores como o de Dar-Es-Salam, Beira e Maputo, assim como na área da aviação civil e telecomunicações.

O conselho de ministros aprovou ainda a criação do sector da informação e cultura no seio da organização, sob proposta apresentada por Moçambique, e recomendou ao secretarido executivo a elaboração de um estudo sobre as relações entre a SADCC e a África do Sul, que tenha em conta as transformações políticas em curso neste país.

Entretanto, foi decidido realizar a próxima conferência consultiva em Windhoek em Janeiro ou Fevereiro de 1991, sob o lema «SADCC: recursos humanos - o factor primário de desenvolvimento».

Os cinco grandes discutem Cambodja à porta fechada

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança sobre o problema do Cambodja registaram «progressos consideráveis» na recente reunião realizada no início da semana à porta fechada, segundo noticiou a agência TASS.

Tratou-se da sexta reunião da China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e URSS dedicada à questão do Cambodja, onde existe, há mais de uma década, uma guerra civil entre o governo de Pnom Penh e três grupos armados, nomeadamente os «Khmers» vermelhos, agrupados na coligação do «Kampuchea Democrático».

Da reunião resultaram praticamente três documentos que, juntamente com outros dois anteriormente elaborados, definem os quadros da futura pacificação do Cambodja, indica a agência citando o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS.

O conteúdo dos documentos será agora exposto às facções cambodjanas, numa reunião já convocada para os próximos dias, em Jacarta, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da França e da Indonésia, que presidem em conjunto à conferência de Paris para o Cambodja.

Uma das principais questões em discussão é o cessar-fogo e o termo da ajuda militar externa às forças em conflito.

A União Soviética e o Vietname têm apoiado o governo de Pnom Penh, a China os «Khmers» vermelhos e os Estados Unidos os outros dois movimentos, chefiados pelo príncipe Shianouk e pelo antigo primeiro-ministro cambodjano Son San.

A URSS apresentou uma proposta de uma moratória aos fornecimentos de material bélico que foi aceite pela maioria dos países ligados à pacificação, de cuja aplicação, como referiu o representante da URSS, dependerá o estabelecimento do cessar-fogo, adiantando que «enquanto o mecanismo de controlo não for criado, só se poderá falar de armistício voluntário», a que apelaram os participantes na reunião.

Ainda citando Rogatchov, depois da reunião agendada para Jacarta, «o processo de paz entra na fase final».

Para este ano prevê-se a realização de uma ou duas reuniões dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e o encerramento da conferência de Paris com a assinatura do acordo de paz para o Cambodja.

Confrontos entre rebeldes afegãos

Mais de 130 combatentes morreram ou ficaram feridos na província de Kunduz, no norte do Afeganistão, na sequência de violentos confrontos entre o Partido Islâmico do Afeganistão e a Sociedade Islâmica Afegã. Um outro conflito entre dois grupos desta última organização provocaram igualmente numerosas vítimas na mesma região.

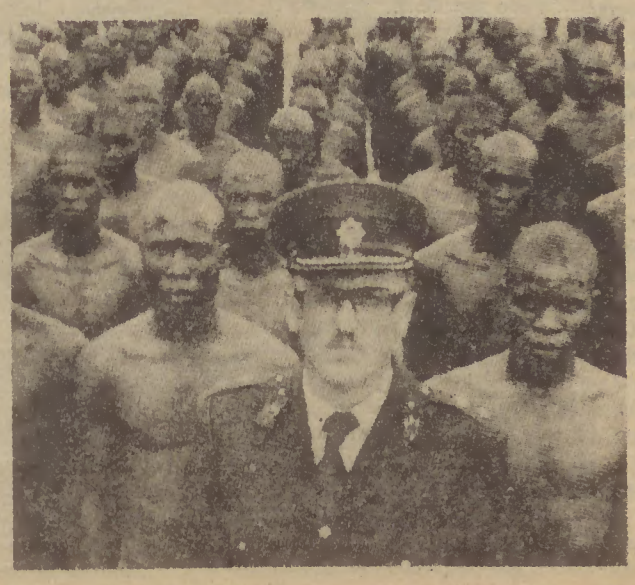
Segundo afirma a agência «Bakhtar», os esforços desenvolvidos pela ONU e pelo Governo afegão no sentido de repatriar os refugiados têm vindo a ser contrariados por vários grupos armados, os quais pretendem manter as suas posições no país.

A mesma fonte indica que perto de um milhar de famílias, saídas de um campo de concentração, apresentou-se na representação da ONU no Paquistão com intenção de regressar ao Afeganistão. Contudo durante a viagem foram interceptados por um grupo da IPA que os reteve em Spinashag, acabando por prender vinte pessoas.

Polícia sul-africana acusada de cumplicidade nos confrontos

Mais de dez mil negros vestidos com as cores do Congresso Nacional Africano e do Partido Comunista concentraram-se, segunda-feira, no estádio Jabulani para ouvir o Arcebispo da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, e outros oradores que condenaram a polícia pelo seu apoio ao movimento zulu Inkhata, e os lares para trabalhadores zulus, considerados um produto do sistema de *apartheid*. Segundo Tutu, «existem provas esmagadoras sobre a parcialidade da polícia», referindo-se aos confrontos sangrentos entre zulus e xhosas, simpatizantes do ANC, que provocaram já mais de 500 mortos.

O dia era de greve e a maior parte da população do Soweto correspondeu ao apelo à greve geral lançado pela Associação Cívica do Soweto, ligada ao ANC, e não compareceu nos locais de trabalho, em sinal de protesto e memória das 126 vítimas dos confrontos que eclodiram no passado dia 16 nesta cidade negra.



Internacional

A crise do Golfo

Diz-se, e muito bem, a crise do Golfo.
Porque não está apenas em causa a condenável — e condenada pela maioria das nações — invasão do Kuweit pelo Iraque. É a região do Golfo, é todo o Médio Oriente e o equilíbrio de forças, é um dia destes a difícil paz no mundo que está em causa.
Como recorda o comunicado do Secretariado do Comité Central do PCP, «a crise do Golfo insere-se numa região do mundo já anteriormente perturbada por conflitos de grande envergadura, designadamente os que resultam da negação dos direitos nacionais do povo palestiniano e da ocupação de territórios árabes da Palestina, do Líbano e da Síria pelas tropas de Israel. Essa situação, bem como os problemas relacionados com a complexidade da evolução do islamismo nos últimos anos, assim como o cruzamento de variados interesses relacionados com o domínio da principal riqueza da região, o petróleo, criam na zona do Golfo uma situação explosiva, que pode desencadear confrontações de repercussão mundial».
A crise do Golfo não é nada simples, portanto. Por isso mesmo aqui deixamos, neste número, algumas contribuições para tentar compreendê-la.

■ *Miguel Urbano Rodrigues*

O caminho da negociação e o vento da guerra

A situação criada no Golfo é daquelas em que a realidade ultrapassa tudo o que a imaginação poderia conceber há algumas semanas.
Uma névoa de irracionalidade envolve o cenário e os actos e palavras das personagens num contexto em que a imprevisibilidade do desfecho é uma das poucas certezas.
A crise alastra como a gangrena de um enorme tumor, abrangendo o Mundo. Existe consciência de que o assunto diz respeito a todos e a tensão e o suspense assumem dimensão planetária. A humanidade acompanha, atónita e angustiada o que pode ser o prólogo de uma tragédia shakespeariana projectada para o final do século XX. E contudo somente os espíritos fanáticos não se apercebem da impossibilidade de definir com rigor mínimo o significado e o rumo dos acontecimentos terríveis e contraditórios que se desenvolvem, sem lógica, dos desertos da antiga Mesopotâmia às margens do Golfo.

Muitos analistas continuam a afirmar no Ocidente (também em Portugal) que a saída natural, ética e legítima para a crise é a guerra — ou seja, na prática, uma ofensiva fulminante dos EUA contra o Iraque.

É uma opinião que revela falta de sensatez política e desprezo pela vida humana.

Nos EUA, onde as sondagens apresentam resultados de interpretação controversa, a própria *intelligentsia* conservadora está dividida. Enquanto Henry Kissinger é partidário da **mão dura**, senadores de prestígio nacional negam-se a fazer previsões e aconselham muita prudência ao presidente Bush. Zbignew Brzezinski — o ex-conselheiro de segurança de Jimmy Carter — escreveu no «The Washington Post» (1) que todo o Médio Oriente se pode incendiar se os EUA optarem pela cruzada militar contra o Iraque». É duvidoso — advertiu — que o povo norte-americano aceite que o preço a pagar pela restauração do emir do Koweit no seu trono seja um elevado número de mortes de soldados americanos».

O desacordo entre personalidades do *establishment* que defendem uma solução negociada para o Golfo e políticos aparentemente à sua esquerda (alguns membros do Congresso) que apoiam uma escalada militar é expressivo das contradições e da complexidade da crise que neste momento traumatiza a humanidade.

O vento da paixão sopra com tanta força que homens com responsabilidades na Administração colocam já a hipótese de um bombardeamento de Bagdad com armas nucleares como revide ao eventual uso de armas químicas pelo Iraque...

O impasse

Na penúltima semana de Agosto **o partido da guerra** dos EUA desenvolveu uma intensa acção diplomática para obter do Conselho de Segurança uma Resolução que autorizasse o uso da força para fazer cumprir as sanções impostas ao Iraque. O objectivo foi atingido após suavização da proposta norte-americana inicial. A URSS e a China acabaram por votar o texto submetido ao Conselho. A expressão **uso da força** não figura no documento, que alude apenas a «medidas apropriadas às circunstâncias do momento».

Em Washington a reacção foi de euforia. Mas, paradoxalmente, a solução militar ficou mais difícil. As forças navais e aéreas dos EUA podem agora interceptar navios com carga para o Iraque. Mas o Golfo já estava na prática fechado, assim como o porto jordano de Akaba, no mar Vermelho. Em contrapartida os EUA não dispõem de meios, nem de autoridade, para controlar as extensas fronteiras terrestres do Iraque. Independentemente das sanções e da posição dos governos da região, os abastecimentos, sobretudo alimentos, continuam a entrar no Iraque, vindos da Jordânia, do Irão, da Síria e da própria Turquia.

Simultaneamente, o pretexto impacientemente aguardado em Washington — o recurso à violência contra as embaixadas no Koweit que se tinham negado a aceitar o ultimato iraquiano para fechar as portas desapareceu.

Saddam Hussein não levou adiante as ameaças feitas a essas missões diplomáticas. As embaixadas em causa não foram ocupadas. Aparentemente perderam como instrumento político o seu potencial explosivo. Não funcionam, não recebem gente em busca de asilo; são fantasmas.

Os reféns

Que fazer?

George Bush, o Departamento de Estado, o Pentágono estão cada vez mais inseguros quanto à resposta a dar a essa pergunta fundamental.

Para Washington a situação adquire, dia a dia, contornos mais dilemáticos: a guerra aparece como opção tão perigosa e arriscada como a passividade.

O tempo, a curto prazo (porque os efeitos do cerco económico não serão imediatos) joga contra os EUA. A vaga antiamericana cresce entre as massas árabes.

Os falcões do Departamento de Defesa são favoráveis a um ataque demolidor, desfechado de modo a aniquilar a máquina bélica do Iraque. Sustentam estarem já reunidas condições indispensáveis para uma ofensiva fulminante que ponha o adversário de joelhos: bombardeamento de Bagdad, das rampas de mísseis e depósitos de armas químicas, destruição das instalações portuárias de Bassorá e da infra-estrutura militar montada no Koweit após a invasão.

Nos computadores pode parecer fácil. Mas a solução de força não é consensual. As objecções são de natureza estratégica, militar, económica e moral.

O **efeito**, alegam os partidários da negociação, não deve ser oposto ao pretendido. E isso pode acontecer. A história recente — recordam — demonstra que um inimigo débil, atingido por um dilúvio de bombas, pode ripostar de maneira não prevista pelos estados maiores ao poderio bélico norte-americano. Meia dúzia de mísseis de médio alcance iraquianos seriam suficientes para infligir a Israel e à máquina de guerra dos EUA (nomeadamente à sua frota de porta-aviões concentrada no Golfo e imediações) um dano inaceitável para a opinião pública.

A questão dos reféns é também dramática. O discurso oficial de Washington insiste em que a **salvação** dos 10 mil a 12 mil cidadãos europeus e norte-americanos que trabalhavam no Iraque e no Koweit é um objectivo prioritário. Ora o recurso às armas comprometeria mais a sorte dessas vítimas da crise.

Em caso de guerra, que argumentos poderia invocar George Bush se, após um ataque norte-americano ao Iraque, figurasse no rol dos mortos uma parcela ponderável dos europeus e norte-americanos (3000 cidadãos dos EUA) concentrados na área do conflito?

Do farisaísmo da Casa Branca é aliás esclarecedora a pouca atenção dispensada aos koweitianos e às centenas de milhares de asiáticos e africanos (sobretudo indianos, palestinianos e egípcios) que constituem a maioria da população do emirado. Nos EUA e em muitas capitais da CEE a sorte dessa gente desperta um interesse mínimo. Todo o alarido se faz em torno dos residentes dos países ricos do Ocidente (e de meia dúzia de senhores feudais do Koweit). Os outros — a esmagadora maioria — são esquecidos. Estranha moral essa para a qual 10 mil europeus e americanos significam mais do que um milhão de trabalhadores asiáticos e africanos.

Os jogos de guerra

Os jogos de guerra iluminam um dos aspectos nauseantes da crise. A perspectiva de um conflito armado que permita testar as últimas maravilhas da electrónica aguça o sensacionalismo dos grandes *media*. Os repórteres de influentes jornais e revistas falam, fascinados, do mágico avião invisível F-117A, dos tanques com ar condicionado, dos mísseis inteligentes com precisão quase milimétrica.

Internacional

■ *José Goulão*

Senhores da guerra prestam vassalagem ao deus petróleo

Tentações hegemónicas regionais e universais conduziram o Iraque e os Estados Unidos da América a um jogo perigoso, disputado nos limites da tragédia e que pode adiar por muitos mais anos ainda a solução dos numerosos conflitos cruzados que subsistem na zona de instabilidade que é o Médio Oriente.

A transmissão instantânea da imagem e da palavra confere a este confronto no Golfo facetas inéditas. Notícias, opiniões e paisagens entram em torrente pelas casas de centenas de milhões de pessoas incapazes de localizar o Koweit num mapa.

A cultura da maioria dos jornalistas não melhorou. Nem o seu senso de responsabilidade. Enviados especiais comentam com entusiasmo as performances do F-14 Tomgat, que transporta 4,5 toneladas de explosivos, incluindo bombas atómicas tácticas...

O exotismo do Oriente torna-se o tempero da crise. Um vento de loucura agita a chamada grande imprensa internacional. Os pormenores dos arsenais militares são oferecidos ao público como pratos de um banquete pantagruélico. Os temas mundanos aparecem misturados com informações assustadoras. A revista Paris Match (2) informa com espumejante alegria que o porta-aviões francês Clemenceau transporta pelo menos duas bombas nucleares e publica uma grande foto de Nathalie, a major-médica do grande navio...

O Pentágono confessa estar apreensivo com o uso que os iraquianos venham a dar aos mísseis Hawk americanos por eles capturados no Koweit. «Sabemos proteger-nos das armas soviéticas e não do nosso material» — comentou, inquieto, o secretário da Defesa dos EUA.

Grandes *media* da Grã-Bretanha, da França, dos EUA, aproveitam a indesculpável agressão de Saddam Hussein para tratar com sobranceria o Terceiro Mundo e nomeadamente os árabes. No desprezo que manifestam afloram porém, dialecticamente, notas de um medo incipiente.

Choca a leviandade com que tantos governos se prontificam na Europa a desempenhar os papéis que a Administração norte-americana lhes distribui na cruzada pela «libertação do Koweit.

Um prestigiado general francês, Janou Lacaze, lembra melancolicamente que a França, se intervier no Golfo, cumprirá, sob comando norte-americano, o papel de «comparsa numa acção completamente teleguiada e conduzida pelos EUA».

Saladino e os árabes

O factor subjectivo pesa naturalmente nos acontecimentos. A personalidade de Saddam Hussein e a sua ambição são factores que não devem ser subestimados. Mas comparar o dirigente iraquiano a Idi Amin ou Bokassa, como têm feito alguns políticos dos EUA, é revelar uma incompreensão da História não menor do que a dos que na Europa lhe chamam o «Hitler árabe».

Num artigo publicado na revista «Der Spiegel», o jornalista Rudolf Augstein sublinha que «todas as comparações entre Hitler e Saddam Hussein são despropositadas».

Augstein condena com veemência a agressão ao Koweit, mas ao descer às raízes da crise coloca uma questão oportuna: «quem lhe vendeu o mais moderno equipamento militar para a guerra contra o Irão? Sobretudo a França. E quem tentou, com a inteligência de uma formiga, subornar o adversário de Saddam Hussein, esse mesmo Irão? A resposta é: os Estados Unidos!»... (3).

A engrenagem e os negócios que transformaram o Golfo no caldeirão que hoje assusta a humanidade emerge em desabafos como o desse jornalista liberal alemão.

Saddam é inegavelmente um megalómano e a invasão do Koweit, por mais artificial que seja esse país fantasmático configura uma política de desafio à paz e uma violação da Carta das Nações Unidas. Mas é também necessário, mesmo imprescindível, repetir que a política aventureira do presidente do Iraque não justifica o comportamento imperial dos EUA na crise, igualmente criminoso.

Joseph Treaster, do «The New York Times» chama a atenção para a fragilidade dos argumentos de Bush e publica o desabafo do editor do mais importante diário de Amman: «Uma coisa é dizer que Saddam agiu mal, outra coisa é afirmar que a intervenção americana é boa». A «profundidade dos sentimentos antinorte-americanos — salienta Treaster — fez com que alguns árabes que se opuseram à ocupação do Koweit pelo Iraque pendessem para o lado de Saddam, quando as tropas dos EUA começaram a desembarcar na Arábia Saudita».

A agressividade e arrogância imperiais dos EUA permitiram que Saddam Hussein, no preciso momento em que o peso da condenação mundial principiava a fazer-se sentir, emergisse perante milhões de árabes como um patriota e um herói.

Não é por simpatia pelo rei Hussein da Jordânia que o enviado da RTP a Amman tem repetidamente alertado a opinião pública portuguesa para essa evidência, acentuando que os árabes vêem a crise sob uma perspectiva oposta à dos comentaristas do Telejornal.

Jornais com o peso do «New York Times», do «Guardian», de «Le Monde», coincidem ao responsabilizar George Bush pelo alento dado à causa do nacionalismo árabe. A concentração no Golfo da mais poderosa máquina de guerra reunida pelos EUA desde a agressão ao Vietnam ofereceu a Saddam a oportunidade de se apresentar como pioneiro da sempre sonhada nação árabe.

«O sonho que domina muitos árabes e que atingiu proporções lendárias é a de uma nação árabe que reúna os actuais estados da região, criando uma superpotência rica em petróleo» — advertiu o «New York Times».

Do Nilo ao Eufrates e às margens do Golfo os árabes são actualmente mais de 100 milhões, espalhados por uma dúzia de Estados cujas fronteiras foram, no essencial, traçadas de acordo com interesses das potências europeias.

Durante décadas olharam para Israel — implantada artificialmente no coração do mundo árabe — como os califas abássidas e os sultões seldjúcidas olharam para os Cruzados quando essa gente estranha chegou do Ocidente atravessando a Ásia Menor.

Impacientes, os árabes sonham há quarenta anos com o advento de um moderno Saladino capaz de promover — e os correspondentes ocidentais sublinham essa aspiração — a unidade do Islão levantino contra os seus inimigos.

George Bush, cuja compreensão da história profunda nunca foi famosa, está aparentemente a facilitar a tarefa aos profetas do panarabismo.

Nestes dias, o menos importante para dezenas de milhões de árabes é a análise da personalidade e das ambições de Saddam Hussein. Registam que ele desfralda a bandeira verde da unidade árabe, fala da guerra santa contra os inimigos da fé islâmica, da libertação de Meca poluída pelos invasores. Ele projecta na vastidão árabe a imagem de um defensor destemido dos pobres e dos oprimidos.

Impressiona as grandes massas.

Como homem e político, Hussein não se assemelha a Saladino, o combatente lendário e concreto (de origem Kurda) que no século XII conseguiu unir as tribos árabes, de Mossul a Damasco e de Bagdad ao Cairo, e à sua frente derrotou os Cruzados, destruiu reinos e principados cristãos e expulsou os invasores europeus da maioria das terras que eles haviam conquistado na Síria e na Palestina.

Mas o facto de George Bush aparecer como o chefe dos Novos Cruzados favorece a confusão. A presença norte-americana reforça o mito do novo Saladino que libertará os árabes.

Evitar a guerra

A imagem dos EUA no Golfo não os ajuda obviamente. Contribui muito para o descrédito da posição norte-americana.

A maioria dos xeques e nobres dos emirados encontra-se de férias no estrangeiro. Segundo «El Pais» (4), metade dos koweitianos andava a banhos na Europa e no Egipto, quando o seu país foi invadido.

Essa gente não inspira respeito, sequer simpatia no mundo árabe. Emergem como a personificação de tudo o que os povos da região repudiam. A fortuna pessoal do soberano do Koweit, Ahmed Al Shabah, é avaliada em 60 mil milhões de dólares. Como os adquiriu? O emir nunca explicou.

Penso que Brzezinski tem, desta vez, razão. Se Bush persistir em chefiar uma Cruzada pode incendiar todo o Médio Oriente (a cada dia que passa aumenta a impaciência de Israel cujos falcões estão desejosos de dar aos árabes uma «lição inesquecível»).

Não se coloca em dúvida a superioridade militar dos EUA. Mas qualquer vitória no campo de batalha seria sempre uma vitória de Pirro, com sequelas perigosíssimas.

Se as armas funcionarem quem pagará o preço será toda a humanidade.

O petróleo já passou a barreira dos 32 dólares. Os poços do Koweit foram minados, e se houver guerra, em vez da abundância, teremos a escassez. Instalações que custaram biliões, serão destruídas. As Bolsas, de Nova York a Tóquio, entraram em pânico. O défice do orçamento norte-americano aproxima-se de um novo recorde.

Uma guerra no Golfo contribuirá para o aumento do desemprego e da inflação nos países industrializados e da pobreza e da fome no Terceiro Mundo.

Os epígonos de Bush teimam entretanto em elogiá-lo, sem perceberem que o presidente dos EUA está a agir como um aprendiz de feiticeiro. Ao empurrar o seu país para uma guerra sem sentido, de conotações surrealistas, os EUA arrastam a humanidade para a beira do precipício.

O desastre não é, porém, inelutável. Pode ainda ser evitado.

O secretário-geral das Nações Unidas, ao lançar na Colômbia, no sábado, um apelo à serenidade e ao bom senso, expressou o sentir de quantos — e são a maioria da humanidade — querem ver para sempre banida a guerra como processo de resolver conflitos que opõem homens e nações. Perez de Cuellar tem razão ao afirmar que o único caminho sensato para a busca de uma saída da crise no Golfo é o da negociação, e que as portas do diálogo não foram fechadas por Saddam Hussein.

Escutará Washington a voz da inteligência e do humanismo? ■

(1) O «Jornal» publicou esse artigo em 24.8.90
(2) in «Paris Match», 23.8.90
(3) Reproduzido pelo «Diário de Notícias» em 24.8.90
(4) In «El Pais», Madrid, 24.8.90

A invasão e posterior anexação do Koweit pelas tropas ao serviço do regime iraquiano de Saddam Hussein e a reacção militar desproporcionada e insólita — se comparada com as respostas a outros acontecimentos igualmente graves — dos Estados Unidos transfiguraram as coordenadas das crises nas regiões do Globo onde foram implantados os alicerces da nossa civilização. É difícil antever o que se passará nas próximas horas, quanto mais nos próximos dias ou meses, mas é certo que nada voltará a ser como antes de 2 de Agosto, dia em que as todo-poderosas CIA norte-americana e Mossad israelense se mostraram singularmente desatentas. O Mundo tem razão para ainda hoje estar surpreendido com as misteriosas distracções dos expoentes da espionagem internacional que, na era dos satélites capazes de fiscalizarem a marca das esferográficas nos nossos bolsos, não se aperceberam que cem mil soldados iam atacar um país vizinho em terras desérticas.

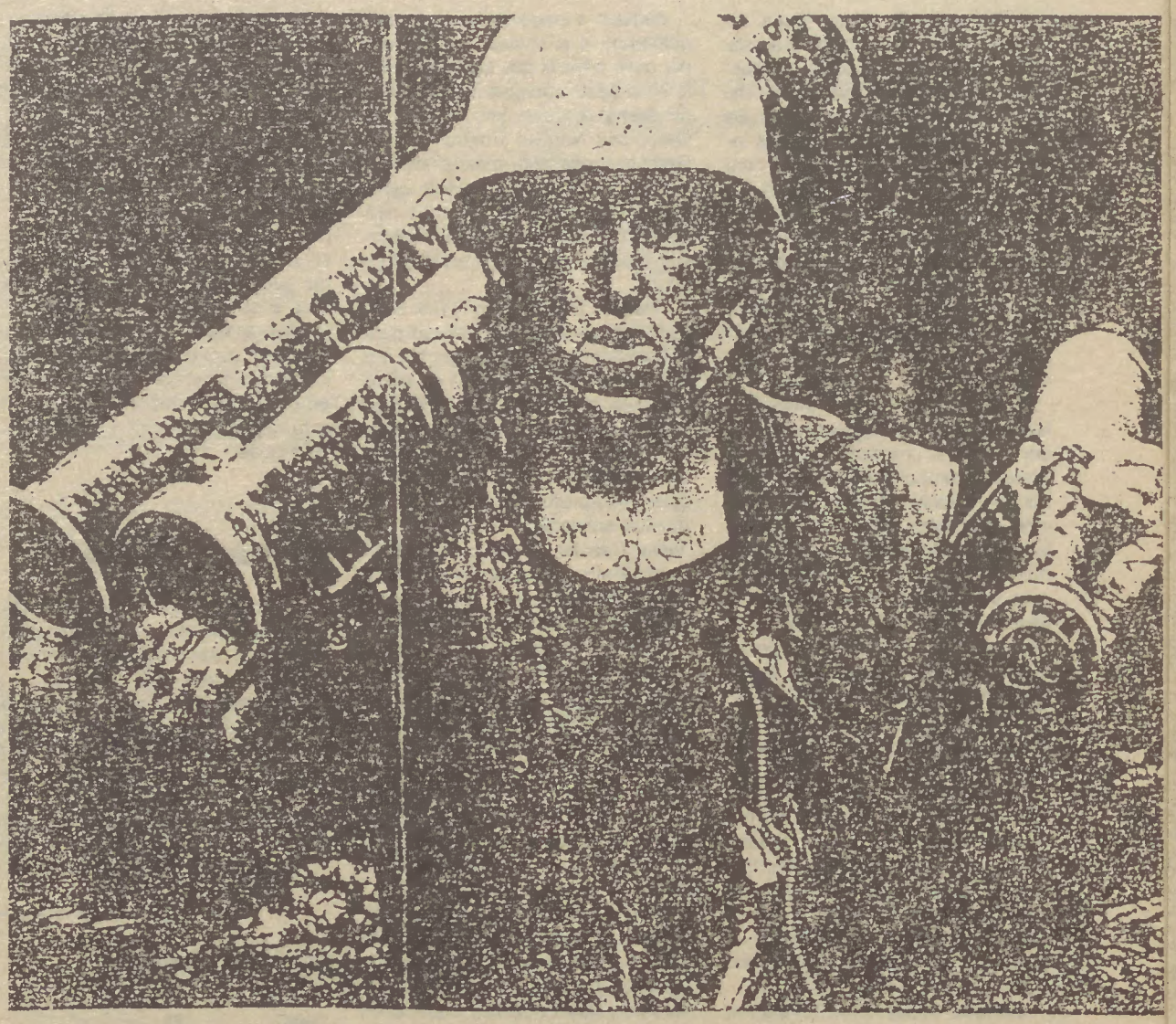
Mistérios, artimanhas, erros de cálculo? É muito cedo para avaliar a extensão dos ganhos e perdas de cada uma das partes envolvidas na aventura. Mas muita coisa mexeu já e o balanço não é favorável às forças da paz e aos povos da região que continuam a bater-se pela emancipação.

A situação criada na região do Golfo mostra que Saddam Hussein e George Bush convergem nas tentações hegemónicas, naturalmente de magnitudes diferentes.

➔

Internacional

A crise do Golfo



O que faz correr Saddam

Ao atacar o Koweit, presa fácil de um expansionismo que teria, à partida, um âmbito limitado, o dirigente de Bagdad pretendeu impor a imagem do seu país como um pólo do mundo árabe e tentou resolver problemas económicos prementes.

No plano regional, Saddam Hussein tentou explorar a conjuntura de impasse em que caiu a questão palestiniana — o problema central do Médio Oriente. Aproveitou o facto de o Egipto, o país árabe mais populoso, estar comprometido no fracasso da tentativa de promover negociações israelo-palestinianas patrocinadas pelos Estados Unidos e procura beneficiar com o alinhamento frequente do Cairo por Washington; em relação à Síria, seu vizinho e rival, o dirigente iraquiano promoveu a imagem de um relacionamento mais equilibrado com a OLP, organização com a qual Damasco continua a não ter contactos normalizados; ainda quanto à Síria, Saddam Hussein tem a seu favor o facto de a situação no Líbano — país onde Damasco tem milhares de soldados — continuar sem soluções, omitindo, neste caso, a circunstância de Bagdad ter apoiado activamente o agravamento da crise provocado pela sediação do general cristão Michel Aoun; joga ainda a favor de Saddam Hussein o facto de ter o exército mais poderoso do mundo árabe, temperado em oito anos de dura guerra com o Irão e alimentado de todos os azimutes — uma estrutura que as populações da região encaram como argumento importante e decisivo para manter Israel em respeito.

O ponto fraco da imagem de grandeza regional que Bagdad tenta projectar é o da economia. País muito endividado pelo esforço de guerra e prejudicado pelos baixos preços do petróleo durante os últimos anos, o Iraque depende quase exclusivamente das exportações deste produto. Mas faltam-lhe saídas por mar. Saddam Husseinlançou em 1980 a guerra contra o Irão porque queria para si a totalidade do estreito do Shatt-el-Arab, confluência dos rios Tigre e Eufrates que dá acesso ao Golfo. Bagdad e Teerão tinham acordado em 1975 na partilha destas águas mas cinco anos depois, acreditando num momento de fraqueza iraniana após a revolução que derrubou o xá, o chefe do regime iraquiano tentou revogar, pela força, o acordo que tinha assinado.

Os Estados Unidos e alguns dos seus fiéis seguidores de agora não demonstraram, na altura, a solidariedade com o Irão que agora manifestam ao Koweit. Nas dobras da indiferença interessada estava a esperança de que a guerra destruísse a revolução nascente e repusesse em Teerão um regime fiel a Washington. E se assim fosse não teria havido um Irangate.

A guerra transformou o Shatt-el-Arab num cemitério de petroleiros, inutilizando a longo prazo as saídas petrolíferas. Saddam Hussein virou-se então para o vizinho Koweit, possuidor de importantes possibilidades de escoamento marítimo e senhor das mais extensas reservas de petróleo do mundo, que poderão durar ainda mais 200 anos.

Para justificar a agressão, o regime de Bagdad utilizou dois argumentos básicos. Alegou que o Iraque tem direitos territoriais sobre o Koweit, país que nacionalistas iraquianos consideram uma província do distrito de Bassorá; e acusou o Koweit, tal como outras monarquias do Golfo e a Arábia Saudita, de inundar o mercado de petróleo para forçar uma baixa de preços favorável aos países capitalistas industrializados — onde sheiks, príncipes e reis da região têm investimentos da ordem dos 670 mil milhões de dólares.

O primeiro argumento já foi abordado com profundidade nas páginas do Avante! (artigo de Miguel Urbano Rodrigues em 23/8/90) pelo que basta ter em conta a artificialidade das fronteiras traçadas pelos poderes coloniais, convertida em bombas de efeito retardado.

O segundo argumento, a aliança petrolífera entre as monarquias do Golfo e as grandes potências capitalistas, contra os interesses dos restantes produtores, tem razão de ser embora não dê legitimidade à violação das normas de convivência internacional.

Qualquer destes argumentos teve acolhimento nas grandes massas árabes, sobretudo as mais pauperizadas por políticas governamentais corruptas normalmente ligadas aos interesses imperialistas na região. A exploração das tendências para o fanatismo religioso entre os mais desfavorecidos conjugada com fortes sentimentos antiamericanos — sobretudo devido às ingerências de Washington e ao bloqueio permanente dos Estados Unidos ao exercício dos legítimos direitos do povo palestiniano — provocaram sinceras reacções de apoio à acção do Iraque entre as populações de vários países árabes, reforçados pelo repúdio em relação às despropositadas reacções ocidentais.

Acresce que as monarquias do Golfo e da Arábia Saudita não merecem o respeito de milhões de árabes, sobretudo pela hipocrisia dos seus comportamentos. Reis, príncipes e sheiks que ostentam nos seus países uma atitude de respeito fanático pelas leis religiosas mais ascéticas não cessam de as violar durante as suas prolongadas estadias na Europa Ocidental, através de orgias constantes de álcool, sexo e jogo. Um dignitário saudita perdeu recentemente 16 milhões de dólares (mais de dois milhões de contos) só numa noite infeliz de jogo no casino de Cannes.

Uma avaliação fria e distanciada da situação revela que a operação iraquiana teria de ser limitada. Seria difícil admitir que Saddam Hussein pretendesse ir além do Koweit — acto de agressão que já foi, repete-se, de extrema gravidade. Só a premeditada exacerbação do clima de instabilidade provocado pela agressão do Iraque podia ter posto a correr, com uma intensidade que em alguns casos se transformou em histeria, a hipótese de que Bagdad se preparava para invadir a Arábia Saudita. Nada disto foi inocente.

O que faz correr Bush

Foi a muito propagandeada ameaça de um ataque iraquiano ao território saudita que desencadeou a imensa operação militar, dirigida pelos Estados Unidos, em curso no Médio Oriente.

Depois disso, para justificar o reforço da pressão militar, Washington argumentou com a necessidade de fazer cumprir o embargo e as sanções económicas decretadas pelas Nações Unidas contra o Iraque.

A situação que rapidamente se gerou suscita algumas reflexões. Não está em causa a pronta actuação do Conselho de Segurança em relação a este caso, nem a necessidade de aplicar escrupulosamente as decisões da comunidade das nações. Se sempre assim tivesse acontecido na história dos últimos decénios não haveria hoje tantas situações aberrantes. Na verdade, continuam por aplicar as numerosas resoluções das Nações Unidas que exigem a saída das tropas de Israel dos territórios palestinianos de Jerusalém Leste, Gaza e Cisjordânia, da terra síria dos Montes Golan e do Líbano. Estão por cumprir as decisões da ONU que exigem a saída das tropas da Indonésia do território de Timor Leste.

A lista pode ser mais extensa, mas estes casos são já suficientemente explícitos.

A comunidade internacional também não reagiu com tanto dinamismo quando os Estados Unidos invadiram Granada e o Panamá ou mesmo quando o mesmo Saddam Hussein lançou a invasão contra o Irão.

Ultrapassando em velocidade e em meios as deliberações das Nações Unidas sobre o Koweit, George Bush lançou-se, sôfrego, para a Arábia Saudita, para o Mediterrâneo, para o Golfo, para o mar Vermelho, para o Índico, para o Golfo de Oman, para os minúsculos Estados do Golfo, numa cruzada para a qual arrastou dirigentes de países aliados receosos de não estarem ao nível de tanta fé libertadora e de tanta veneração pelos túmulos do deus petróleo. Felipe Gonzalez, por exemplo, tão pressuroso em enviar fragatas para a zona de conflito, esqueceu-se por completo de que não teve igual gesto quando os marines abateram deliberadamente a tiro um jornalista espanhol durante a invasão do Panamá.

George Bush, acolitado reverentemente por Margaret Thatcher, foi tão rápido que conseguiu universalizar o conflito mesmo antes de os países árabes terem tentado encontrar uma solução regional. Quando se reuniram para o fazer, no Cairo, já muitos dos presentes estavam pressionados e impressionados pela imponência da cruzada ocidental.

George Bush correu. De facto promoveu uma operação com múltiplos objectivos, um jogo perigoso no qual já conquistou algumas vazas e ainda tem importantes trunfos para mostrar.

O presidente norte-americano aproveitou a oportunidade para tentar apresentar os Estados Unidos como senhores todo-poderosos do planeta, capazes de porem e disporem hegemonicamente de países e regiões para defenderem, por exemplo, a «independência económica» de Washington, como declarou George Bush.

Torna-se claro que a Casa Branca aproveitou a ocasião proporcionada pelo Iraque para avaliar a reacção da União Soviética em situações deste tipo e a relação de forças nas Nações Unidas depois das transformações registadas no Leste Europeu. Bush ficou a saber que a União Soviética continua a privilegiar as soluções políticas no quadro de negociações a realizar através das instâncias internacionais.

Hoje, quando os riscos de uma trágica confrontação continuam reais, os Estados Unidos já ganharam em alguns campos. Em primeiro lugar, obtiveram no Médio Oriente as posições militares que há tanto procuravam. Washington pretendeu sempre a utilização de bases militares no Médio Oriente, mas nunca conseguiu esse objectivo. Evitá-lo parecia ser um ponto de honra das principais potências da região — com excepção de Israel, como é lógico. Washington sentia permanentemente a necessidade de controlar as rotas do petróleo e de exercer pressões político-militares sobre os países árabes. As ingerências na zona foram feitas à custa de grandes esforços militares e aéreos e os resultados chegaram a ser catastróficos.

A partir de agora só muito dificilmente os Estados Unidos abrirão mão de posições já conquistadas, designadamente na Arábia Saudita, seja qual for o desfecho desta crise.

Washington conseguiu, por outro lado, impor uma política de facto consumado nas Nações Unidas. Definiu o quadro militar e diplomático no qual foram tomadas as decisões evitando assim que fossem as decisões da ONU a determinar esse quadro, funcionamento que corresponderia à ordem natural dos acontecimentos.

A actuação dos Estados Unidos permitiu ainda abrir fundas clivagens no mundo árabe, perturbou o clima no Movimento dos Não-Alinhados e colocou em evidência contradições no Terceiro Mundo. Realçou a importância estratégica que Israel continua a ter para o imperialismo, facto que torna ainda mais penosa e dramática a luta do povo palestiniano pelo exercício dos seus legítimos direitos nacionais.

No outro lado norte-americano da perigosa aventura avultam os riscos, para George Bush, de a parada ter sido muito elevada. É evidente que os Estados Unidos necessitam de uma saída para a crise. Depois desta demonstração de força não poderão simplesmente recuar em boa ordem deixando o Iraque no Koweit. Seria o descrédito. A opção militar comporta, contudo, altos riscos perante um poderoso exército como o iraquiano e condições climáticas e de terreno adversas. Nem todos os analistas militares estão de acordo em que Washington obteria uma vitória rápida. Pelo contrário, há quem admita que esta situação perigosa e altamente dispendiosa poderá prolongar-se por muito tempo.

Tempo que é muito dinheiro numa altura em que a administração norte-americana está pressionada pelo mau panorama económido do país. Os analistas, e entre eles o experiente e insuspeito Henry Kissinger, defendem a necessidade de uma saída rápida da crise. A Reserva Federal (banco central) diz-se manietada para tomar decisões sobre a luta contra a inflação e alterações das taxas de juro enquanto não forem resolvidos os problemas do Golfo. E os indícios de recessão surgiram nas análises da situação económica norte-americana mesmo

Internacional

antes de 2 de Agosto, dia em que o Iraque invadiu o Koweit.

Não há dúvida de que Saddam Hussein e George Bush, senhores de tentações hegemónicas, se movem hoje com um espaço de manobra limitado. Pressionado pelo embargo internacional e por uma visível hostilidade internacional, o primeiro; Bush está a contas com as ameaças da conjuntura económica, agravadas pelos altos preços a pagar pela cruzada ao Médio Oriente — cerca de 450 milhões de dólares por mês (63 milhões de contos) só com despesas salariais, de combustível e de manutenção, segundo especialistas do Pentágono.

Lições parciais

A primeira lição parcial a extrair desta situação é a de que o petróleo continua a ser um deus merecedor de esforçadas e perigosas cruzadas. Para defender «a independência económica» dos Estados Unidos, segundo George Bush; para obter vias de escoamento e manter preços aceitáveis para os produtores, segundo Saddam Hussein.

A crise do Golfo é também a do petróleo nos países industrializados, como é visível através do nervosismo das bolsas, dos mercados do ouro e outros metais preciosos, do sobe-e-desce do dólar.

Há igualmente lições a extrair do panorama actual do mundo árabe depois da iniciativa agressiva do Iraque. Há a registar o alinhamento, em última análise, do Egipto de Mubarak pelas posições dos Estados Unidos; o equilíbrio do rei Hussein da Jordânia, talvez o mais esforçado e sincero dos candidatos a mediadores, pressionado pela sua velha aliança com Washington, por um lado, e pelas posições nacionalistas árabes da população do seu país, onde a maioria é de origem palestiniana, por outro; regista-se também a continuação de um clima de total desentendimento entre a Síria e o Iraque que torna muito improvável qualquer hipótese de reconciliação; e anota-se ainda a abertura do jogo declaradamente pró-norte-americano do regime monárquico e cruel da Arábia Saudita. Não passa também despercebida a subserviência do regime da Turquia perante as exigências dos Estados Unidos.

A crise gerada pelo Iraque e aproveitada pelos Estados Unidos joga a favor de Israel. Reforça o seu peso estratégico; relega quase para o silêncio, nos meios de comunicação internacionais, os acontecimentos relacionados com o levantamento palestiniano; permite a exploração mal intencionada, em meios de informação dispostos a fazê-la, do facto de a OLP ter reagido a favor do Iraque; proporciona aos actuais dirigentes de extrema direita em Israel brandirem perante os Estados Unidos a necessidade de mais e sofisticados armamentos, apesar de já disporem de um dos mais poderosos exércitos do mundo.

O clima de alta tensão no Golfo demonstra já, igualmente, como era viciada a redução simplista de todos os confrontos regionais a expressões do conflito Leste-Oeste. O que esta situação comprova, sem lugar para dúvidas, é a natureza expansiva e a tendência hegemónica de sempre do imperialismo norte-americano, permanentemente disposto a conquistar posições, aproveitando qualquer pretexto.

Mesmo quando não lhe é possível, por questões de um mínimo de decoro ou de salvaguarda do ridículo absoluto, invocar a defesa da democracia. ■

Nota do Secretariado do CC do PCP

Face à evolução da crise no Golfo e na sequência de posições já anteriormente tomadas, designadamente pela Comissão Política na sua reunião de 20 de Agosto, o Partido Comunista Português considera seu dever alertar a opinião pública portuguesa para o avolumar dos perigos de guerra em resultado da escalada militar na região.

1

A crise do Golfo insere-se numa região do mundo já anteriormente perturbada por conflitos de grande envergadura, designadamente os que resultam da negação dos direitos nacionais do povo palestiniano e da ocupação de territórios árabes da Palestina, do Líbano e da Síria pelas tropas de Israel. Essa situação, bem como os problemas relacionados com a complexidade da evolução do islamismo nos últimos anos, assim como o cruzamento de variados interesses relacionados com o domínio da principal riqueza da região, o petróleo, criam na zona do Golfo uma situação explosiva, que pode desencadear confrontações de repercussão mundial.

2

O PCP já afirmou, pronta e claramente, a sua condenação da invasão do território do Koweit pelas tropas iraquianas e exigiu a sua retirada imediata. Foi um acto grave, que criou novos factores de instabilidade na região, perigosamente agravados pela massiva intervenção estrangeira que se lhe seguiu.

3

O PCP manifesta profunda preocupação pela acção unilateral desenvolvida pelos Estados Unidos da América, pelo constante reforço da sua presença militar no Golfo, pela sua decisão de transformar o embargo em bloqueio com recurso à força, ultrapassando claramente a resolução do Conselho de Segurança, violando a Carta da ONU e o direito internacional, introduzindo novos factores de insegurança e perigos incontroláveis de escalada do conflito.

A actuação dos Estados Unidos, ditada pelos seus interesses estratégicos na região (como reconheceu o próprio presidente Bush) constitui uma perigosa afirmação hegemonista dirigida contra o movimento de emancipação nacional e social dos povos árabes, em tudo contrária aos interesses da paz. Neste sentido é esclarecedora a total contradição entre as justificações apresentadas pelo presidente Bush para as suas medidas no Golfo e, referindo apenas a região, o apoio do seu país à ocupação de territórios da Palestina por Israel, condenada também já repetidamente pela ONU e outras instâncias internacionais.

4

O PCP pronuncia-se inequivocamente por uma solução política negociada do conflito, designadamente no âmbito das Nações Unidas, com vista a impedir novos desenvolvimentos da crise. O PCP opõe-se firmemente à escalada militar dos Estados Unidos na região e aos seus propósitos de impor uma solução militar.

Numa altura em que estava ganhando terreno um clima de desanuviamento e de procura de soluções políticas para os conflitos regionais, são particularmente condenáveis comportamentos que contrariem essa tendência positiva nas relações internacionais. Neste aspecto, são preocupantes as medidas que se registam visando o reforço militar da NATO a pretexto da crise do Golfo, apesar mesmo de se tratar de uma região situada fora do âmbito geográfico do Tratado do Atlântico.

5

O PCP opõe-se firmemente a quaisquer decisões do Governo português que levem ao envolvimento de Forças Armadas nacionais (navais, aéreas ou terrestres) na escalada militar e em possíveis operações no Médio Oriente. Considera também com a maior apreensão a utilização para o efeito de basés situadas em território nacional.

O PCP entende que em nenhum caso o Governo português pode submeter os interesses nacionais e a actuação do País a interesses unilaterais de qualquer potência ou grupo de potências (NATO, UEO, CEE).

6

O PCP manifesta a sua preocupação pela situação dos portugueses que se encontrem em países do Golfo e considera que o Governo português deve tomar urgentemente as medidas adequadas para garantir a sua segurança e o repatriamento de todos os que o desejarem.

7

O PCP considera que o Governo português deve pautar toda a sua acção, no plano político e diplomático, no sentido de contribuir para uma solução política e pacífica para a crise aberta no Golfo. Neste sentido, o PCP considera particularmente apropriado à situação promover, estimular ou apoiar iniciativas tomadas com vista a impedir novos e perigosos desenvolvimentos da situação.

8

O PCP alerta a opinião pública portuguesa para os perigos da situação criada no Golfo, considerando a sua vigilância e actuação como uma contribuição necessária para conter a escalada militar e o agravamento da tensão nessa região e no mundo, e para que a actuação de Portugal nesta grave crise corresponda aos interesses do País e da paz mundial.

23.8.90

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Internacional

Sede do antigo PC incendiada em Sofia

No passado domingo milhares de manifestantes búlgaros incendiaram e saquearam a sede em Sófia do antigo Partido Comunista da Bulgária, actual Partido Socialista, deixando-a parcialmente destruída. Os bombeiros foram impedidos pela multidão de actuar e as chamas afectaram outros edifícios contíguos. Este acto culminou nove meses de protestos contra a presença de símbolos comunistas na capital, o que obrigou o parlamento a aprovar uma medida nesse sentido. Refira-se que vários manifestantes, identificados como membros do «Movimento para a Desobediência Civil» ameaçaram imolar-se pelo fogo para conseguir que a estrela que encima o edifício fosse desmontada. Entretanto o Partido Socialista, vencedor das eleições de Junho, considerou que os incidentes de domingo constituem uma «ameaça à paz civil» e um «perigo de ressurgimento do extremismo de direita e do fascismo».

Também a União Juvenil Socialista da Bulgária alertara já para esta autêntica vaga anticomunista, cujos activistas com claras tendências neofascistas, em vez de aceitarem as regras da democracia por que clamam, se insurgem nas ruas provocando actos de verdadeiro vandalismo político.

«São adeptos fanáticos da oposição que hoje dominam as ruas de Sofia, gritando *«morte!»* não só para os culpados da crise como para todos os que de uma maneira ou doutra apoiam o partido que ganhou as eleições», indica a União Juvenil Socialista. É aliás neste clima de instabilidade que a oposição exige um novo escrutínio e, afirmando não reconhecer a Grande Assembleia Nacional, eleita democraticamente, declara ser supremo um órgão legislativo.

A situação criada levou já o Governo provisório a demitir-se, apesar de ainda se manter em funções até à eleição de um novo gabinete, após a recusa da União das Forças Democráticas em formar uma coligação com o PS. Recorde-se contudo que o Partido Socialista, que a oposição não deixa governar, ganhou as eleições de Junho com 53 por cento de votos.

«Polegar para baixo»

A «nova ordem deve arrancar do zero», é o pensamento evocado e apoiado em numerosos comícios, onde os participantes acendem milhares de velas e recitam repetida e ritmicamente palavras de ordem, acompanhadas pelo gesto inequívoco do «polegar para baixo».

Apesar do apego declarado aos valores da democracia, a oposição não se opõe a estas forças, antes pelo contrário estimula-as, prossegue a União Juvenil. As movimentações de rua são por ela utilizadas não em prol do futuro comum mas sim a favor dos seus interesses partidários. É desse modo que a oposição divulga os seus ultimatos, e procura, através desses activistas, completar a sua minoria parlamentar.

A União Juvenil Socialista sublinha ainda que a violência gera violência, e a outra parte da população acabará por sair para a rua protestar. Quando não se sabe. Por enquanto, a paz civil está ameaçada, a lei completamente paralisada e as manifestações de protesto organizadas pelos jovens socialistas têm sido recebidas nas ruas com frases do tipo que passamos a citar:

«Desapareçam da face da terra»; «Em cada rebanho há ovelhas sarnosas. Graças a Deus que entre os jovens búlgaros há muito poucas ovelhas sarnosas»; «Fora da Bulgária! Para vocês aqui não há lugar»; «Morte ao comunismo e ao socialismo»; «Basta de comunismo e socialismo, olhem para o Canadá, desenvergonhados, mentirosos»; «Nem mesmo Tchernobyl vos pôde liquidar, peste vermelha», etc.

PCP saúda VIII Congresso dos comunistas venezuelanos

O Comité Central do PCP enviou uma mensagem de saudações ao Partido Comunista da Venezuela por ocasião da realização do seu VIII Congresso, cujo texto publicamos de seguida.

Queridos camaradas

Em nome dos comunistas portugueses, o CC do PCP saúda calorosamente o VIII Congresso do Partido Comunista da Venezuela e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas e o povo trabalhador da Venezuela.

Seguimos com espírito solidário a vossa luta em defesa dos interesses populares e nacionais e pela paz e o progresso social e fazemos votos para que ela seja coroada de pleno êxito.

O vosso Congresso tem lugar num momento particularmente complexo e contraditório para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

A política de paz da URSS, inseparável da perestroika, aliada à luta dos trabalhadores e dos povos pelo progresso social e a paz, contribuiu decisivamente para passos significativos no caminho do desarmamento, e para o desanuviamento do clima internacional. Entretanto os graves problemas que afectam o mundo do socialismo têm sido aproveitados pelo imperialismo para tentar ganhar posições a vários níveis. Isso é evidente na política dos EUA na América Latina, designadamente com a invasão do Panamá e as ameaças contra Cuba Socialista.

A invasão do Koweit pelo Iraque, que o PCP condena firmemente, tem servido de pretexto aos EUA para tentar impor a sua hegemonia, numa escalada militarista que constitui uma séria ameaça para a paz e a segurança internacional.

Camaradas

A nova situação internacional exige de todas as forças progressistas e amantes da paz, e em primeiro lugar dos Partidos Comunistas, grande abertura para a troca de informações e experiências e para o reforço da cooperação com vista à intensificação da luta pela liberdade, a democracia, a paz e o progresso social.

Neste sentido, os comunistas portugueses manifestam a sua vontade, continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCV.

Viva o VIII Congresso do PCV

Viva a amizade entre o PCP e o PCV

Lisboa, 22 de Agosto de 1990

«El Siglo» faz 50 anos

O director do «Avante!» endereçou em nome da redacção a seguinte mensagem de felicitações e saudações aos camaradas do jornal «El Siglo» por motivo do 50.º aniversário da sua fundação.

Aos camaradas Juan Andrés Lagos e a todos os trabalhadores de «El Siglo»

Estimados camaradas

Na impossibilidade de nos fazermos representar de maneira directa nas Jornadas de Celebração do Cinquentenário de «El Siglo» queremos, todavia, endereçar-vos as nossas felicitações e saudações mais calorosas por motivo do 50.º aniversário do vosso jornal.

Celebrar meio século de existência depois dos quase 17 anos de opressão e terrorismo fascista do vosso povo e dos comunistas chilenos na alvorada da reconquista da liberdade é um acontecimento que não pode deixar de comover e encher de alegria os comunistas de todos os países. Compreendemos por isso e compartilhamos convosco as vossas alegrias, as vossas esperanças, os vossos sentimentos profundos.

Estimados camaradas:

Uma nova época nos bate à porta e avança em aceleradados passos. É ainda longo o caminho, descomunais obstáculos e armadilhas de toda a ordem dificultam a nossa marcha. Tarefas de envergadura histórica têm diante de si os comunistas de todos os países, principalmente a do reconhecimento teórico e prático das novas realidades no quadro dos nossos ideais e da nossa identidade.

Os comunistas chilenos como os comunistas portugueses aprenderam na escola de uma dura luta a enfrentar — e vencer — as dificuldades, aprenderam a conhecer na própria carne o preço da Liberdade.

Isso lhes permitirá resistir aos ciclones da História, superar os novos dias difíceis.

Neste 50.º Aniversário do vosso jornal, os trabalhadores do «Avante!» e certamente todos os comunistas portugueses estão convosco.

Aceitai as nossas fraternais saudações

Lisboa, 24 de Agosto de 1990

Arménia proclamou a soberania

O parlamento da Arménia adoptou na passada semana uma declaração de soberania em que proclama a superioridade das leis desta república do Cáucaso sobre as leis da União Soviética.

A Arménia tornou-se deste modo a 12ª república soviética a declarar a sua soberania. Foi igualmente decidido abandonar os qualificativos de «socialista soviética», passando a chamar-se apenas República da Arménia. Contudo, a sua permanência na URSS não foi posta em causa pelo parlamento.

Este órgão, eleito em Julho passado, é constituído na sua maioria por elementos ligados aos movimentos nacionalistas locais, como acontece com o seu presidente, Levon Ter- Petrossian, que é líder do Movimento Nacional Arménio e do Comité «Kzarabakh».

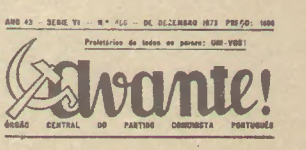
A declaração de soberania afirma a prioridade da legislação arménia sobre as leis da URSS, em questões internas e nas relações com o estrangeiro, e servirá de base para a elaboração de uma nova constituição e de outras leis.

Assim a cidadania arménia, cuja criação é prevista pela declaração, será concedida a todos aqueles que vivam no território da república e aos arménios que residam quer em território da URSS quer no estrangeiro.

A declaração afirma também o direito inalienável da incorporação da república da região do Nagorno-Karabakh e condena o genocídio de que foram vítimas os arménios, em 1915, no império Otomano.

Por fim o documento sublinha que a Arménia pode manter relações com outros países e com as «formações nacionais estatais no interior da União Soviética», bem como pode tornar-se membro de organizações internacionais, nomeadamente da ONU.

Também o soviete supremo do Tadjiquistão aprovou sábado passado uma declaração de soberania, mantendo no entanto a república no seio da União Soviética.



«A greve a exames decidida pelos estudantes do I.S.Técnico numa Reunião Geral em que participaram 1500 alunos foi uma grande afirmação das disposições de luta e da unidade combativa das massas estudantis.

A greve foi cumprida quase integralmente - 99% - apesar de todas as pressões, manobras e intimidações de que as autoridades fascistas jogaram mão: notas ministeriais e do Conselho Escolar, tentativas de divisão, cerco do Técnico por forças da PSP, pides e «gorilas» dentro das salas, protecção policial aos fura-greves (no primeiro dia de greve apenas 3 estudantes se apresentaram para fazer exame).

Ao mesmo tempo, os estudantes de Económicas mantinham-se em greve geral às aulas e em todas as escolas e academias desenvolvia-se uma campanha de solidariedade aos estudantes do IST.

Dias depois do início da greve, o Conselho Escolar propôs negociações aos corpos gerentes eleitos da Associação de Estudantes (...), que se saldaram pela aceitação pelo Conselho Escolar de todas as reivindicações fundamentais: reabertura da Associação (...), respeito pelos seus estatutos, homologação da direcção eleita; realização de novos exames para os alunos que faltaram em consequência da greve.

Aceites estas condições pelo Conselho Escolar [e ratificadas] por 2 mil alunos em RG, a Associação foi reaberta e as restantes condições cumpridas.»

(«Vitória de grande significado do movimento estudantil» - «Avante!», VI série, nº 444, Agosto de 1972)

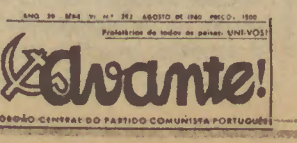
«Por telegramas provenientes de Inglaterra ficou o público das cidades de Lisboa e Porto a saber que as empresas monopolistas estrangeiras que exploram as comunicações telefónicas nas duas cidades e seus arredores e as comunicações urbanas na cidade de Lisboa tinham pedido ao governo de Salazar autorização para elevarem as tarifas das chamadas telefónicas e dos transportes nos eléctricos e autocarros.

(...)

A Companhia dos Telefones (The Anglo Portuguese Telephone Cº) é a empresa monopolista inglesa actuando no estrangeiro que mais altos dividendos oferece aos seus accionistas (...). A Carris de Ferro de Lisboa (Lisbon Electric Tramways) está muito ligada à Companhia dos Telefones e também ao Midland Bank (por por sua vez está ligado ao monopólio das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade de Lisboa) e tem, em Londres, lucros líquidos à volta de 20 mil contos. Para camuflar as suas negociatas no nosso país este rendoso monopólio tem em Portugal uma sociedade subsidiária (a Companhia Carris de Ferro de Lisboa) à qual se encontram ligados salazaristas destacados como o general Pereira Coutinho, o Duque de Palmela, Francisco Vieira Machado e outros. A Carris de Lisboa apresenta nos seus relatórios de contas, publicados em Portugal, lucros líquidos anuais inferiores a 100 contos...

Ainda em Londres existe uma sociedade de «Amigos de Portugal» (Anglo Portuguese Society), de que é presidente o principal accionista das Minas de S. Domingos e de que é vice-presidente o principal accionista da Companhia dos Telefones e da Carris de Ferro, Sir Alexander Roger, banqueiro em Londres e tubarão da alta finança britânica condecorado por Salazar. Nesta sociedade de «amigos de Portugal» são frequentemente homenageados em Londres os governantes salazaristas e lá se cozinham grandes negociatas lesivas dos interesses nacionais. Por exemplo: a Feira das Indústrias Britânicas em Lisboa foi organizada pela Federação das Indústrias Britânicas, organismo da alta finança inglesa de que é vice-presidente o mesmo Sir Alexander Roger que, ao mesmo tempo que organizava a exposição e a vinda da princesa Margarida e do «Tatoo» a Portugal, pedia a Salazar a elevação das tarifas dos telefones e dos eléctricos e autocarros...».

(«Tarifas, monopólios e política» - «Avante!», VI série, nº 279, Agosto de 1959)



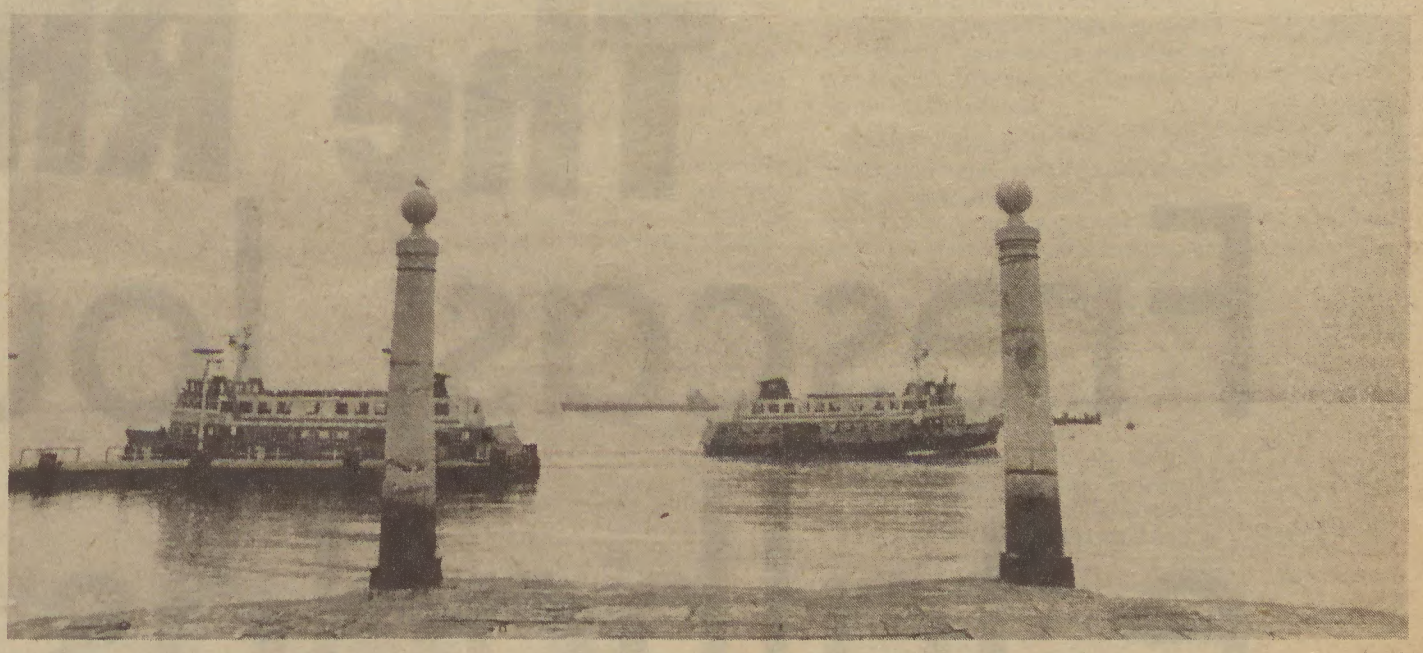
a festa! / Avante!
AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO
Director
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 11
30 de Agosto de 1990
Não pode ser vendido separadamente

ROCK DE INGLATERRA

Rhythm Sisters

XIV Festa Avante!

Tudo sobre os transportes e parqueamentos



XIV Festa Avante!

The Rhythm Sisters

Frescas, louras e talhadas para

Elas querem ser «tão grandes como os Beatles», são louras, irmãs, de apelido Laek: Debbie com 19 anos, Mandy com 20. Vestem blusões negros, *T-shirts* provocantes, jeans rotos e botas *Doc Martens*. São apresentadas pela crítica inglesa como uma importante revelação da pop/rock britânica, depois da publicação do seu álbum de estreia, *Road to Roundhay Pier. The Rhythm Sisters* é o seu nome de guerra e apresentação de um rock tipicamente britânico, dos anos 90, misturando influências diversas, com uma maior tendência para a decisiva herança da *folk*, onde surgem sons acústicos e eléctricos, numa simbiose que levou já alguns críticos ingleses a compará-las aos (saudosos) *Housemartins*, numa alusão provavelmente abusiva mas unânime neste sentido: as qualidades destas duas irmãs fazem delas um acontecimento desde já importante no mundo da pop/rock britânica.

Sisters o sucesso!

As canções das *irmãs do ritmo* contam histórias de adolescentes, no fundo as suas próprias histórias pessoais: a escola, os primeiros namorados, os primeiros beijos, os locais onde se reúnem os adolescentes de Leeds, terra natal das irmãs Laek. Até uma canção sobre a rua onde elas vivem está incluída no álbum de estreia da banda.

De resto é de Leeds que têm surgido ultimamente algumas bandas importantes na Grã-Bretanha, como é o caso dos *Age of Chance* ou dos *Wedding Present*.

Descontraídas, extrovertidas, Debbie e Mandy conquistaram o público britânico com a espontaneidade das suas prestações em palco, justificando os vaticínios gerais que as apontam como um dos futuros ocupantes habituais dos lugares cimeiros das tabelas de vendas de discos.

Em casa dos pais

Com sete e oito anos, as irmãs Laek costumavam animar as festas dos pais com habilidades de mímica, canto e dança, feitas ao som dos velhos discos paternos.

Aos treze anos Debbie e Mandy compuseram uma canção e solicitaram ao professor de música da escola que escrevesse numa pauta as notas da melodia. Apesar do professor não ter sido particularmente entusiasmante quanto às qualidades atribuídas à canção das suas alunas, as duas irmãs decidem apresentar-se num bar local para um espectáculo em palco. Mesmo não tendo sequer a idade mínima legal para entrar num *pub* desse tipo, Debbie e Mandy persuadiram o dono do estabelecimento a deixá-las interpretar a sua canção, acompanhadas pelos músicos permanentes do bar.

Depois disso (talvez pelo *susto* que apanharam), as irmãs Laek esperaram mais de três anos para tentar de novo uma apresentação em público como cantoras. Mais canções foram entretanto escritas à custa da então *muito odiada* escola que frequentavam, enquanto alguma experiência de palco foi ganha quando as duas irmãs foram participando em coros de acompanhamento de algumas bandas de Leeds.

Billy Laek, meio irmão de Debbie e Mandy, perturbado com o facto de as raparigas terem desistido de estudar com dezasseis anos, começou por acompanhá-las nos estudos, ensinando-as em casa nas horas livres, e acabando por conseguir que as duas *meninas rebeldes* acabassem por ser alunas excelentes. Mas foi também Billy o primeiro a levar a sério a propensão para a música de Debbie e Mandy, agarrando nas suas canções, trabalhando-as nos arranjos e instrumentação. Foi ainda Billy quem finalmente as introduziu nesse negócio sério que na Grã-Bretanha se pode chamar *busca da fama*.

Acertar à primeira

É ele próprio que conta ter decidido levar gravações de músicas das irmãs Laek a Londres para apresentação a editoras, quando ouviu numa entrevista radiofónica Elvis Costello dizer que o primeiro conselho que dava a todas a novas bandas que desejassem iniciar uma carreira, era o de irem ter com Charlie Gillett - editor, autor, produtor de rádio e televisão - um homem para o qual toda a novidade é, à partida, interessante ou digna de atenção. Acabou por ser Gillett quem surgiu na promoção das *Rhythm Sisters* e desde então elas fizeram em poucos meses uma rápida progressão no mundo da música britânica, começando com uma digressão com os The Proclaimers e gravando o primeiro LP após o qual realizaram cada vez maiores e melhores espectáculos, várias vezes por semana, um pouco por todo o lado.

Billy continua a estar presente na vida artística das irmãs: começou por produzir o LP de apresentação das *Rhythm Sisters* e toca guitarra, quer em palco quer no disco. Ao mesmo tempo encarrega-se, como *manager*, da gestão da carreira de Debbie e Mandy, não se esquecendo ainda da sua própria carreira de professor numa escola de Yorkshire bem como do final da educação escolar de Debbie e Mandy, que não é abandonada mesmo ao longo das digressões.

Para além das vozes de Debbie e Mandy e da guitarra de Billy, *The Rhythm Sisters*, apresentar-se-ão na Atalaia com o ex-membro dos *JAM*, Bruce Foxton, no baixo eléctrico, para além de Steve Jones (bateria), Bill Nelson (guitarra e teclados), Ian Livingstone (teclas) e ainda Chris Halliwell (guitarra) por acaso também professor (de arte) das *irmãs do ritmo*.

Um espectáculo que nos vai mostrar o que de mais recente se apresenta nos palcos da Grã-Bretanha.

BRIGADA VICTOR JARA

De raiz portuguesa a cantar-nos ao coração

Se há projecto coerente e consistente no domínio do tratamento da música tradicional portuguesa, esse projecto chama-se *Brigada Victor Jara* e há quinze anos que evolui no mundo da nossa música por um caminho que leva já contados seis álbuns gravados, a começar no ano de 1977 com o aparecimento de *Eito Fora* até ao recente *Monte Formoso*, e o impressionante número de mil e 300 espectáculos ao vivo, ocorridos nos mais variados palcos, em todas as regiões do País e por esse mundo fora.

Pelas suas características de grupo semi-profissional, o número dos elementos da *Brigada* foi sempre muito variável, contando-se a partir da sua fundação, em 1975, mais de 40 elementos. Na «festa!» a *Brigada* vai apresentar-se com uma formação de sete elementos para a apresentação do seu último álbum. São eles: Arnaldo Carvalho (bateria, percussões e voz solo), Aurélio Malva (viola, guitarras tradicionais, gaita de foles, bandolim e voz solo), Luís Nunes (viola, guitarras tradicionais, cavaquinho e coros), Manuel Rocha (violino, bandolim e coros), Ricardo Dias (piano e coros), Rui Curto (acordeão, concertina, percussões e coros) e Zé Malva (viola baixo e coros).

Novos sons para a tradição

A procura de novas sonoridades e de novas formas musicais a partir da música de raiz tradicional e a divulgação da música tradicional portuguesa são dois dos principais objectivos que ao longo destes anos de existência a *Brigada* tem confessadamente tentado alcançar.

Tudo começa no Verão de 1975 quando um grupo de jovens de Coimbra participa nas campanhas do MFA na Beira Baixa, tocando e cantando. Ao descobrir a riqueza da música popular dessa região decidem dedicar-se ao tratamento dessas melodias, nascendo assim a *Brigada Victor Jara*, nascimento confirmado com a gravação do primeiro álbum, dois anos depois.

Em 1978 a *Brigada* desloca-se à União Soviética para um espectáculo de comemoração do 25 de Abril e um ano depois grava o LP *Tamborileiro*. Já na década de 80 a *Brigada*, para além dos espectáculos no nosso país, desloca-se também à Checoslováquia e RDA (participando nos festivais internacionais de Sokolov e Berlim), mas também a Angola, Itália e Holanda.

Quem sai aos seus é o nome do terceiro disco da banda, gravado em 1981, responsável directo para a atribuição, no ano seguinte, do prémio da revista Nova Gente para o *Melhor Conjunto do Ano*. Em 83, espectáculos em França e Espanha precedem a gravação do álbum *Marcha dos Foliões*, ao qual se segue, no ano seguinte, o LP intitulado *Contraluz*.

A comemoração dos dez anos de actividade do grupo é feita com espectáculos memoráveis na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa e no Teatro Académico de Gil Vicente em Coimbra (*terra natal* do agrupamento). É ainda nesse ano de 1985 que os elementos da *Brigada* se deslocam a Macau para as comemorações do 10 de Junho, participando também em festivais internacionais da juventude ocorridos na Bulgária e na Grécia.

A memória de José Afonso

Inglaterra, Moçambique, Galiza (onde participam na *homenaxe* a José Afonso), Venezuela, Coreia do Norte (para o festival mundial da juventude) foram outros locais por onde passaram os elementos do grupo, para além de novas passagens por França e Holanda.

A gravação o ano passado de *Monte Formoso* (que mereceu o prémio de melhor disco nacional do ano atribuído pela Antena 1) foi motivo para a concepção de um espectáculo sob o mesmo título, dedicado a José Afonso, em colaboração com elementos do G.E.F.A.C. e da Companhia de Teatro *Bonifrates* de Coimbra, apresentado em inúmeras cidades do País.

A *Brigada* será pois, por mérito próprio, um dos pontos altos dos espectáculos de música portuguesa este ano apresentados na Festa do «Avante!».

ART JAZZ TRIO
A música em liberdade

Sérgio Pelágio, Mário Franco e André Sousa Machado são três nomes importantes do Jazz que se vai fazendo em Portugal e formam desde 1982 o *Art Jazz Trio* quando se conheceram na Escola de Jazz do Hot Club de Portugal. Aprenderam pois a tocar Jazz juntos, ouvindo os mesmos discos e sofrendo as mesmas influências.
O seu primeiro contacto ao vivo deu-se em 1985, ainda no Hot Club de Portugal, numa aposta em torno de um jazz moderno, explorando texturas e diferentes possibilidades de *interplay*. O reportório apresentado pelo trio era constituído por composições de Sérgio Pelágio e Mário Franco para além dos habituais *standards*.
A partir de 1985, com a ida de Sérgio Pelágio para Nova Iorque, os três músicos mantiveram-se em contacto, trocando ideias e trabalhando individualmente no projecto que acaba por renascer o ano passado com um concerto na Reitoria da Universidade de Lisboa integrado nos Encontros Cultura e Desenvolvimento.
Segundo afirmam os músicos, as razões musicais que motivam o *Art Jazz Trio* são as mesmas do projecto nascido em 85: grande liberdade musical e *interplay* constante servidos por três músicos que funcionam no *mesmo comprimento de onda*.

Avante! Festa!
AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

Tudo sobre os transportes

A melhor solução para quem vai de Lisboa é apanhar, na estação do Terreiro do Paço, o cacilheiro para o Seixal. Na margem Sul estão asseguradas carreiras de autocarro entre o embarcadouro do Seixal e a entrada da Festa

Carreira Fluvial Terreiro do Paço-Seixal

SEXTA-FEIRA

SEIXAL	LISBOA (T. Paço)
19H00	19H35
20H15	20H15
20H50	20H50
21H25	21H25
22H00	22H00
22H35	22H35
23H10	23H10
23H35	23H45
00H20	00H20
00H55	00H55
01H30	01H30

SÁBADO E DOMINGO

SEIXAL		LISBOA (T. Paço)	
07H05	18H15	07H05	18H00
07H40	18H35	07H40	18H20
08H15	18H55	08H15	18H40
08H50	19H15	08H50	19H05
09H25	19H40	09H25	19H25
10H00	20H00	10H00	19H45
10H35	20H20	10H35	20H05
11H10	20H40	11H10	20H25
11H45	21H00	11H50	20H45
12H25	21H20	12H20	21H05
12H55	21H40	12H45	21H25
13H20	22H00	13H10	21H45
13H45	22H20	13H35	22H25
14H10	22H40	14H00	22H25
14H35	23H00	14H25	22H45
15H00	23H20	14H50	23H05
15H25	23H40	15H15	23H25
15H50	24H00	15H40	23H45
16H15	00H20	16H05	00H05
16H40	00H40	16H30	00H25
17H05	01H00	16H55	00H45
17H30	01H20	17H20	01H00
17H55	01H40	17H40	01H20

NOTA: Horário até 02H00

- *A Transtejo assegura, além do horário acima, o transporte de todas as pessoas presentes até às 2 horas da madrugada no embarcadouro do Seixal*
- *O preço do bilhete para cada viagem é de 135$00 se comprado na altura e 130$00 o pré-comprado*

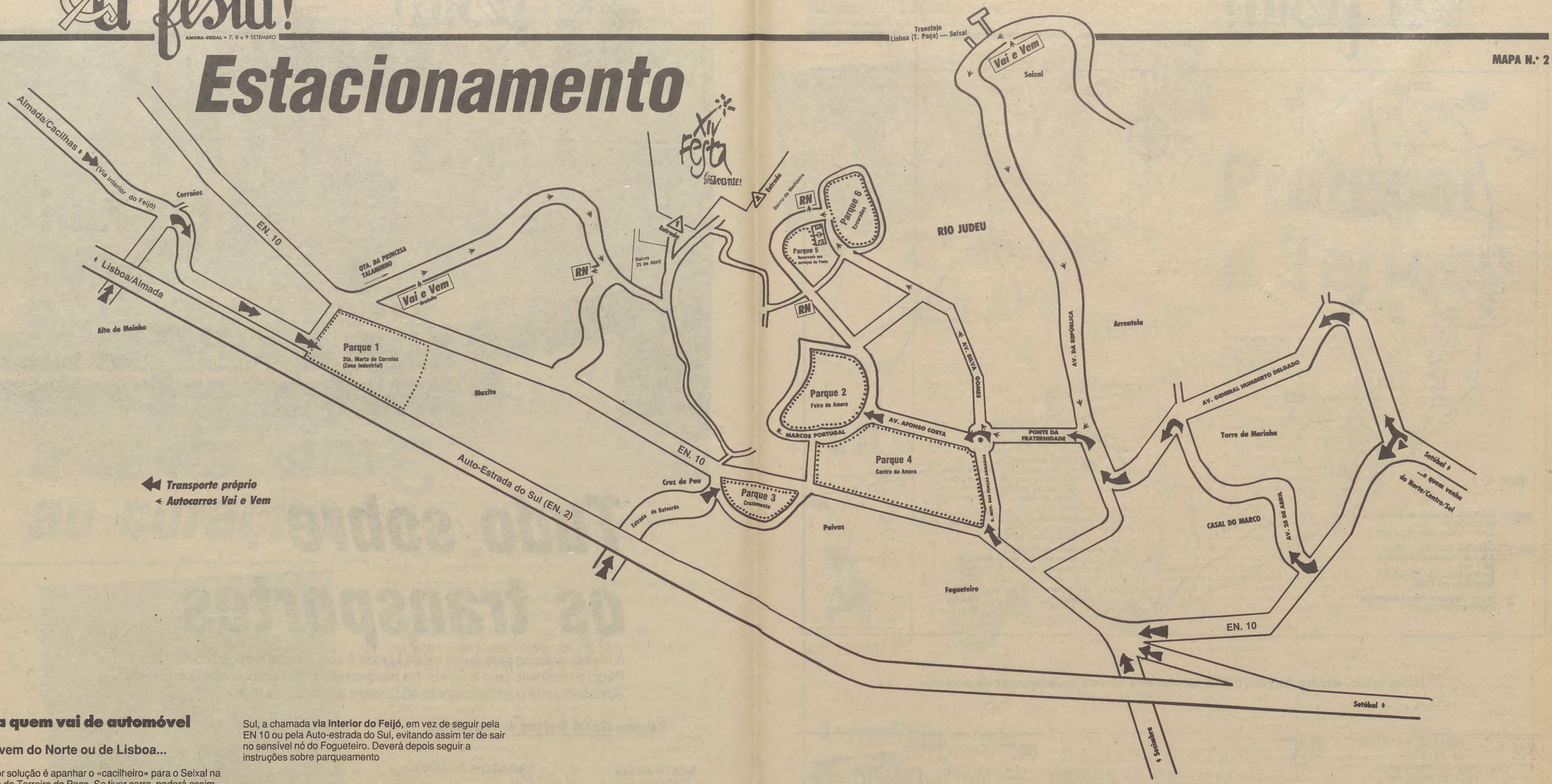
Carreira especial Seixal-Medideira

- Funcionará nos dias da Festa uma carreira especial de autocarros entre o embarcadouro do Seixal e a entrada da Festa na Medideira.
- Os autocarros desta carreira especial partem sempre que estiverem cheios
- O preço dos bilhetes é de 100$00 no motorista e de 81$00 pré-comprado

Carreira especial Cacilhas-Quinta da Princesa

- Funcionará nos dias da Festa uma carreira especial de autocarros entre Cacilhas (onde a paragem se encontra devidamente sinalizada) e a Quinta da Princesa, junto à Festa
- Os autocarros desta carreira especial partem sempre que estiverem cheios
- O preço dos bilhetes é de 150$00 no motorista e 108$00 o pré-comprado

Estacionamento



Para quem vai de automóvel

1. Se vem do Norte ou de Lisboa...

a melhor solução é apanhar o «cacilheiro» para o Seixal na estação do Terreiro do Paço. Se tiver carro, poderá assim parqueá-lo em Lisboa. Estão asseguradas carreiras de barcos durante todo o fim-de-semana *(ver horários na pág. 6)*. Está igualmente assegurada uma carreira especial de autocarros entre o embarcadouro do Seixal e a porta da Festa na Medideira

2. Se vem de automóvel do Norte do País...

tem igualmente a possibilidade de evitar o trânsito da Ponte «25 de Abril» atravessando a ponte de Vila Franca e seguir depois por Porto Alto, Infantado, Alcochete, Montijo, Coina, Paio Pires e Amora *(ver mapa nº 1)*, seguindo depois as instruções que a seguir se fornecem como se viesse do Sul do País e quanto ao parqueamento

3.Se vem de automóvel do Sul do País...

para evitar o cruzamento do Fogueteiro, pode tomar um de dois percursos:
3.1. ou toma a auto-estrada do Sul, sai para o Barreiro e entra no desvio para Coina-Seixal *(ver mapa Nº 5)*;
3.2. ou em Setúbal toma a EN 10 saindo no Casal do Marco para Torre da Marinha-Seixal ou antes para Paio-Pires-Torre da Marinha-Amora *(ver mapa Nº 4)*.
Depois, seguir a instruções que a seguir se fornecem sobre o parqueamento

4. Se atravessar a Ponte «25 de Abril»...

recomendamos que opte por virar para Almada tomando em seguida, na Cova da Piedade, a alternativa à EN 10 e à AE Sul, a chamada **via interior do Feijó**, em vez de seguir pela EN 10 ou pela Auto-estrada do Sul, evitando assim ter de sair no sensível nó do Fogueteiro. Deverá depois seguir a instruções sobre parqueamento

5. Parqueamentos

Estão preparadas seis áreas de parqueamento, com capacidade para várias dezenas de milhar de viaturas e com acesso garantido ao recinto da Festa.

5.1. Parque de Santa Marta de Corroios (Zona Industrial), com entrada e saída directa à via do interior do Feijó-Cova da Piedade *(ver mapa nº 2)*. Este parqueamento é o que se encontra mais afastado do recinto da Festa, mas também, exactamente por isso, será o de acesso e escoamento mais fácil e cuja utilização se recomenda. **Haverá uma carreira especial gratuita de autocarros entre este parque e a entrada da Festa** *(ver página 6)*

5.2. Parque da Feira da Amora, entre a Av. 1º de Maio e a Av. Afonso Costa na Amora *(ver mapa nº 1)*. Particularmente indicado para o trânsito que utilizar o desvio da Torre da Marinha *(nºs 1 e 2)*

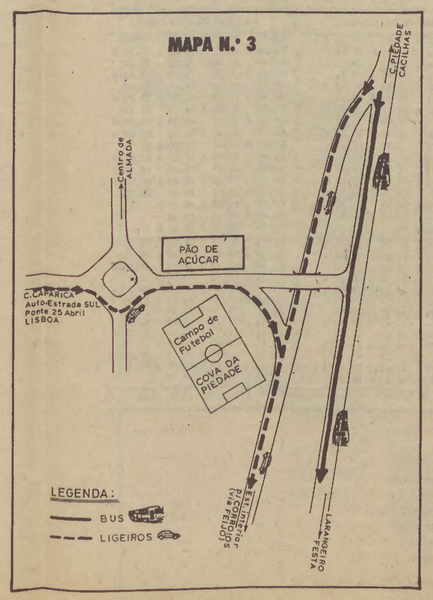
5.3. Parque no cruzamento Cruz de Pau-estrada dè Belverde *(ver mapa nº 2)*. Particularmente indicado para o trânsito que provenha da zona das praias (Caparica, Fonte da Telha, etc.)

5.4. Parque no centro da Amora

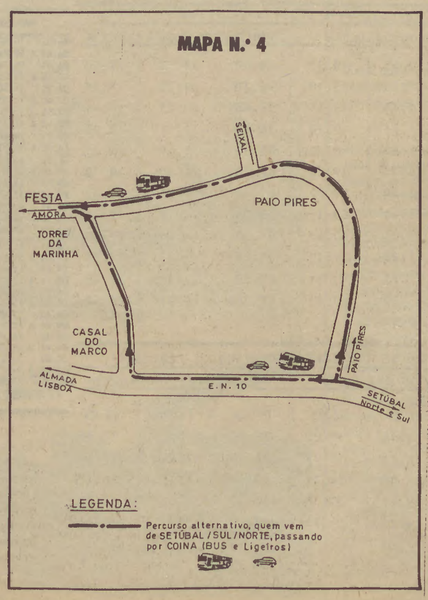
5.5. Parque reservado aos serviços da Festa, situado junto ao campo do Amora Futebol Clube

5.6. Parque de excursões, na marginal da Amora à direita do campo do Amora Futebol Clube *(ver mapa nº 2)* reservado aos autocarros de excursões que se dirijam à Festa

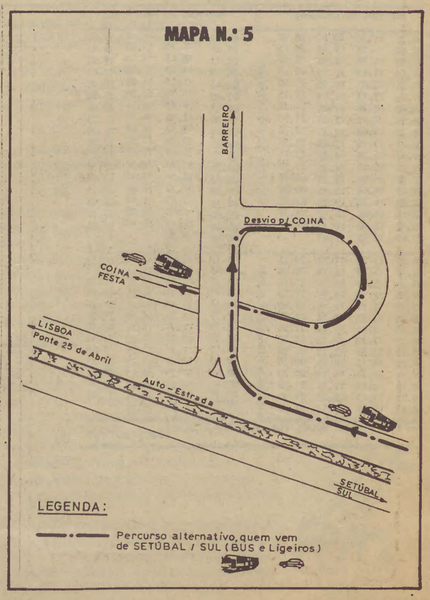
MAPA N.º 3



MAPA N.º 4

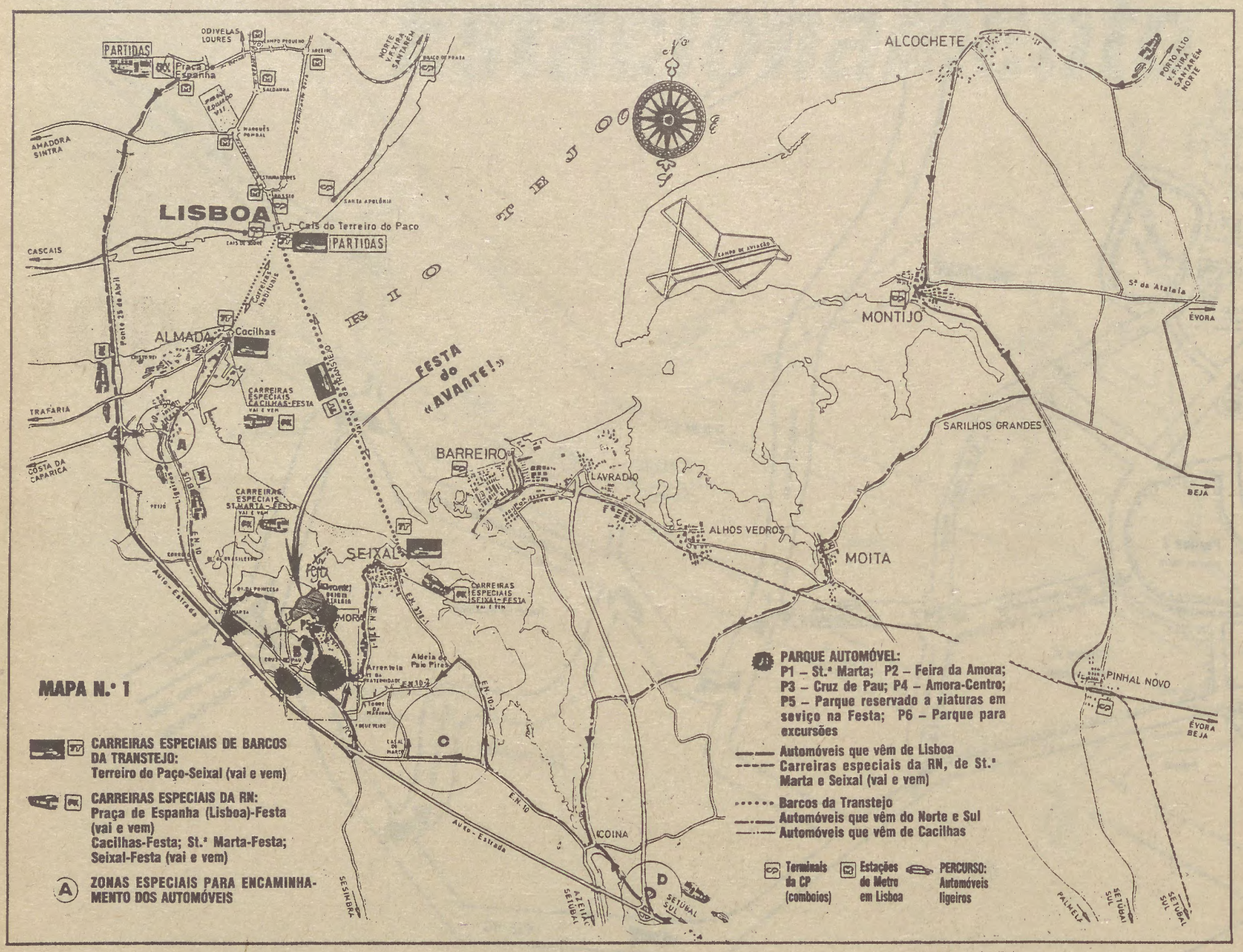


MAPA N.º 5



a festa!

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO



Todas estas carreiras normais da RN funcionarão com os horários normais e reforço

RN

HORARIO
Nº 7113
CACILHAS - PAIO PIRES
(VIA SEIXAL)

PARTIDAS DE CACILHAS					PARTIDAS DE PAIO PIRES			
06.30	11.00	15.30	20.00	2ª / 6ª FEIRA EXCEPTO FERIADOS	05.15 A	10.15	14.45	19.00
06.45	11.15	15.45	20.15		05.45	10.30	15.00	19.15
07.00	11.30	16.00	20.30		06.15	10.45	15.15	19.30
07.15	11.45	16.15	20.45		06.30	11.00	15.30	19.45
07.30	12.00	16.30	21.00		06.45	11.15	15.45	20.00
07.45	12.15	16.45	21.15		07.00	11.30	16.00	20.20
08.00	12.30	17.00	21.35		07.15	11.45	16.15	20.40
08.15	12.45	17.15	21.50		07.30	12.00	16.30	21.05
08.30	13.00	17.30	22.20		07.45	12.15	16.45	21.30
08.45	13.15	17.45	22.50		08.00	12.30	17.00	22.00
09.00	13.30	18.00	23.20		08.15	12.45	17.15	22.20
09.15	13.45	18.15	23.50		08.30	13.00	17.30	22.35
09.30	14.00	18.30	00.20		08.45	13.15	17.45	23.05
09.45	14.15	18.45	00.50		09.00	13.30	18.00	23.35
10.00	14.30	19.00	01.20		09.15	13.45	18.15	00.05
10.15	14.45	19.15	01.35		09.30	14.00	18.30	00.35
10.30	15.00	19.30	02.50		09.45	14.15	18.45	01.05
10.45	15.15	19.45			10.00	14.30		
06.35	11.15	15.55	20.35	SABADOS, DOMINGOS E FERIADOS	05.15 A	10.15	14.55	19.35
06.55	11.35	16.15	20.55		05.45	10.35	15.15	19.55
07.15	11.55	16.35	21.15		06.15	10.55	15.35	20.15
07.35	12.15	16.55	21.35		06.35	11.15	15.55	20.35
07.55	12.35	17.15	21.50		06.55	11.35	16.15	21.20
08.15	12.55	17.35	22.20		07.15	11.55	16.35	22.00
08.35	13.15	17.55	22.50		07.35	12.15	16.55	22.20
08.55	13.35	18.15	23.20		07.55	12.35	17.15	22.35
09.15	13.55	18.35	23.50		08.15	12.55	17.35	23.05
09.35	14.15	18.55	00.20		08.35	13.15	17.55	23.35
09.55	14.35	19.15	00.50		08.55	13.35	18.15	00.05
10.15	14.55	19.35	01.20		09.15	13.55	18.35	00.35
10.35	15.15	19.55	01.55		09.35	14.15	18.55	01.05
10.55	15.35	20.15	02.50		09.55	14.35	19.15	

A) PAIO PIRES / SEIXAL COM LIGAÇÃO A CACILHAS

INICIO: OUT./89

RN

HORARIO DA CARREIRA N. 7149

CACILHAS - QTA. DA PRINCESA

EFECTUAM-SE DE 2ª A 6ª FEIRA

PARTIDAS DE CACILHAS			PARTIDAS DA QUINTA PRINCESA		
06.30	12.55	18.25	06.00	09.50	17.10
07.00	13.35	18.40	06.20	10.20	17.25
07.30	14.15	18.55	06.40	10.55	17.45
07.50	14.55	19.10	06.55	11.35	18.00
08.10	15.25	19.25	07.15	12.15	18.15
08.30	16.15	19.40	07.30	12.55	18.30
08.50	16.30	19.55	07.45	13.35	18.45
09.10	16.45	20.15	08.00	14.15	19.05
09.50	17.05	20.45	08.20	14.45	19.20
10.20	17.20	21.30	08.40	15.35	19.35
10.55	17.35	22.55	09.00	15.55	20.05
11.35	17.50	01.45	09.20	16.55	20.55
12.15	18.05				

EFECTUAM-SE AOS SABADOS, DOMINGOS E FERIADOS

PARTIDAS DE CACILHAS			PARTIDAS DA QUINTA PRINCESA		
07.40	12.55	18.25	07.00	11.35	16.25
08.20	13.35	19.05	07.40	12.15	17.05
09.00	14.25	19.45	08.20	12.55	17.45
09.40	15.05	20.25	09.00	13.35	18.25
10.20	15.45	21.30	09.40	14.15	19.05
10.55	16.25	01.45	10.20	15.05	19.45
11.35	17.05		10.55	15.45	20.55
12.15	17.45				

RN

HORARIO
Nº. 7112
CACILHAS - PAIO PIRES
(SEIXEIRA/A.BONECOS)

PARTIDAS DE CACILHAS					PARTIDAS DE PAIO PIRES			
06.25	10.40 A	14.55	19.10 A	2ª A 6ª FEIRA, EXCEPTO FERIADOS	06.15	10.30 A	14.45	19.00
06.40 A	10.55	15.10 A	19.25		06.30 A	10.45	15.00 A	19.15 A
06.55	11.10 A	15.25	19.40 A		06.45	11.00 A	15.15	19.30
07.10 A	11.25	15.40 A	19.55		07.00 A	11.15	15.30 A	19.45 A
07.25	11.40 A	15.55	20.10 A		07.15	11.30 A	15.45	20.00
07.40 A	11.55	16.10 A	20.25		07.30 A	11.45	16.00 A	20.20 A
07.55	12.10 A	16.25	20.40 A		07.45	12.00 A	16.15	20.45
08.10 A	12.25	16.40 A	20.55		08.00 A	12.15	16.30 A	21.05 A
08.25	12.40 A	16.55	21.20 A		08.15	12.30 A	16.45	22.05 A
08.40 A	12.55	17.10 A	21.50		08.30 A	12.45	17.00 A	22.35
08.55	13.10 A	17.25	22.20 A		08.45	13.00 A	17.15 A	23.05 A
09.10 A	13.25	17.40 A	22.50		09.00 A	13.15	17.30	23.35
09.25	13.40 A	17.55	23.20 A		09.15	13.30 A	17.45 A	00.00 A
09.40 A	13.55	18.10 A	23.50		09.30 A	13.45	18.00	00.30
09.55	14.10 A	18.25	00.20 A		09.45	14.00 A	18.15 A	
10.10 A	14.25	18.40 A	00.50		10.00 A	14.15	18.30	
10.25	14.40 A	18.55			10.15	14.30 A	18.45 A	
06.45	11.05 A	15.25	19.45 A	SABADOS, DOMINGOS E FERIADOS	06.15	10.35 A	14.55	19.15 A
07.05 A	11.25	15.45 A	20.05 A		06.35 A	10.55	15.15 A	19.35
07.25	11.45 A	16.05	20.25		06.55	11.15 A	15.35	19.55 A
07.45 A	12.05	16.25 A	20.45 A		07.15 A	11.35	15.55 A	20.15
08.05	12.25 A	16.45	21.05 A		07.35	11.55 A	16.15	20.35 A
08.25 A	12.45	17.05 A	21.25		07.55 A	12.15	16.35 A	21.05 A
08.45	13.05 A	17.25	21.50		08.15	12.35 A	16.55	22.05 A
09.05 A	13.25	17.45 A	22.20 A		08.35 A	12.55	17.15 A	22.35
09.25	13.45 A	18.05	22.50		08.55	13.15 A	17.35	23.05 A
09.45 A	14.05	18.25 A	23.20 A		09.15 A	13.35	17.55 A	23.35
10.05	14.25 A	18.45	23.50		09.35	13.55 A	18.15	00.05 A
10.25 A	14.45	19.05 A	00.20 A		09.55 A	14.15	18.35 A	00.35
10.45	15.05 A	19.25	00.50		10.15	14.35 A	18.55	

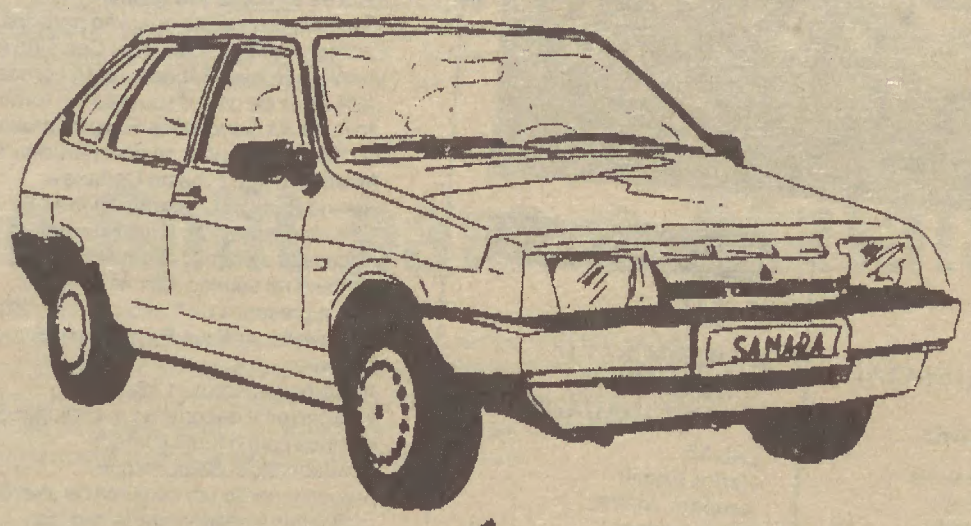
A) PARTIDA OU CHEGADA AO ALTO DOS BONECOS

INICIO: OUT./89

2.º sorteio das EPs a 9 de SETEMBRO

1.º Prémio LADA SAMARA
1100 cc
3 Portas

LADA SAMARA



SODIMOTOR
Sociedade Distribuidora de Automóveis, S.A.
Sede: Trav. da Glória, 19, 2.º-Esq. -1200 LISBOA
Tel. 346 06 04

2.º Prémio QUARTO DE CRIANÇA
D'ARTE MÓVEIS CONFIANÇA

3.º Prémio CÂMARA DE FILMAR-VÍDEO
NORDMENDE
Modelo: SV 500
Super VHS
da empresa
TOCAPIANO
-ALMADA

Proteger o Terreno!

Quinta da Atalaia!
O novo terreno da Festa.
Um vale sobranceiro ao Tejo, uma escarpa de 20 metros sobre as margens do rio, miradouro natural para um panorama deslumbrante, uma moldura de árvores que torna verde o primeiro olhar para a Lisboa que se descortina ao fundo.
Um terreno onde há - como em todos os terrenos! - pontos delicados, zonas mais vulneráveis que é necessário cuidar.
Vem-nos à memória o primeiro ano da Ajuda.
Ali, naquela encosta também sobranceira ao Tejo, nada havia a não ser um vasto descampado. Visto de longe, olhado da estrada, parecia um vasto terreiro onde uma relva selvagem e rasteirinha verdejava. Contudo...
Contudo, ao começar a desenhar-se os sítios, ao fazer o «levantamento a passo», um problema surgiu: toda a encosta estava verdadeiramente coalhada de pedras, umas maiores, outras mais pequenas, todas elas contudo de tamanho a exigir remoção e de arestas afiadas de basalto duro e quebrado.
As primeiras jornadas de trabalho assistiram assim a uma tarefa surpreendente: centenas de camaradas, costas vergadas para o chão, apanhando **à mão** as pedras que se iam amontoando em montes mais pequenos, depois transportados em *dumpers* para um enrocamento sobre o qual se viria a erguer o primeiro palco.
Na redacção do «Avante!» receberam-se então cartas e telefonemas: mas é preciso fazer este trabalho à mão, recolher todos aqueles calhaus com cuidado como se de coisa preciosa se tratasse? Não seria muito mais lógico recorrer a uma máquina, a uma pá mecânica e «varrer» toda aquela pedra para um canto?
Ouvidos os responsáveis técnicos da Festa, o «Avante!» deu a resposta.
O problema era, de facto, complicado.
Naquela encosta da Ajuda, antiga propriedade do Marquês de Pombal, haviam-se plantado durante séculos searas que abasteciam Lisboa. A camada de terra arável sempre fora, porém, bem fina e, ao longo de anos e anos, as relhas dos arados haviam penetrado além dela, rasgado e quebrado os rochedos de basalto que formam a serra de Monsanto.
Milhares de pedras, partidas e revolvidas pelos trabalhos de sementeira, se haviam misturado e constituíam a frágil cobertura actual. Se, para remover os milhares de pedras que afloravam à superfície se recorresse a máquinas que revolvessem a terra duas coisas aconteceriam: debaixo das pedras retiradas outras surgiriam e, acima de tudo, revolvida a terra, perdida a consistência do escalracho e do pousio, as primeiras chuvadas arrastá-la-iam encosta abaixo transformando a encosta do Casalinho num agreste e despido rochedo.
Essa quase epopeia que foram dias e dias de remoção de pedras à mão foi um esforço fundamental para defender o terreno que durante sete anos acolheu a Festa.

Na Atalaia não há basalto quebrado por séculos de lavoura - mas há realidades que igualmente requerem cuidada ternura para que o terreno se mantenha tão belo e aprazível quanto o encontrámos.
Um dos pontos mais sensíveis é exactamente a falésia. O seu limite, os acessos até à margem estão tratados com a simplicidade requerida por uma quinta onde circulavam apenas os seus antigos donos e alguns poucos trabalhadores. Não há muros que *consolidem* o limite do terreno, que impeçam que, a pouco e pouco, a barreira se possa esboroar. Deixada ao seu sossego, a falésia lá estará: mas se milhares e milhares de pessoas começarem a descê-la e subi-la, procurando o caminho para escaladas ou rápidas descidas?...
Estão previstas obras que protejam a falésia - mas, neste primeiro ano, naturalmente, elas não foram ainda possíveis.
A defesa do terreno exige assim que este ano se reserve o acesso a alguns pontos mais sensíveis da falésia, como aliás a outros locais da quinta: a zona ajardinada junto da casa, a zona de cobertos e telheiros da antiga área de lavoura, tudo pontos que futuramente serão tratados.
Defender o terreno da Atalaia será assim tão necessário quanto defender o da encosta da Ajuda - só que francamente menos trabalhoso!
E, quanto ao resto, é claro que o terreno, como se gritou bem alto em Loures o ano passado, «É nosso!». Mas, acima de tudo, é **a Festa**! Bem organizada, como todos dizem, feita por todos nós, como bem sabemos. Incluindo nos pequenos pormenores de respeitar um aviso que diz que, não passando, se protege o terreno da Atalaia!

XIV Festa Avante!

XIV Festa Avante!

AS HORAS DOS DEBATES

FORUM/ PAVILHÃO CENTRAL

6.ª FEIRA/7 SET.

21.00 H

■ **O IDEAL COMUNISTA**

Vítor Dias
Manuel Gusmão
Henrique de Sousa

SÁBADO/8 SET.

15.00 H

■ **A ALTERNATIVA EXISTE**
Eleições Presidenciais e legislativas de 1991

Carlos Brito
António Andrez
Helena Medina
Manuel Sobral

18.00 H

■ **UM PORTUGAL SOBERANO NUM QUADRO DE COOPERAÇÃO**

Agostinho Lopes
João Amaral
Joaquim Miranda
Sérgio Ribeiro

21.00 H

■ **SITUAÇÃO SOCIAL, MITOS E REALIDADES**

Domingos Abrantes
Fernanda Mateus
Jerónimo de Sousa
Amélia Pardal

DOMINGO/9 SET.

15.00 H

■ **DEMOCRACIA E DIREITOS DOS CIDADÃOS**

Luís Sá
Carlos Fraião
António Abreu
Odete Santos

Para além dos debates que vão ocorrer na «festa!» já anteriormente anunciados para o *Forum* do Pavilhão Central, podemos hoje anunciar os debates que vão ocorrer no espaço para esse efeito criado na Cidade Internacional, o primeiro dos quais vai ocorrer na sexta-feira às 21 horas sob o tema *Capitalismo Hoje* no qual vão participar Octácio Teixeira, Frederico Carvalho e Américo Nunes. Sábado, às 15 horaas, será a vez de uma discussão em torno do tema *As Conquistas Revolucionárias do Séc. XX*, debate no qual participarão Albano Nunes, Ernesto Cartaxo e Helena Bastos. *Questões Globais e Luta de Classes* um outro pólo de discussão a ocorrer neste espaço, também no sábado mas às 21 horas, com a presença de Carlos Aboím, Ilda Figueiredo, António Pedro e André Espenica.
Ainda no espaço da Cidade Internacional decorrerá um conjunto de debates com o tema comum *Solidariedade, Sempre!* que proporcionarão um conjunto de sessões dedicadas à solidariedade com os povos da África Austral (sábado às 16 e 30), Timor Leste (domingo às 21), América Central (domingo às 15) e Palestina (sábado às 18).

Atenção ao puzzle!

Está já em distribuição e, naturalmente, também o encontraremos na Festa.

Mais do que um interessante «passatempo» para gente de todas as idades, é uma recordação simpática da edição 90 da Festa do Portugal de Abril.

Depois de juntar harmoniosamente aquelas peças, quem consegue desfazer a imagem do belo terreno da Atalaia? Só para o fazer de novo e ver quem é o mais rápido...

Autocarros directos da Amadora para a Atalaia

Transportes directos da Amadora para o Seixal vão ser assegurados durantes os três dias da «festa!» através de uma frota de autocarros que partirão junto do Polidesportivo do Parque Central da Amadora, dirigindo-se para a Atalaia, onde desembarcarão os passageiros junto à porta da Festa do «Avante!».
Está previsto que a viagem demore trinta a trinta e cinco minutos para cada lado, já que será aberto um corredor especial para este sistema de circulação de autocarros funcionar num esquema de *vai-vem*.
A partida no primeiro dia da «festa!», sexta-feira, será da Amadora, desde as 17 horas e nos dias seguintes os autocarros circularão a partir das oito e meia da manhã.
Para abandonar a Atalaia este sistema também funcionará durante os três dias, estando assegurado o transporte de volta enquanto se formarem filas de passageiros junto da paragem do autocarro à porta da «festa!».
O preço dos bilhetes para cada viagem nesta frota de autocarros é de 300 escudos se se adquirir um bilhete de ida e volta, sendo de 200 escudos se se adquirir um bilhete só num sentido.

Corrida da «Festa»

Mais de mil atletas inscritos

É já mais de mil o número total de atletas inscritos na Corrida da Festa do «Avante!» que, no dia 9 de Setembro, último dia desta nossa iniciativa, realizará um percurso com partida e chegada junto ao Campo do Amora. São 15 quilómetros de um percurso que contará também com a animação de muita gente que ao longo do percurso irá apoiar e incentivar os atletas. Atletas colectividades e clubes manifestaram também um grande entusiasmo e interesse por esta iniciativa, assegurando assim a participação de atletas de todas as idades, incluindo aqueles que aproveitarão a ocasião para efectuar um treino suplementar para a Maratona de Lisboa. Atletas que terão, muitos deles, uma oportunidade de disputarem esta prova com alguns dos melhores valores do atletismo nacional já que igualmente inscritos nesta prova estão nomes como os de Dionísio Castro, Ezequiel Canário, Aurora Cunha, José Pinto ou António Leitão. Caso as lesões ou os programas de treino não o impeça, condicionados pela presença da maioria destes atletas em Split nos campeonatos europeus, a presença destes atletas na «festa!» irá, decerto, contribuir para um ainda maior aumento do prestígio desta prova.

Mais uma vez se lembra, para quem o necessitar, que a comissão organizadora desta prova funciona na Av. António Serpa, 26, 2º. Esq. 1100 Lisboa.

De Split para a Atalaia

A participar em Split nos campeonatos europeus de atletismo estão alguns dos atletas portugueses que vão igualmente participar na Corrida da «festa!». O melhor do atletismo nacional, gente que não quis deixar de transmitir uma mensagem de apreço pela organização desta prova, mensagem que aqui deixamos, em discurso directo:

Dionísio Castro

«É uma pena que outras organizações como a vossa não façam o mesmo. Dou os meus parabéns e desejo as maiores felicidades à organização da prova para que esta venha a ser um êxito. Faço desde já a minha inscrição e, se tudo correr bem e estiver cá, lá estarei nessa corrida».

Ezequiel Canário

«Apoio a vossa prova, considero-a muito importante. Prestigia a modalidade e é um local de prospecção e aparecimento de novos atletas».

Aurora Cunha

«As provas populares são iniciativas bastante positivas e a vossa é uma delas. Seria bastante prejudicial e uma grande perda para o atletismo nacional se elas deixassem de ter lugar. A Corrida da Festa do «Avante!» é de louvar e dignifica o atletismo nacional».

António Leitão

«Como prova popular apoio a Corrida da Festa do «Avante!» e acho óptimo e excelente que a vossa organização se empenhe na continuação deste tipo de provas. Para muitos atletas provas como esta marcam o início da época, para outros servem de treino em competição. É através das provas populares que mais tarde se revelam os grandes atletas nacionais.

Estou nos europeus de Split e, se não houver nada em contrário, estarei no dia nove na vossa prova.»

Saudação aos atletas

Entretanto, e ainda antes de as provas de Split, na Jugoslávia, se terem iniciado, a organização da Corrida da «festa!» enviou uma mensagem à delegação portuguesa ali presente onde se «saúda calorosamente» os atletas portugueses e restantes membros da delegação.

A organização da Corrida desejou assim homenagear «independentemente dos resultados que venham a ser obtidos», o «esforço e sacrifício imprimido por todos aqueles, presentes e ausentes, que de alma e coração tudo fizeram para alcançar mais esta etapa na carreira desportiva dos atletas».

Um recado para Rosa

A direcção da Corrida da Festa do «Avante!» enviou na segunda-feira passada, uma mensagem à atleta Rosa Mota e ao técnico José Pedrosa que passamos a transcrever:

«Felicitações calorosas magnífica consagração elevado mérito desportivo por mais esta grande vitória na maratona dos europeus de atletismo em Split Jugoslávia».

XIV Festa Avante!

150 mil Contos para o Terreno da festa

85 500 contos!

Com o esforço e a dedicação das organizações e militantes, com a solidariedade de muitos amigos da Festa, a campanha dos 150 000 vai avançando, rumo à sua meta final.

O último apuramento registou já uma verba da ordem dos 85 mil e quinhentos contos.

No fim-de-semana da Festa, no grande convívio da Atalaia, um novo avanço será certamente dado a esta campanha, presente com vivacidade no recinto da nossa Festa.

VESTEM DE VERMELHO TÊM CAPACETE E SÃO FOFINHOS

Exército de construtores a caminho da Atalaia!

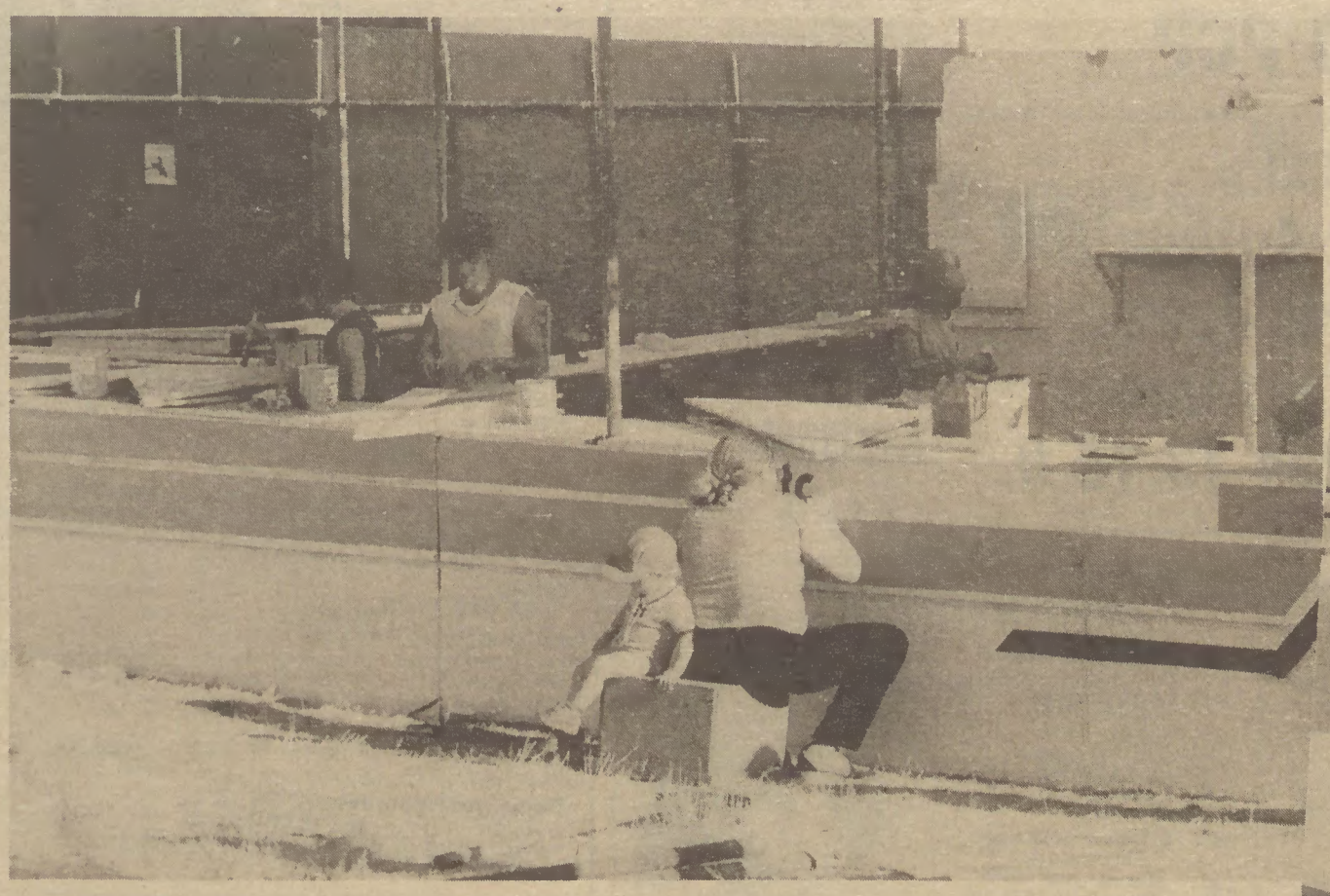
Agenda

Avante!

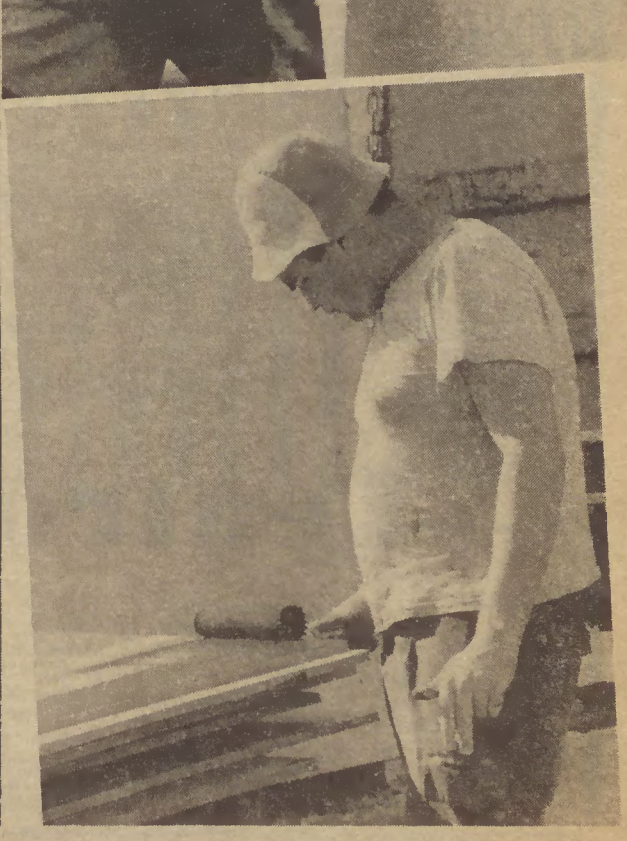
Ano 60 – Série VII
N.º 871
30 de Agosto de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A festa é já para a semana!

XIV Festa Avante!



Vamos dar uma ajuda aos acabamentos



TV O Programa

Quinta 30

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez** (inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)
12.05 - **A Gata Comeu** (81º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Um Anjo na Terra** (57º epis.)
14.15 - **Pescadores** (9º epis.) - Sagres
14.35 - **Big Country - Small World**
15.30 - **Casa de Irene**
16.00 - **Desenhos Animados**
16.20 - **O Cacilheiro do Amor** (3º epis.)
17.05 - **O Mundo Animal** (45º epis.)
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo** (49º epis.)
21.10 - **Guerra de Espiões** (2º epis.)
22.50 - **Luta pela Democracia** (7º epis.)

23.45 - **Murphy Brown** (21º epis.)
00.15 - **24 Horas**
00.45 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.20 - **Os Supergatos**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas** (544º epis.)
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.50 - **O Fantasma de Faffner Hall** (3º epis.)
17.20 - **Os Desafios da Lei** (18º epis.)
17.45 - **Atletismo - Campeonato da Europa**
19.20 - **Ti-ti-ti** (9º epis.)
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco» (29º epis.)
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Emoções** (31º epis.)
22.00 - **Sinais do Tempo**
22.55 - **O Processo Franchise** (últ. epis.)

Sexta 31

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Guerra e Paz** (5º epis.)
14.20 - **O Mar e a Terra** (9º epis.)
14.45 - **Simple Minds Alive in Rotterdam**
15.50 - **A Ilha** (4º epis.)
16.40 - **O Mundo Animal**
17.05 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.00 - **Telejornal**

SEGUNDA-FEIRA 3 DE SETEMBRO

Na RTP/1 a seguir ao Telejornal

TEMPO DE ANTENA DO PCP

*

Na RDP/Antena UM quarta-feira, 5 de Setembro cerca das 13.15 h.

20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo**
21.05 - **Wolf** (8º epis.)
21.55 - **A Magia de Paul Daniels**
22.45 - **Chefe, Mas Pouco** (29º epis.)
23.10 - **24 Horas**
23.40 - **Remate**
23.55 - **Pela Noite Dentro** - «O Ente Misterioso», real. Sidney J. Furie (EUA/1981, 120 min.)

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.20 - **Os Supergatos**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.50 - **As Três Damas do Quiosque** (2º epis.)
17.20 - **Primeiro Andamento**
17.50 - **Atletismo - Campeonato da Europa**
19.25 - **Ti-ti-ti**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **O Pagador de Promessas** (7º e 8º epis.)
23.00 - **Rotações**
24.00 - **Haja Música**

Sábado 1

RTP1

09.00 - **TV Rural**
09.25 - **Espaço Infantil/Juvenil**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Fleetwoo Mac**
14.05 - **Lendas e Factos da História de Portugal** (4º epis.)
14.30 - **O Barco do Amor** (14º epis.)
15.20 - **Vivamúsica**
16.05 - **Recordes Guiness**
16.30 - **Sessão da Tarde** - «Dr. Strangelove», real. Stanley Kubrick (GBr/1963, 90 min.)
18.10 - **Desenhos Animados**
18.25 - **Ouro Negro** (6º epis.)
19.15 - **Nem o Pai Morre...** (11º epis.)
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.30 - **Campion** (5º epis.)
22.20 - **Gala Real Inglesa 89** (2ª parte)
23.35 - **Cinema da Meia Noite** - «Em Defesa da Nação», real. David Drury (EUA/1984, 103 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.20 - **Caminhos**
10.50 - **Zona Jazz**
11.40 - **Um Lar para os Animais**
12.25 - **Documentário**
13.10 - **Tauromaquia**
13.35 - **Cine-Sábado** - «Sob o Signo do Mal», real. Raoul Walsh (EUA/1952, 79 min.)
15.00 - **Estádio**
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Boa Esperança** (5º epis.)
21.00 - **Estádio**
23.30 - **Fora de Horas**

Domingo 2

RTP1

09.00 - **Espaço Infantil**
11.30 - **70x7**
12.00 - **Missa**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Bairros Populares de Lisboa**
13.35 - **Nem o Pai Morre...** (12º epis.)
14.00 - **Oito e Oitenta** (10º progr.)
15.15 - **Aqui D'Elrock** (festival de música rock na Caparica - V)
16.15 - **Cidades do Património Mundial** - Évora
16.40 - **Recordes Guiness**
17.10 - **Primeira Matinée** - «Rio Conchos», real. Gordon Douglas (EUA/1964, 102 min.)
19.00 - **McGyver** (49º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.35 - **Querido John** (23º epis.)
21.05 - **Histórias de Guerra** (1º epis.)
22.05 - **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 - **Música n'América**
10.00 - **Troféu**
13.00 - **Espaço Infantil**
14.15 - **Novos Horizontes**
14.35 - **O Reino do Atlântico**
15.30 - **Imagens e Imagens**
16.00 - **Quem Sai aos Seus...**
16.30 - **Troféu**
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Vestígios do Passado** (4º epis.)
20.00 - **A Bela e o Monstro**
20.45 - **Artes e Letras** - «René Magritte»
21.35 - **Cineclube** - «Noites de Cabíria», real. Federico Fellini (EUA/1957, 106 min)
23.20 - **Lusitânia Expresso**

Segunda 3

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**

13.30 - **Com Amor!** (2º epis.)
14.20 - **A Água e a Vida** (10º epis.)
14.45 - **Depeche Mode**
15.40 - **O Mundo em Extinção**
16.30 - **Buck Rogers**
17.15 - **O Mundo Animal**
17.40 - **Brinca Brincando**
18.35 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.10 - **Direito de Antena - PCP**
20.30 - **Roda de Fogo**
21.25 - **A Fala** (espectáculo do 5º aniv. da Televisão da Galiza) - II Parte
22.35 - **Dadah - Elos Fatais** (3º epis.)
23.20 - **24 Horas**
23.50 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.45 - **Fora de Horas**
17.05 - **A Irmã Kate**
17.30 - **Loriot** (5º epis.)
18.15 - **O Homem da Carabina** (série, 1º epis.)
18.45 - **Ti-Ti-Ti**
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal da Nove**
21.30 - **Ópera** - «Horacios e os Coriaceos», de Cimarosa, encenada para o TNSC por João Perry

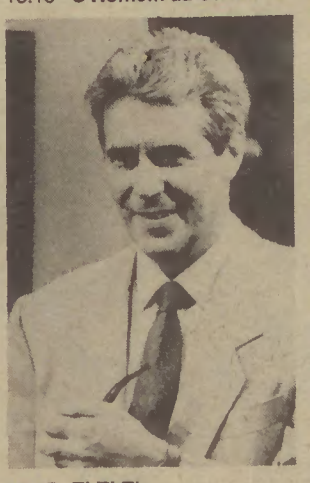
Terça 4

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas** (39º epis.)
14.15 - **Rotas do Extremo Ocidente** (7º epis.)
14.40 - **Duran Duran**
15.25 - **O Mundo em Extinção**
16.20 - **Damond and Debbie** (2º epis.)
17.15 - **O Mundo Animal**
17.35 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo**
21.10 - **Primeira Página**
22.10 - **Saracen** (8º epis.)
23.05 - **24 Horas**
23.35 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.35 - **Espaço Infantil**
14.50 - **Filhos e Filhas**
15.15 - **Agora, Escolha!**
16.35 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (41º epis.)
17.00 - **Os Henderson** (série, 1º epis.)
17.30 - **No Rasto dos Animais Selvagens**
18.15 - **O Homem da Carabina**



18.45 - **Ti-Ti-Ti**
19.20 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
21.50 - **Cinemadois** - «Tempo de Amar», real. John Cassavetes (EUA/1971, 111 min.)

Quarta 5

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Clínica Geral** (25º epis.)
14.20 - **Estrada Larga** (10º epis.)
14.50 - **T'Pau Live**
15.40 - **O Mundo em Extinção**
16.30 - **Acção em Miami** (10º epis.)
17.20 - **O Mundo Animal**
17.40 - **Brinca Brincando**
18.35 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo**
21.05 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.20 - **Lotação Esgotada** - «Flash Gordon», real. Michael Hodges (GBr/1980, 106 min.)
23.25 - **24 Horas**
23.55 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.35 - **O Liceu Degrassi** (19º epis.)
17.25 - **National Geographic**
18.15 - **O Homem da Carabina**
18.45 - **Ti-Ti-Ti**
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Três Moedas para Sarah** (últ. epis.)
22.25 - **Século XX** - «A História de Klaus Barbie» (5º e últ.epis.)
23.15 - **Fados do Fado** (4º

Filmes

«O Ente Misterioso» - 6ª, 23.55, RTP-1
«Sob o Signo do Mal» - sáb., 13.35, RTP-2
«Dr. Strangelove» - sáb., 16.30, RTP-1
«Em Defesa da Nação» - sáb., 23.35, RTP-1
«Rio Conchos» - dom., 17.10, RTP-1
«Noites de Cabíria» - dom., 21.35, RTP-2
«Tempo de Amar» - 3ª, 21.50, RTP-2
«Flash Gordon» - 4ª, 21.20, RTP-1

Música

Sexta
14.45, RTP-1: **Simple Minds**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**
01.30, RTP-2: **Haja Música**

Sábado
10.40, RTP-2: **Zona Jazz**
13.10, RTP-1: **Fleetwood Mac**
15.20, RTP-1: **Vivamúsica**
22.20, RTP-1: **Gala da Casa Real Inglesa** (II parte)

Domingo
09.00, RTP-2: **Música n'América**

Segunda
14.20, RTP-1: **Depeche Mode**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**
21.25, RTP-1: **Espectáculo da Televisão da Galiza** (II parte)

Terça

14.40, RTP-1: **Duran Duran**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Quarta
14.45, RTP-1: **T'Pau Live**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.15), 6ª (23.40), 2ª (23.20), 3ª (23.05), 4ª (23.55)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.05
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.00
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 13.00 e 22.50

Teatro O Cartaz

• LISBOA

1º Acto, Rua Eduardo Pedroso, 16-A, Algés. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fado, a Navalha e a Guitarra ou a História da Rosa Enjeitada**, de D. João da Câmara, encen. Fernando Gomes, pelo Grupo Persona.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. **O Regresso de Bucha e Estica**, encen. Mário Viegas.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. às 16. **Rei Lear**, de Shakespeare, enc. Carlos Avilez, pelo TEC

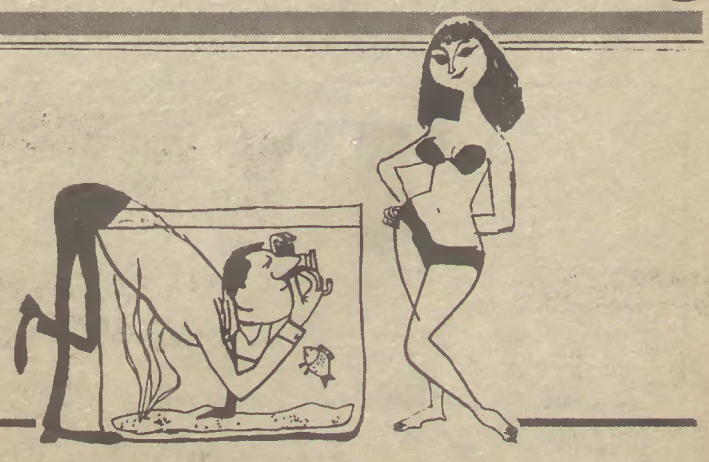
Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ata-me!	—	★★	—	★★
B	Jules e Jim	—	★★★★	★★★★	★★★★
C	Na Corda Bamba	—	★★	—	★★★
D	O Regresso ao Futuro III	—	—	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Pedro Almodovar — **Quarteto/2** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — **Lisboa.**
B — Real. François Truffaut — **Forum Picoas/1** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**
C — Real. John Badham — **Amoreiras/7** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **S. Jorge/3** (15.30, 16.45, 19.00, 21.15) — **Lisboa.**
D — Real. Robert Zemeckis — **Alfa/Clube, Mundial/2** e **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Berna** (15.15, 18.00, 21.30); **Amoreiras/6** e **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); **S. Jorge/2** (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — **Lisboa.**



Tempo

Fim de Semana

Para sábado e domingo, a previsão do INMG é de céu pouco nublado ou limpo, pequena subida de temperatura, vento fraco, por vezes moderado durante a tarde no litoral oeste.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições

LISBOA

António Areal - exposição retrospectiva (1934-1978). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 7/9

Arte Suíça Contemporânea. Fundação Gulbenkian/CAM (galerias de exposições e parque). 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 9/9.

Artistas Famosos - colectiva de serigrafia. Escorial, Rua Portas de Santo Antão, 47 (até 20/9)

Azulejos do Metro - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaleiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até 14/10)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

Colectiva (pintura de Graça Morais, Menez, António Dacosta, entre outros). Galeria 111, Campo Grande, 113 (até fim de Setembro)

Colectiva de desenho (Bual, Hogan, Lima de Freitas, Dourdil, Stuart, Tom). Ditec-Espaço Arte, Av. da Igreja, 46-A (até 15/9)

Colectiva de Desenho (Bual, Dourdil, Hogan, Lima de Freiras, Stuart, Tom). Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Colectiva de Pintura e Desenho. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até fim de Agosto)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

Eduardo Luiz - retrospectiva de pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 2/9.

Evocação de Ivone Silva. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10.

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Miguel Mira - Pintura e desenho. Biblioteca Nacional, Campo Grande

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Saldanha da Gama - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

«Verão» - colectiva (Álvaro Rosendo, Edgar Massul, João Miguel, José Drummond, Manuel San Payo, Mariana Viegas, Miguel Tolentino). Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 2/9)

Vítor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

PORTO

Arte Efémera na Paisagem - exposição de espantalhos. Parque de Serralves (até 29/9)

Gilberto Zorio - Esculturas recentes, instalação. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977 (até 2/9)

Cartazes de homenagem a Vincent Van Gogh - exposição internacional. Casa de Serralves, R. de Serralves (até 2/9)

Exposição Colectiva de Sócios da Árvore (trabalhos de cerca de 70 artistas). Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 14 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30 (até 31/8)

OUTRAS LOCALIDADES

Alfredo Garcia Revuelta - pintura. Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCIL

Pratos - Tradição Renovada - colectiva de cerâmica. Palácio dos Duques de Aveiro, Pç. da República (até 2/9) AZEITÃO

Cabrita Reis - «Alexandria», instalação. Até 28/8, Convento de S. Francisco, Lg. D. Nuno Álvares Pereira, BEJA

Américo Silva - gravura, fotografia. Museu José Malhoa (até 7/10) CALDAS DA RAINHA

Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

X Salão Nacional de Pintura Naif. Até 24/9, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL

Vítor Belém - Pintura. Museu Municipal Dr. Santos Rocha (até 15/9) FIGUEIRA DA FOZ

António Franco - desenho e pintura. Museu Municipal/ Casa do Adro (até 2/9) LOURES

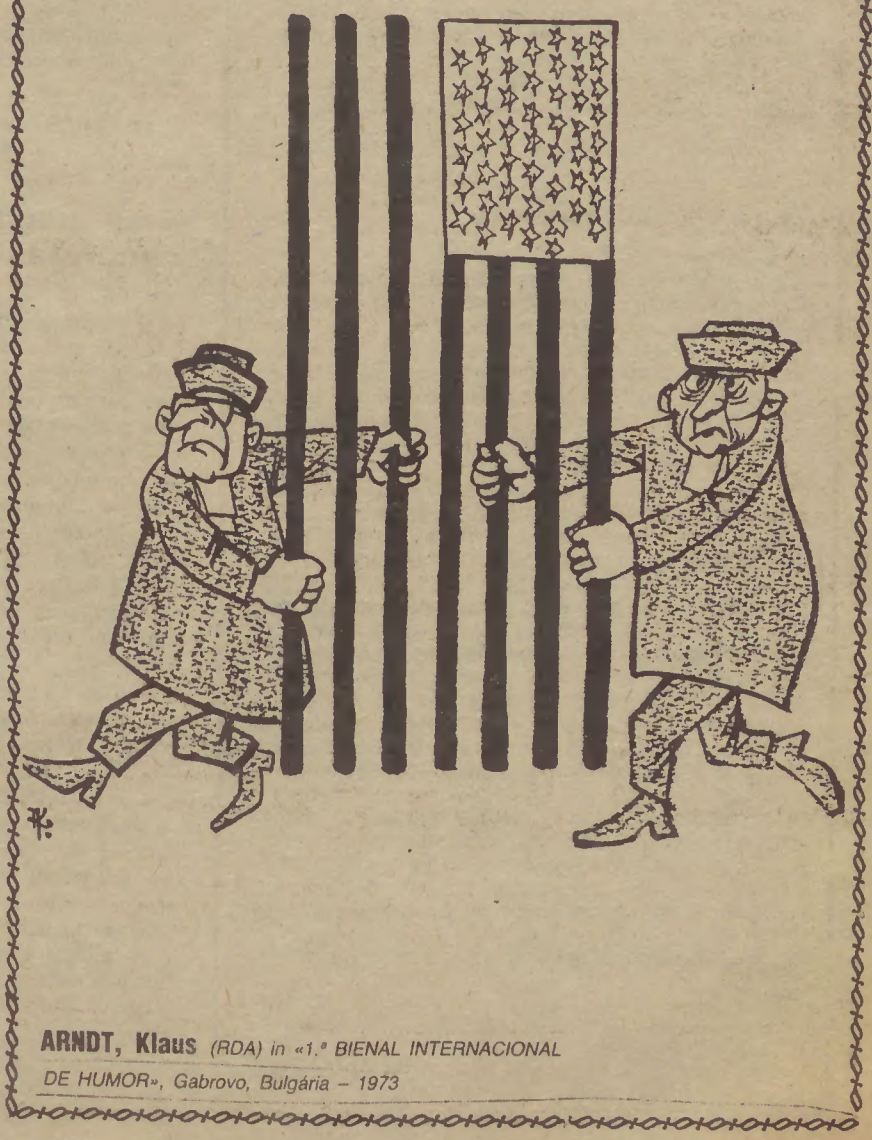
3ª Bienal Internacional de Óbidos - pintura. Até 2/9, ÓBIDOS

Edith Forjaz - Aguarelas. Palácio Nacional da Pena. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 16/9) SINTRA

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

Rui Vasquez - Pintura e cerâmica. Até 9/9, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA.

ANTOLOGIA



ARNDT, Klaus *(RDA) in «1.ª BIENAL INTERNACIONAL DE HUMOR», Gabrovo, Bulgária – 1973*

a TV

Sessenta milhões batem as asas

No momento em que escrevo esta crónica não faço a mínima ideia de como vai evoluir a situação no Médio Oriente. O que sei é que, em momento de tamanha gravidade, a RTP se comporte de forma tão...estranha.

Sem dúvida que se tornava indispensável aprofundar a questão, debatê-la, esclarecê-la nos seus pontos essenciais, em especial no que respeita ao nosso país. O que é que sucede na realidade? **Telejornal** dá a cada um dos partidos representados na Assembleia da República a possibilidade de dizerem meia dúzia de palavras, em cumprimento de uma obrigação puramente formal, e pronto, não se fala mais do assunto. O Governo dá à oposição a obrigação de ter ouvidos, mas não o direito de ter voz. E a RTP vai na onda...

A incorrecção do processo está à vista sem precisarmos de óculos. O que se exigia era um debate, uma confrontação, um esforço comum de entendimento da realidade.

Vejamos apenas um exemplo.

Jornal das Nove informa que, nos últimos dias, mais de 60 milhões de contos já saíram do País, já bateram as asas para o estrangeiro.

Saíram como? Porquê? A que se deve esta sangria? Que desconfiança mina a economia do País?

Em vez de procurar esclarecer, trocar por miúdos esta informação (que ninguém hesitará em classificar de alarmante...) que faz a RTP? Manda uma equipa de reportagem ao Algarve, para ouvir umas banalidades da boca do primeiro-ministro.

O que, diga-se, é inadmissível. A RTP não tem o direito de perturbar assim as férias de um cidadão!

Máquinas e militares

Repito: cada vez mais se exige, a nível nacional e internacional, uma informação capaz, ou seja, que contribua para o esclarecimento (para o entendimento) das questões.

Telejornal refere o pânico que já ameaça as Bolsas de Nova Iorque, Tóquio, Londres. Igualmente em Portugal, a descida acentua-se de dia para dia.

Que é que quer dizer isto? Não haverá em Portugal economista capaz de explicar o que se passa? **Jornal das Nove** ainda procura minimamente um esclarecimento - mas a essa hora está o grosso da audiência noutro lado, a ver a telenovela...

Não creio que os Rogeiros e os Delgados sejam, por outro lado, as pessoas capazes para dar uma visão global dos acontecimentos. Chega a ser caricato ouvir a entrevistadora perguntar-lhes o que irá acontecer. Não seria melhor procurar uma bruxa?

Foi muito interessante ouvir a opinião do Delgado sobre a evolução militar. O cenário seria este: Israel não interviria a menos que os Estados Unidos não fossem capazes de resolver a questão sozinhos. Nesse caso, Israel, sim, entraria em acção e a História - diz ele - «a História reconhece a eficácia da máquina militar israelita...»

Ora ninguém desconhece que, sem a ajuda dos Estados Unidos, a máquina militar israelita pura e simplesmente não existiria...

E aqui está como os comentadores que merecem a simpatia do **Telejornal** esclarecem a audiência...

A via do... silêncio

Está provado que, na televisão, se o Governo fala, o povo desconfia. Por isso o descrédito do **Telejornal** aumenta em cada dia que passa.

O que muitas vezes se esquece é que, no **Telejornal**, mais importante do que aquilo que ali se diz do Governo, é aquilo que, a respeito do Governo se não diz. Em verdade, em verdade vos digo que com uma informação rigorosa, a imagem de Cavaco não se salvaria nem com o auxílio da cosmética mais sofisticada.

Reparare-se no que aconteceu na via do Infante, no Algarve. Contra as opiniões de especialistas não enfeudados em interesses políticos e outros; sem escutar os protestos, os clamores das populações - a via fez-se. Cavaco Silva esteve lá com grande estadão, inaugurou, discursou, viva o progresso e o desenvolvimento, etc., etc., a cassete do costume. Com a imensa caixa de ressonância das câmaras de televisão, obviamente...

Os erros cometidos vieram ao de cima. Os protestos da população e dos utentes aumentaram. Está provado que os malefícios são grandes, grandes os perigos e os prejuízos. E foi tal a incúria do Governo que a comparticipação da CEE no financiamento se encontra comprometida.

Apesar de algumas alterações introduzidas, a destruição agrícola e ecológica prossegue.

Sobre o facto, no **Telejornal**, desce a cortina de silêncio. Esconde-se aquilo que é mais que um facto: é o símbolo de uma maneira de ser política diariamente exercida.

E ainda há quem pense que o SNI acabou...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Nós, por cá

Anda o mundo todo agitado, com as crises no Golfo, na Libéria, no Leste, na África... Quase não se nota o que se vai passando em Portugal, pela calada das férias.

Não me confrontem!

«O PSD vai propor na Assembleia da República uma alteração à lei eleitoral das autarquias, anunciou ontem Cavaco Silva, em Faro. Falando na festa da *rentrée* social-democrata, no Jardim Manuel Bívar, o líder do PSD explicou que o objectivo da proposta é o de reduzir os mandatos dos autarcas e permitir a candidatura de grupos de cidadãos.

Cavaco referiu igualmente que o seu partido vai procurar o apoio de outras formações para, na próxima revisão constitucional, estabelecer que à lista mais votada seja atribuída a gestão camarária. O propósito desta modificação seria o de dar maior eficácia aos executivos municipais.

Assumindo, ao longo do seu discurso, um tom de concórdia, Cavaco Silva sublinhou por diversas vezes a necessidade do diálogo constante entre os diversos sectores da sociedade, de modo a que as próximas eleições presidenciais não sejam transformadas em factor de instabilidade política.

«Este não é o tempo de confrontações desnecessárias», disse o presidente do PSD».

(«Diário de Notícias», 26 de Agosto)

E as questões concretas?

«Foi com grande surpresa que ouvi o primeiro-ministro falar de questões relacionadas com as autárquicas. A três anos e meio das próximas eleições para o Poder Local e a cerca de 4 anos da revisão constitucional não deixa de ser surpreendente.

Há tantos problemas regionais e tão graves, sentidos inclusive pelo próprio PSD, que é estranho não ter havido qualquer referência às questões concretas. As dificuldades financeiras dos executivos camarários, a definição das regiões administrativas e o facto de as autarquias estarem a ser cerceadas no seu poder, foram assuntos ignorados pelo primeiro-ministro.

Quanto à redução dos mandatos dos presidentes, nós não temos discutido esse problema, apenas o Presidente da República tem um número de mandatos limitado. Não se prevê para já que essas limitações sejam aplicadas às autarquias. Nesta matéria há grande contestação dentro do próprio PSD, parece-me que é mais um problema interno do partido.

Em relação à participação de listas de independentes, penso que, esse sim, é um tema que merece reflexão aprofundada, apesar de estarmos a grande distância das próximas eleições.

Finalmente, no que respeita à transformação artificial de maiorias relativas em maiorias absolutas, eu digo não. Em Évora, já tivemos maioria relativa e maioria absoluta. Sempre resolvemos os problemas em diálogo com os outros partidos independentemente das divergências. Os bloqueios têm vindo da parte do Governo. Transformar artificialmente uma maioria relativa em maioria absoluta põe em causa os princípios democráticos.»

Depoimento de Abílio Fernandes, «Diário de Lisboa», 28 de Agosto)

Vão mas é para a JAE!

«Cavaco Silva quando se preparava para subir ao palco, onde viria a discursar, no fim-de-semana, na Festa de Verão, do PSD/Algarve, em Faro, foi abordado por um grupo de populares, de Estoi e Santa Bárbara de Nexe, sobre o problemático traçado da Via do Infante, que dizem destruir importantes terrenos de aptidão agrícola nas suas localidades.

O grupo manifestava uma preocupação por não terem tomado conhecimento das expropriações, que dizem já ter saído no «Diário da República», sem que se tenha feito qualquer contacto com os proprietários.

No final do comício, o secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, informaria os jornalistas que «está aberta a entrega de sugestões de alteração por qualquer cidadão», nos serviços da Junta Autónoma de Estradas, em Faro, até 10 de Setembro.»

«Correio da Manhã», 27 de Agosto)

Um PESAN na consciência

«As alterações na legislação laboral introduzidas pelo PESAN são insuficientes, declarou o presidente do Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CNEP), à saída de uma reunião de uma hora com o ministro das Finanças.

Ferraz da Costa, também presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), acompanhado por representantes dos restantes parceiros do CNEP — a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a Confederação do Comércio Português (CCP) — esteve num encontro com o ministro das Finanças, tendo entregue uma proposta alternativa ao PESAN.

O programa de Miguel Beleza designado «Progresso Económico e Social para os anos 90», divulgado em 13 de Julho aos parceiros sociais, «torna-se irrealista quando pretende ser um pacto para vigorar durante cinco anos», disse Ferraz da Costa.

«Devido ao enquadramento internacional actual é imprudente negociar um documento que vigore cinco anos. É necessário negociar passo a passo e um acordo com mais de um ano de duração é irrealista», defendeu o presidente do CNEP, escusando-se a adiantar outros dados, nomeadamente sobre propostas de aumentos salariais para o próximo ano.

Esta semana, quarta-feira, as duas centrais sindicais — UGT e CGTP — entregaram também ao ministro das Finanças as suas posições quanto ao PESAN.

Enquanto a CGTP defende que o documento «pretende definir, apenas, o quadro macroeconómico de contenção salarial e minimiza efeitos perversos da modernização do aparelho produtivo nacional», a UGT afirma que o PESAN não garante uma melhoria do poder de compra dos trabalhadores portugueses.

Entretanto, o Governo vai elaborar uma segunda versão do PESAN, que será apresentada a 3 de Setembro em sede de Conselho Permanente de Consertação Social (CPCS).

O PESAN, para ser aplicado, tem de ser aprovado pelo CPCS e, depois pelo Conselho de Ministros.»

(«Diário Popular», 25 de Agosto)

Tranquilamente privatizando

«A alienação de 2,55 milhões de acções do tipo A, representativas dos 51 por cento do capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, que ainda estão na posse do Estado, decorre no dia 9 de Outubro, e concretiza a reprivatização total da instituição, transformando a Tranquilidade na primeira seguradora a passar para a iniciativa privada, depois das nacionalizações de 1975.»

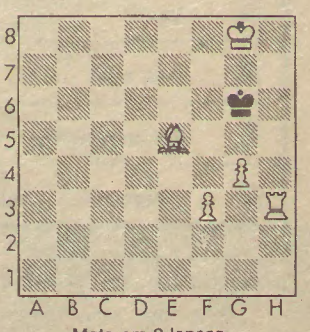
(«A Capital», 27 de Agosto)

Xadrez

CCLXVIII – 30 de Agosto de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 268/A
Por: ANDRÉ CHÉRON
«Journal de Genève», 13.VIII.1971

Pr.: Rex Solus g6
Br.: [5]: Ps.f3, g4-Bé5-Th3-Rg8

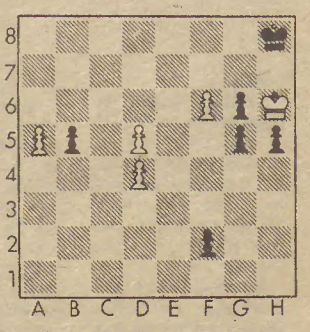


Mate em 3 lances

* * *

PROPOSIÇÃO N.º 268/B
Por: FRANZ SACKMANN
«Deutsches Wochenschach», 1913

Pr.: [6]: Ps.b5, f2, g5, g6, h5-Rh8
Br.: [5]: Ps.a5, d4, d5, f6-Rh6



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÕES DO N.º CCLXVIII

N.º 268/A (A.CH.): 1. Th8, Rg5; **2.** Rh7, Rh4; **3.** Rg6 ++

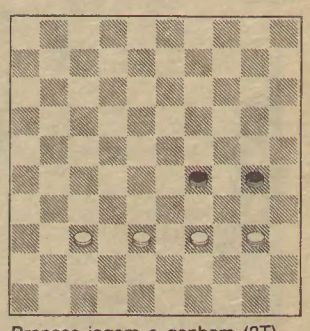
N.º 268/B (F.S.): 1. a6!, f1 = D; **2.** a7!, Da1; **3.** f7!, Da3; **4.** d6, Df3; **5.** d5 ...G

Corrigenda: O N.º 207/B está «furado», segundo André Chéron: **1.** Rf3, Ba2; **2.** Ta4, Rç8; **3.** T:a2, Rd7; **4.** Td2 **(Se 4. Ta6, Cb4; 5. Ta4; Cç6 ou 5. Tb6, Cd5 =) 4.** ..., Cf6; **5.** Rf4, Ré6 =

A. de M.M.

Damas

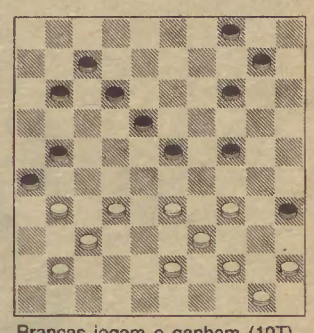
CCLXVIII – 30 de Agosto de 1990
PROPOSIÇÃO N.º 268
Por: FÉRAUD, 1935±
Fonte: **1001 Miniaturen**
Pr.: [2]: 29-30
Br.: [4]: 37-38-39-40



Brancas jogam e ganham (3T)

GOLPE N.º 268
Por: MAURICE NICOLAS
— 1955

Pr.: [12]: 4-7-10-11-12-14-18-21-23-24-26-35
Br.: [11]: 31-32-33-34-37-39-41-43-44-45-50



Brancas jogam e ganham (10T)

SOLUÇÕES DO N.º CCLXVIII

N.º 268 (F.): 1. 38-32!!, (30-35 F.); **2.** 39-33!!, (29x27); **3.** 40-34!+**GOLPE N.º 268 (M.N.): 1.** 44-40!, (35×44); **2.** 34-30!, (24×35); **3.** 32-27!, (21×32); **4.** 37×19, (26×46=D); **5.** 43-38, (14×23); **6.** 38-32, (46×28); **7.** 33×13, (44×33); **8.** 13-9!, (4×13); **9.** 45-40, (35×44); **10.** 50×6+

A. de M.M.